



MÓDULO DE:

DIDÁTICA E METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR

AUTORIA:

MARIZINHA COQUEIRO BORGES

Copyright © 2011, ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil

Módulo de: Didática e Metodologia do Ensino Superior

Autoria: Marizinha Coqueiro Borges

Segunda edição: 2011

CITAÇÃO DE MARCAS NOTÓRIAS

Várias marcas registradas são citadas no conteúdo deste Módulo. Mais do que simplesmente listar esses nomes e informar quem possui seus direitos de exploração ou ainda imprimir logotipos, o autor declara estar utilizando tais nomes apenas para fins editoriais acadêmicos.

Declara ainda, que sua utilização tem como objetivo, exclusivamente na aplicação Didática, beneficiando e divulgando a marca do detentor, sem a intenção de infringir as regras básicas de autenticidade de sua utilização e direitos autorais.

E por fim, declara estar utilizando parte de alguns circuitos eletrônicos, os quais foram analisados em pesquisas de laboratório e de literaturas já editadas, que se encontram expostas ao comércio livre editorial.

Todos os direitos desta edição reservados à
ESAB – ESCOLA SUPERIOR ABERTA DO BRASIL LTDA
<http://www.esab.edu.br>
Av. Santa Leopoldina, nº 840/07
Bairro Itaparica – Vila Velha, ES
CEP: 29102-040
Copyright © 2011, ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil

Apresentação

Este material apresenta um referencial teórico sobre a Didática e Metodologia do Ensino Superior, cujo objetivo é apresentar a importância do planejamento; da organização da ação Didática e o conhecimento das abordagens pedagógicas; assim como instrumentos eficazes para a construção de planos de ensino e projetos educacionais possibilitando-lhe assim, um fazer pedagógico capaz de impulsionar e motivar a busca por novos valores, novas ações e novas posturas educacionais.

E também nosso desejo que este material venha acender o desejo eminente de pesquisar, ler e contextualizar novas práticas pedagógicas.

Urge, pois lembrar, que o compromisso do educador reflete-se na sua corporeificação atitudinal e no seu comprometimento dialético entre os pares educativos. Lembrando que “ensinar e recordar ao outro que ele sabe tanto quanto você”.

A emoção e o prazer que permeiam esta ação estão refletidos nas nossas conversas, ainda que on-line.

Sua Educadora,

Professora Marizinha Coqueiro Borges

O**bjetivo**

Possibilitar a compreensão de que o processo ensino-aprendizagem se dá mediante às relações e as possibilidades que a Didática oferece para, auxiliar na construção das competências necessárias a sua realização.

Propiciar a construção de um referencial teórico que habite a tomada de posição crítica e reflexiva da realidade educacional.

Desenvolver habilidades técnicas de ensino, com vistas à melhoria do desempenho docente.

Trabalhar o planejamento e utilização dos procedimentos de ensino e aprendizagem, em suas várias modalidades.

E**menta**

O Papel social e educacional da Didática. Perspectivas teóricas e práticas da Didática. O Professor e seu trabalho. O Planejamento Escolar. A organização e o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem: os planos de aula e os programas de aprendizagem. Os objetivos de ensino, os conteúdos escolares as estratégias de ensino aprendizagem. As interações em sala de aula: o papel dos professores e alunos.

Sobre o Autor

Professora Marizinha Coqueiro Borges

Mestrado em Educação pela Universidade São Marcos

Pós-Graduação em:

Administração Escolar- Universidade Salgado de Oliveira Filho

Psicopedagogia-Parceria UVV/Universidade Estácio de Sá

Planejamento Educacional-Universidade Salgado de Oliveira Filho

Supervisão Escolar-Universidade Salgado de Oliveira Filho

Legislação Educacional e Inspeção Escola-Instituto Superior de Educação e Cultura Ulysses Boyd

Educação Infantil - Instituto Superior de Educação e Cultura Ulysses Boyd

Educação Inclusiva - Instituto Superior de Educação e Cultura Ulysses Boyd

Tecnologia Educacional Aplicada ao Ensino de 1º Grau pela Associação Brasileira de Tecnologia Educacional

Graduação em Pedagogia com Especialização em Orientação Educacional- Universidade Federal do Maranhão

Educadora dos cursos de graduação na área pedagógica, professora de cursos de pós- graduação.

Consultora educacional e palestrante motivacional e educacional.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| UNIDADE 1 | 8 |
| Tendências Atuais no Desenvolvimento da Didática..... | 8 |
| UNIDADE 2 | 14 |
| A Didática e a Sua Relação com o Currículo, Metodologia Específica, Procedimentos E Técnicas De Ensino. | 14 |
| UNIDADE 3 | 18 |
| DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA DIDÁTICA E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS | 18 |
| UNIDADE 4 | 21 |
| Os Pensadores da Pedagogia | 21 |
| UNIDADE 5 | 24 |
| Tendências Pedagógicas no Brasil e a Didática | 24 |
| UNIDADE 6 | 30 |
| O Progresso das Tendências Pedagógicas e a Didática | 30 |
| UNIDADE 7 | 34 |
| Processo Didático na Concepção da Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos | 34 |
| UNIDADE 8 | 36 |
| Aprendizagem: um processo de assimilação | 36 |
| UNIDADE 9 | 41 |
| Características da Aprendizagem Escolar | 41 |
| UNIDADE 10 | 45 |
| Dinâmica do Processo de Ensino..... | 45 |
| UNIDADE 11 | 50 |
| Prática Educativa e Sociedade | 50 |
| UNIDADE 12 | 56 |
| Educação Como Dialética e Práxis Social | 56 |
| UNIDADE 13 | 61 |
| O Processo Dd Ensino-Aprendizagem e seus Componentes Fundamentais | 61 |
| UNIDADE 14 | 65 |

| | |
|--|------------|
| UNIDADE 15 | 69 |
| UNIDADE 16 | 75 |
| A Estrutura do Trabalho Docente..... | 75 |
| UNIDADE 17 | 80 |
| O Caráter Educativo do Processo de Ensino e o Ensino Crítico..... | 80 |
| UNIDADE 18 | 84 |
| Tendências Teórico-Metodológicas de Ensino: as abordagens do processo..... | 84 |
| UNIDADE 19 | 90 |
| UNIDADE 20 | 98 |
| Prática Escolar: componentes básicos..... | 98 |
| UNIDADE 21 | 104 |
| O Planejamento da Ação Didático Pedagógica..... | 104 |
| UNIDADE 22 | 115 |
| UNIDADE 23 | 119 |
| Educação, Didática e Metodologia no Pensamento Pedagógico..... | 119 |
| UNIDADE 24 | 122 |
| Seleção e Organização dos Conteúdos Curriculares..... | 122 |
| UNIDADE 25 | 127 |
| Avaliação Educacional Escolar: Para Além do Autoritarismo..... | 127 |
| UNIDADE 26 | 134 |
| Modalidades de Ensino-Aprendizagem..... | 134 |
| UNIDADE 27 | 146 |
| O Papel do Professor: do contexto presencial ao virtual..... | 146 |
| UNIDADE 28 | 150 |
| UNIDADE 29 | 153 |
| UNIDADE 30 | 158 |
| GLOSSÁRIO | 161 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 162 |

UNIDADE 1

Objetivo: Conhecer a Didática como uma atividade pedagógica norteadora do fazer educacional.

Tendências Atuais no Desenvolvimento da Didática



Considerando que o Processo de Ensino - objeto de estudo da Didática - não pode ser tratado como atividade restrita ao espaço da sala de aula. O trabalho docente é uma das modalidades específicas da prática educativa mais ampla, que ocorre na sociedade.

Para compreender a importância do Ensino na formação humana, é preciso considerá-lo no conjunto das tarefas educativas exigidas pela vida em sociedade.

Segundo Libâneo (2008), a ciência que investiga a teoria e a prática da Educação nos seus vínculos com a prática social global é a Pedagogia. Sendo a Didática uma disciplina que estuda os objetivos, os conteúdos, os meios e as condições do processo de ensino. Tendo em vista finalidades educacionais, que são sempre sociais, ela se fundamenta na Pedagogia, sendo assim, uma disciplina pedagógica.

Ao estudar a Educação nos seus aspectos sociais, políticos, econômicos e psicológicos, para descrever e explicar o fenômeno educativo, a Pedagogia recorre à contribuição de outras ciências como a: Filosofia, História, Sociologia, Psicologia e a Economia. Esses estudos acabam por convergir na Didática, uma vez que essa reúne, em seu campo de conhecimentos, objetivos e modos de ação pedagógica na escola.

Nesse conjunto de estudos indispensáveis à formação teórica e prática dos professores, a Didática ocupa um lugar especial. Com efeito, a atividade principal do profissional do magistério é o Ensino; que consiste em dirigir, organizar, orientar e estimular a aprendizagem escolar dos alunos. É em função da condução do processo de ensinar, de suas finalidades, modos e condições, que mobilizam os conhecimentos pedagógicos gerais e específicos.

A DIDÁTICA COMO ATIVIDADE PEDAGÓGICA ESCOLAR



A Pedagogia investiga a natureza das finalidades da Educação como processo social, no seio de uma determinada sociedade, bem como as metodologias apropriadas para a formação dos indivíduos tendo em vista o seu desenvolvimento humano para tarefas na vida em sociedade.

Quando se fala das finalidades da Educação, no seio de uma determinada sociedade, se quer dizer que o entendimento dos objetivos, conteúdos e métodos da educação se modificam conforme as concepções de homem e da sociedade que, em cada contexto econômico e social de um momento da História humana, caracterizam o modo de pensar, de agir e os interesses das classes e grupos sociais.

A Pedagogia, portanto, é sempre uma concepção da direção do processo educativo subordinado a uma concepção político-social.

Sendo a Educação Escolar uma atividade social que, através de instituições próprias, visa assimilação dos conhecimentos e experiências humanas acumuladas no decorrer da história, tendo em vista a formação dos indivíduos enquanto ser social; cabe à Pedagogia intervir nesse processo de assimilação, orientando-o para finalidades sociais e políticas e criando um conjunto de condições metodológicas e organizativas para viabilizá-lo no âmbito da escola.

Nesse sentido, a Didática assegura o fazer pedagógico na escola, em sua dimensão político-social e técnica; sendo, por isso, uma disciplina eminentemente pedagógica.

Definindo-se como mediadora escolar dos objetivos e conteúdos do ensino, a Didática investiga as condições e formas que vigoram no ensino e, ao mesmo tempo, os fatores reais (sociais, políticos, culturais, psico sociais) condicionantes das relações entre a docência e a aprendizagem. Ou seja, destacando a instrução e o ensino como elementos primordiais do processo pedagógico escolar; traduz objetivos sociais e políticos em objetivos de ensino,

seleciona e organiza os conteúdos e métodos e, ao estabelecer as conexões entre ensino e aprendizagem, indica princípios e diretrizes que irão regular a ação didática.

Por outro lado, esse conjunto de tarefas não visa outra coisa senão o desenvolvimento físico e intelectual dos alunos, com vista à sua preparação para a vida social. Em outras palavras, o processo didático de transmissão/assimilação de conhecimentos e habilidades tem como culminância o desenvolvimento das capacidades cognoscitivas dos alunos, de modo que assimilem, ativa e independentemente, os conhecimentos sistematizados.

Jose Carlos Libâneo: “Didática e Didáticas, específicas da Pedagogia e Epistemologia”.

Este é o relato de um colóquio apresentado pelo autor Carlos Libâneo.

O Colóquio chamou-se: O “pensar”, “reflexão” de cada educador. E o professor Libâneo trouxe como tema para sua fala “Didática e Didáticas, específicas da Pedagogia e Epistemologia”. Esse tema diz respeito a dois interesses: o primeiro é a questão das didáticas específicas, ou seja, a Didática de Química, Física, Geografia, História, etc... E o segundo é a perspectiva de encontramos nos cursos de graduação a disciplina Didática geral e também as didáticas específicas.

Pode-se dizer que esse tema está diretamente relacionado aos professores, tanto do Ensino Médio quanto dos professores universitários.

O papel do professor é formar sujeitos pensantes e não sujeitos sólidos. Libâneo ressaltou também que este tema tem ligação entre a Pedagogia e a Epistemologia.

Há anos era comum ouvir professores de licenciaturas afirmando que para ensinar qualquer matéria bastava apenas conhecer o “conteúdo”, outros já dizem que para aprender basta colocar o aluno com a pesquisa e, nesse caso, as pessoas entendem que existe um processo de identidade entre o processo de ensino e o processo de iniciação científica.

Por outro lado, a Pedagogia faz da Didática, enquanto disciplina; algo normativo e prescritivo, que cuida de procedimentos didáticos. Tudo isso leva um distanciamento entre o conteúdo das didáticas e os conteúdos das didáticas específicas.

Nesse contexto, pode-se dizer que o que se vê é certa “briga de braço”, entre o professor da Didática Específica e os pedagogos, uma vez que os professores das didáticas específicas afirmam que os pedagogos não conhecem o conteúdo específico, enquanto os pedagogos afirmam que é o necessário é conhecer o aluno, o papel do ensino, as condições materiais favoráveis a aprendizagem, ou seja, isso vem ocasionando um dilema muito grande na formação desses professores. O fato é que; é preciso uma busca de integração entre a Didática e as didáticas específicas.

Assim, quais seriam os principais argumentos que justificam a integração dessas didáticas? E pode-se perceber que ambas as didáticas possuem como objeto de estudo o mesmo tema “ensino”. E esse é compreendido pelo conteúdo entre “professor e aluno”, que de certa forma terminam sintetizando o conhecimento. Então, nessa perspectiva entende-se que a integração dessas didáticas é o “conhecimento”.

Portanto, o ensino diz respeito ao aspecto docente do conhecimento e, nas duas disciplinas, as formas de ensinar dizem respeito à forma de compreender. Libâneo diz que: nenhum professor de Didática ou das didáticas específicas pode ser um professor que se preze se não compreender que as formas de ensinar depende da forma de aprender.

Um dos argumentos da Didática é que o ato de aprender torna o ser como ser pensante. Aprender á ajudar o aluno a desenvolver seus próprios processos de pensamentos

Para uma melhor compreensão dessa temática Libâneo trouxe a perspectiva da Teoria histórico-cultural, com fundamento em Vygotsky, e apresentou algumas premissas dessa teoria, tais como:

- Condicionamento histórico-social da formação humana;
- O papel histórico-cultural e coletivo do individuo, da formação, das funções mentais superiores, expresso pela mediação cultural no processo do conhecimento;

- O ensino como apropriação das capacidades formada historicamente e objetivada na cultura material e espiritual (atividade externa);
- O papel central do ensino na formação do desenvolvimento mental pela interiorização (atividade interna);
- A forma de desenvolvimento proximal;
- As importâncias das relações intersubjetivas nas atividades de ensino e aprendizagem;

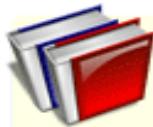
Nesse sentido, é legitimo dizer que o conhecimento está relacionado com o resultado das ações mentais que implicitamente abarcam o conhecimento, ou seja, que, de modo geral, o pensar por conceitos significa dominar os processos mentais.

Conforme preceitos de Libâneo, o processo de ensino começa onde termina o processo de investigação, uma vez que o processo de investigação é fundamental para o processo de ensino. Importa frisar que tais conceitos não são as mesmas coisas.

Pode-se dizer que, quando o professor utiliza o processo de investigação para ensinar deve considerar o que se passa na mente de cada aluno, individualmente, e que seus questionamentos podem ser ou não os mesmos do cientista. Ou seja, um determinado conteúdo, passa a ser utilizado como conteúdo de conhecimento, depois que foi realizado uma pesquisa sob aquele determinado tema. É a partir daí, que se inicia o processo de ensino.

No tocante à Didática, encontra-se o ensino que medeia: objetivos, conteúdos, métodos e forma de organização. A primeira característica para uma “boa didática” é ajudar o aluno a interiorizar os modos de pensar, de raciocinar e de investigar, ou seja, nos cursos de Pedagogia, é preciso aprender o básico de cada conteúdo e, a partir daí, entra as metodologias.

Dessa forma, cada professor precisa estudar e organizar seus conceitos de forma que direcione seus alunos como seres pensantes. Faz-se necessário saber qual o objeto de estudo de cada disciplina (História, Português, Matemática, Geografia, etc.) e seus métodos de investigação, para que se possa ajudar o aluno a pensar e, posteriormente, a investigar. A Didática, então, serve para ajudar os professores a se preparar, de forma competente, para formar alunos como sujeitos pensantes e críticos.



Estudo Complementar

Lembrete: Procure ampliar seus saberes com a leitura do capítulo I do livro; LIBANEO, José Carlos: "Didática". São Paulo: Cortez, 1994.

Outra dica de leitura: MORIN, Edgar. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.



Dica

ESTEBAN, Maria Teresa. O que sabe quem erra? Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Assista o filme Mr. Holland, adorável professor. Trata sobre transformação pessoal, educação , atitudes do professor.



UNIDADE 2

OBJETIVO: Relacionar a Didática com a adequação de metodologias e procedimentos de ensino, em relação ao currículo.

A Didática e a Sua Relação com o Currículo, Metodologia Específica, Procedimentos E Técnicas De Ensino.



A Instrução se refere ao processo e ao resultado da assimilação sólida de conhecimentos sistematizados e ao desenvolvimento das capacidades cognitivas. O núcleo da instrução são os conteúdos das matérias.

O Ensino consiste no planejamento, organização, direção e avaliação da atividade didática, concretizando as tarefas da instrução; o ensino inclui tanto o trabalho do professor (magistério) como a direção da atividade de estudo dos alunos.

Tanto a Instrução como o Ensino se modificam em decorrência da sua necessária ligação com o desenvolvimento da sociedade e com as condições reais em que ocorre o trabalho docente. Nessa ligação, a Didática se fundamenta para formular diretrizes orientadoras do processo de ensino.

O currículo expressa os conteúdos da instrução, nas matérias de cada grau do processo de ensino. Em torno das matérias se desenvolve o processo de assimilação dos conhecimentos e habilidades.

A metodologia compreende o estudo dos métodos e o conjunto dos procedimentos de investigação das diferentes ciências, quanto aos seus fundamentos e validade, distinguindo-se das técnicas que são a aplicação específica dos métodos.

No campo da Didática, há uma relação entre os métodos próprios da ciência, que dá suporte à matéria de ensino, e os métodos de ensino.

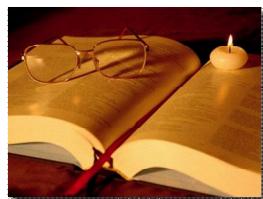
A metodologia pode ser geral (por ex., métodos tradicionais, métodos ativos, métodos da descoberta, método de solução de problemas etc.) ou específica, seja a que se refere aos procedimentos de ensino e estudo das disciplinas do currículo (Alfabetização, Matemática, História, etc.), seja a que se referem os setores da educação escolar ou extraescolar (Educação de Adultos, Educação Especial, Educação Sindical etc.).

Técnicas, recursos ou meios de ensino são complementos da metodologia, colocados à disposição do professor para o enriquecimento do processo de ensino. Atualmente, a expressão “tecnologia educacional” adquiriu um sentido bem mais amplo, englobando técnicas de ensino diversificadas, desde os recursos da informática, dos meios de comunicação e os audiovisuais até os de instrução programada e de estudo individual e em grupos.

A Didática tem muitos pontos em comum com as metodologias específicas de ensino. Elas são as fontes da investigação didática, ao lado da Psicologia da Educação e da Sociologia da Educação. Mas, ao se constituir como teoria da instrução e do ensino, abstrai das particularidades de cada matéria para generalizar princípios e diretrizes para qualquer uma delas.

Em síntese, são temas fundamentais da Didática: os objetivos sociopolíticos e pedagógicos da Educação Escolar, os conteúdos escolares, os princípios didáticos, os métodos de ensino e de aprendizagem, as formas organizativas do ensino, o uso e aplicação de técnicas e recursos, o controle e a avaliação da aprendizagem.

O Objetivo de Estudo da Didática: o processo de ensino



Chama-se Didática um corpo de conhecimentos sobre o ensino e que serve para garantir sua eficiência. O ideal da Didática é um ensino que produza uma transformação no aprendiz e que, mediante o aprendizado desses conteúdos, torne-se cada vez mais capacitado.

Nesse sentido, conteúdos são aquisições por meio da aprendizagem que, no caso ideal, deveriam tornar-se permanentes.

Na medida em que o ensino viabiliza as tarefas da instrução, ele contém a instrução. Pode-se, assim, delimitar como o objetivo da Didática, o processo de ensino que, considerado no seu conjunto, inclui: os conteúdos dos programas e dos livros didáticos, os métodos e formas organizativas do ensino, as atividades do professor e dos alunos e as diretrizes que regulam e orientam esse processo.

Porque estudar o processo de ensino? Já foi visto que não é suficiente dizer que os alunos precisam dominar os conhecimentos. É necessário dizer como fazê-lo, isto é, investigar objetivos e métodos seguros e eficazes para a assimilação dos conhecimentos.

Pode-se definir processo de ensino como uma sequência de atividades do professor e dos alunos, tendo em vista a assimilação de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, através dos quais os alunos aprimoram capacidades cognitivas (pensamento independente, observação, análise-síntese e outras).

A finalidade do processo de ensino é proporcionar aos alunos os meios para que assimilemativamente os conhecimentos, já que a natureza do trabalho docente é mediação da relação cognoscitiva entre o aluno e as matérias de ensino. Isto quer dizer que o ensino é transmissão de informações e o meio de organizar a atividade de estudo dos alunos.



Dica

Dica: Faça uma pesquisa na bibliografia sugerida, procurando outras definições para os termos Educação e Ensino.





Estudo Complementar

Sugestão: ASSMANN, Hugo. Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis. RJ: Vozes, 2004. Capítulo II QUE SIGNIFICA APRENDER.



UNIDADE 3

Objetivo: Compreender a evolução histórica da Didática e seus expoentes mais importantes

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA DIDÁTICA E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS



A história da Didática está ligada ao aparecimento do ensino - no decorrer do desenvolvimento da sociedade, da produção e das ciências - como atividades planejadas e intencionais dedicadas à instrução. Desde os primeiros tempos existem indícios de formas elementares de instrução e aprendizagem.

Sabe-se, por exemplo, que nas comunidades primitivas os jovens passavam por um ritual de iniciação para ingressarem nas atividades do mundo adulto. Pode-se considerar essa atividade, como uma forma de ação pedagógica; embora ainda não esteja presente o "didático" como forma estruturada de ensino.

Na chamada Antiguidade Clássica (gregos e romanos) e no Período Medieval também se desenvolveram formas de ação pedagógica; em escolas, mosteiros, igrejas, universidades. Entretanto, até meados do século XVII não se pode falar de Didática como teoria de ensino, que sistematize o pensamento didático e os estudos científicos das formas de ensinar.

A formação da teoria Didática para investigar as ligações entre ensino e aprendizagem e suas leis, ocorrem no século XVII, quando João Amós Comênio (1592-1670), um pastor protestante, escreve a primeira obra clássica sobre Didática, a *Didacta Magna*.

Ele foi o primeiro educador a formular a ideia da difusão dos conhecimentos a todos e criar princípios e regras do ensino.



Comênio desenvolveu ideias avançadas para a prática educativa nas escolas. Em uma época que surgiam novidades no campo da Filosofia e

das Ciências e grandes transformações nas técnicas de produção, em contraposição às ideias conservadoras da nobreza e do clero.

O sistema de produção capitalista, ainda incipiente, já influenciava a organização da vida social, política e cultural.

A Didática de Comênio e seus princípios:

- A finalidade da educação é conduzir à felicidade eterna com Deus, pois é uma força poderosa de regeneração da vida humana. Todos os homens merecem a sabedoria, a moralidade e a religião, porque todos, ao realizarem sua própria natureza, realizam os desígnios de Deus. Portanto, a educação é um direito natural de todos.
- Por ser parte da natureza, o homem deve ser educado de acordo com o seu desenvolvimento natural, isto é, de acordo com as características e os métodos de ensino correspondentes, de acordo com a ordem natural das coisas.
- A assimilação dos conhecimentos não se dá instantaneamente, como se o aluno registrasse de forma mecânica na sua mente a informação do professor, como o reflexo num espelho. O ensino, ao invés disso, tem um papel decisivo à percepção sensorial das coisas. Os conhecimentos devem ser adquiridos a partir da observação das coisas e dos fenômenos, utilizando e desenvolvendo sistematicamente os órgãos dos sentidos.
- O método intuitivo consiste, assim, da observação direta, pelos órgãos dos sentidos, das coisas, para o registro das impressões na mente do aluno. Primeiramente as coisas, depois as palavras. Portanto, deve-se partir do conhecido para o desconhecido.

Apesar da grande novidade nessas ideias, principalmente quando é um impulso ao surgimento de uma teoria do ensino, Comênio não escapou de algumas crenças usuais, da época, sobre o ensino. Embora partindo da observação e da experiência sensorial, mantinha-

se o caráter transmissor do ensino; embora procurando adaptar o ensino às fases do desenvolvimento infantil, mantinha-se o método único e o ensino simultâneo a todos.

Entretanto, Comênio desempenhou uma influência considerável, não somente porque se empenhou em desenvolver métodos de instrução mais rápidos e eficientes, mas também porque desejava que todas as pessoas pudesse usufruir dos benefícios do conhecimento.

Sabemos que, na história, as ideias, principalmente quando são muito inovadoras para a época, costumam demorar em terem efeito prático. No século XVII e enquanto viveu Comênio, ainda predominaram práticas escolares da Idade Média: ensino intelectualista, verbalista e dogmático, memorização e repetição mecânica dos ensinamentos do professor. Nessas escolas não havia espaços para ideias próprias dos alunos, o ensino era separado da vida mesmo porque ainda era grande o poder da religião na vida social.



Estudo Complementar

Dica de Leitura: PILETTI, Cláudio. Didática Geral. São Paulo: Editora Ática, 23º edição, 2002.



Dica

MASETTO, Marcos. Didática – a aula como centro. São Paulo: FTD, 1997.

PILETTI, Cláudio. Didática Geral. 21.ed. São Paulo: Ática, 1997.



UNIDADE 4

Objetivo: Proporcionar conhecimentos sobre a importância e contribuição de alguns pensadores, para a práxis pedagógica, no panorama educacional

Os Pensadores da Pedagogia



Intensas mudanças nas formas de produção provocaram um grande desenvolvimento da ciência e da cultura. Na medida em que a burguesia se fortalecia como classe social, disputando o poder econômico e político com a nobreza, crescia a necessidade de um ensino ligado às exigências do mundo da produção e dos negócios e, ao mesmo tempo, que contemplasse o livre desenvolvimento das capacidades e interesses individuais.

Nesse cenário, as ideias de Comênio influenciaram muitos outros pedagogos. Um dos mais importantes foi Johann Friedrich Herbart (1766-1841), Pedagogo alemão que exerceu influência na Didática e na prática docente.

Foi, e continua sendo, inspirador da Pedagogia Conservadora e suas ideias precisam ser estudadas, devido a sua presença constante nas salas de aula brasileiras. Junto com uma formulação teórica dos fins da educação e da Pedagogia como ciência, desenvolveu uma análise do processo psicológico-didático de aquisição de conhecimentos, sob a direção do professor.

Segundo Herbart, o fim da educação é a moralidade, atingida através da instrução educativa. Educar o homem significa instruí-lo para querer o bem, de modo que aprenda a comandar a si próprio. A principal tarefa da instrução é introduzir ideias corretas na mente dos alunos. O professor é um arquiteto da mente.

Ele deve trazer à atenção dos alunos as ideias que deseja que dominem suas mentes. Controlando os interesses dos alunos, o professor vai construindo uma massa de ideias na mente, que por sua vez vai favorecer a assimilação de ideias novas.

Herbart estava atrás da formulação de um método único de ensino, em conformidade com as leis psicológicas do conhecimento.

Estabeleceu quatro passos didáticos: o primeiro seria a preparação e apresentação da matéria nova, de forma clara e completa, que denominou o primeiro, a clareza; o segundo, as associações entre as ideias antigas e as novas; o terceiro, a sistematização dos conhecimentos, tendo em vista a generalização; o quarto seria a aplicação, o uso dos conhecimentos adquiridos através de exercícios, que denominou de método.

Posteriormente, seus discípulos aprimoraram a proposta dos passos formais, reordenando-os em cinco: preparação, apresentação, da assimilação, generalização e aplicação; fórmula essa que ainda é utilizada pela maioria dos professores.

O sistema pedagógico de Herbart trouxe esclarecimentos para a organização da prática docente, como por exemplo: a necessidade de estruturação e ordenação do processo de ensino; a exigência de compreensão dos assuntos estudados e não simplesmente memorização e o significado educativo da disciplina na formação do caráter.

Entretanto, o Ensino é entendido como repasse de ideias do professor para a cabeça do aluno. Com isso, a aprendizagem se torna mecânica, automática, associativa, e não mobilizando a atividade mental, a reflexão e o pensamento independente e criativo dos alunos. Essas ideias difundiram-se, demarcando as concepções pedagógicas conhecidas como Pedagogia Tradicional e Pedagogia Renovada.



Estudo Complementar

Sugestão: Reflita sobre a ação educadora da personagem do filme “O sorriso de Monalisa” e construa um texto dissertativo, com no mínimo uma lauda, demonstrando seu pensar crítico e reflexivo sobre a práxis educativa.





Dica

COLOCAR O FILME: O espelho tem duas faces. Trata de liderança educadora, educação , atitudes do professor.



UNIDADE 5

Objetivo: Adquirir conhecimentos específicos sobre as principais tendências pedagógicas adotadas no Brasil e suas aplicações no processo ensino-aprendizagem.

Tendências Pedagógicas no Brasil e a Didática



Nos últimos anos, diversos estudos têm sido dedicados à História da Didática no Brasil, suas relações com as tendências pedagógicas e à investigação do seu campo de conhecimentos.

Os autores, em geral, concordam em classificar as tendências pedagógicas em dois grupos: as de cunho liberal - Pedagogia Tradicional, Pedagogia Renovada e Tecnicismo Educacional; as de cunho progressista - Pedagogia Libertadora e Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos.

Na Pedagogia Tradicional, a Didática é uma disciplina normativa, um conjunto de princípios e regras que regulam o ensino. A atividade de ensinar é centrada no professor que expõe e interpreta a matéria. Às vezes são utilizados meios como a apresentação de objetos, ilustrações, exemplos, mas o meio principal é a palavra, a exposição oral. Supõe-se que ouvindo e fazendo exercícios repetitivos, os alunos "gravam" a matéria para depois, reproduzi-la, seja através das interrogações do professor, seja através das provas.

Para isso, é importante que o aluno "preste atenção", porque ouvindo facilita-se o registro do que se transmite, na memória. O aluno é um recebedor da matéria e sua tarefa é decorá-la. A matéria de ensino é tratada isoladamente, isto é, desvinculada dos interesses dos alunos e dos problemas reais da sociedade e da vida.

O método é dado pela lógica e sequência da matéria, é o meio utilizado pelo professor para comunicar a matéria e não dos alunos para aprendê-la. É ainda forte a presença dos métodos intuitivos, que foram incorporados ao ensino tradicional. Baseiam-se na

apresentação de dados sensíveis, de modo que os alunos possam observá-los e formar imagens deles em sua mente.

A Didática tradicional tem resistido ao tempo, continua prevalecendo na prática escolar. É comum nas nossas escolas atribuir-se ao ensino a tarefa de mera transmissão de conhecimentos, sobrecarregar o aluno de conhecimentos que são decorados sem questionamento, darem somente exercícios repetitivos, impor externamente a disciplina e usar castigos.

Trata-se de uma prática escolar que empobrece até as boas intenções da Pedagogia Tradicional que pretendia, com seus métodos, a transmissão da cultura geral, isto é, das grandes descobertas da humanidade, e a formação do raciocínio, o treino da mente e da vontade.

Os conhecimentos ficaram estereotipados, insossos, sem valor educativo vital, desprovidos de significados sociais, inúteis para a formação das capacidades intelectuais e a compreensão crítica da realidade. O intento de formação mental, de desenvolvimento do raciocínio, ficou reduzido a práticas de memorização.

A Pedagogia Renovada inclui várias correntes: a *progressivista* (que se baseia na teoria educacional de John Dewey), a *não diretiva* (principalmente inspirada em Carl Rogers), a *ativista-espiritualista* (de orientação católica), a *culturalista*, a *piagetiana*, a *montessoriana* e outras. Todas, de alguma forma, estão ligadas ao movimento da Pedagogia Ativa, que surge no final do século XIX como contraposição à Pedagogia Tradicional.

A Didática da Escola Nova ou Didática Ativa é entendida como "direção da aprendizagem", considerando o aluno como sujeito da aprendizagem. O que o professor tem a fazer é colocar o aluno em condições propícias para que, partindo das suas necessidades e estimulando interesses, possa buscar por si mesmo conhecimentos e experiências.

A ideia é a de que o aluno aprende melhor o que faz por si próprio. Não se trata apenas de aprender fazendo, no sentido de trabalho manual, ações de manipulação de objetos. Trata-se de colocar o aluno em situações que seja



mobilizada a sua atividade global e que se manifesta em atividades intelectuais, atividade de criação, de expressão verbal, escrita, plástica. O centro da atividade escolar não é o professor nem a matéria, é o aluno ativo e investigador.

O professor incentiva, orienta, organiza as situações de aprendizagem, adequando-as às capacidades de características individuais dos alunos. Por isso, a Didática Ativa dá grande importância aos métodos e técnicas como o trabalho de grupo, atividades cooperativas, estudo individual, pesquisas, projetos, experimentações etc.; bem como aos métodos de reflexão e método científico de descobrir conhecimentos. Tanto na organização das experiências de aprendizagem como na seleção de métodos, importa o processo de aprendizagem e não diretamente o ensino.

O melhor método é aquele que atende às exigências psicológicas do aprender. Em síntese, a Didática Ativa dá menos atenção aos conhecimentos sistematizados, valorizando mais o processo da aprendizagem e os meios que possibilitam o desenvolvimento das capacidades e habilidades intelectuais dos alunos.

Por isso, os adeptos da Escola Nova costumam dizer que o professor não ensina; antes, ajuda o aluno a aprender. Ou seja, a Didática não é a direção do ensino, é a orientação da aprendizagem, uma vez que esta é uma experiência própria do aluno através da pesquisa, da investigação.

Esse entendimento da Didática tem muitos aspectos positivos, principalmente quando baseia a atividade escolar na atividade mental dos alunos, no estudo e na pesquisa, visando à formação de um pensamento autônomo. Entretanto, é raro encontrar professores que apliquem inteiramente o que propõe a Didática Ativa. Seja por falta de conhecimento aprofundado das bases teóricas da Pedagogia Ativa; ou ainda: por falta de condições materiais, pelas exigências de cumprimento do programa oficial e outras razões, o que fica são alguns métodos e técnicas.

Assim, é muito comum os professores utilizarem procedimentos e técnicas como trabalho de grupo, estudo dirigido, discussões, estudo do meio, etc., sem levar em conta seu objetivo principal, ou seja, levar o aluno a pensar, a raciocinar cientificamente, a desenvolver sua

capacidade de reflexão e a independência de pensamento. Com isso, na hora de comprovar os resultados do ensino e da aprendizagem, pedem matéria decorada, da mesma forma que se faz no ensino tradicional.

Em paralelo à Didática da Escola Nova, surge, a partir dos anos 50, a Didática Moderna proposta por Luís Alves de Mattos. Seu livro Sumário de Didática Geral foi largamente utilizado durante muitos anos nos cursos de formação de professores e exerceu considerável influência em muitos manuais de Didática publicados posteriormente.

Conforme sugerido anteriormente, a Didática Moderna é inspirada na Pedagogia da Cultura, corrente pedagógica de origem alemã. Mattos identifica sua Didática com as seguintes características: o aluno é o fator pessoal decisivo na situação escolar. Em função dele giram as atividades escolares, para orientá-lo e incentivá-lo na sua educação e na sua aprendizagem; tendo em vista desenvolver-lhe a inteligência e formar-lhe o caráter e a personalidade.

O professor é o incentivador, orientador e controlador da aprendizagem organizando o ensino em função das reais capacidades dos alunos e do desenvolvimento dos seus hábitos de estudo e reflexão. A matéria e o conteúdo cultural da aprendizagem, o objeto ao qual se aplica o ato de aprender, onde se encontram os valores lógicos e sociais a serem assimilados pelos alunos; está a serviço do aluno para formar suas estruturas mentais e, por isso, sua seleção, dosagem e apresentação vinculam-se às necessidades e capacidades reais dos alunos.

O método representa o conjunto dos procedimentos para assegurar a aprendizagem, isto é, existe em função da aprendizagem, razão pela qual, a par de estar condicionado pela natureza da matéria, relaciona-se com a psicologia do aluno.

Definindo a Didática como disciplina normativa, técnica de dirigir e orientar eficazmente a aprendizagem das matérias tendo em vista objetivos educativos, Mattos propõe a teoria do ciclo docente, que é o método didático em ação.

O ciclo docente, abrangendo as fases de planejamento, orientação e controle da aprendizagem e suas subfases, é definido como "o conjunto de atividades exercidas, em sucessão ou ciclicamente, pelo professor, para dirigir e orientar o processo de aprendizagem dos seus alunos, levando-o a bom termo". É o método em "ação".

Quanto ao Tecnicismo Educacional, embora seja considerada como uma tendência pedagógica inclui-se, em certo sentido, na Pedagogia Renovada. Desenvolveu-se no Brasil na década de 50, à sombra do progressivismo ganhando nos anos 60 autonomia quando se constituiu especificamente como tendência; inspirada na teoria behaviorista da aprendizagem e na abordagem sistêmica do ensino.

Esta orientação acabou sendo imposta às escolas pelos organismos oficiais ao longo de boa parte das duas décadas seguintes, por ser compatível com a orientação econômica, política e ideológica do regime militar então vigente.

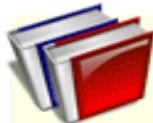
O sistema de instrução compõe-se das seguintes etapas:

- ▼ Especificação de objetivos instrucionais operalizados;
- ▼ Avaliação prévia dos alunos para estabelecer pré-requisitos para alcançar os objetivos;
- ▼ Ensino ou organização das experiência de aprendizagem;
- ▼ Avaliação dos alunos relativa ao que se propôs nos objetivos iniciais.

Objetivos:

O arranjo mais simplificado dessa sequência resultou na fórmula: conteúdo, estratégias e avaliação. O professor é um administrador e executor do planejamento, o meio de previsão

das ações a serem executadas e dos meios necessários para se atingir os objetivos. Boa parte dos livros didáticos em uso nas escolas é elaborada com base na Tecnologia da Instrução.



Estudo Complementar

Crise na Educação: Por quê? O papel da educação na humanização.

HAITD, Regina Célia Cazaux. Curso de Didática Geral. São Paulo: Ática, 2006.



Dica

Assista : Sociedade dos Poetas Mortos. Trata de criatividade, mudança de paradigmas, educação, atitudes do professor.



UNIDADE 6

Objetivo: Apropriar-se dos conhecimentos e aplicabilidade didático-pedagógica das tendências progressistas.

O Progresso das Tendências Pedagógicas e a Didática



As tendências de cunho progressista interessadas em propostas pedagógicas voltadas para os interesses da maioria da população, foram adquirindo maior solidez e sistematização por volta dos anos 80.

São também denominadas teorias críticas da educação. Não é que não tenham existido antes esforços no sentido de formular propostas de Educação Popular.

Já no começo do século XX formaram-se movimentos de renovação educacional, por iniciativa de militantes socialistas. Muitos dos integrantes do movimento dos pioneiros da Escola Nova tinham reais interesses em superar a educação elitista e discriminadora da época.

No início dos anos 60 surgiram os movimentos de Educação de Adulto que geraram ideias pedagógicas e práticas educacionais de Educação Popular, configurando a tendência que foi denominada de Pedagogia Libertadora.

Na segunda metade da década de 70, com a incipiente modificação do quadro político repressivo em decorrência de lutas sociais por maior democratização da sociedade, tornou-se possível a discussão de questões educacionais e escolares, numa perspectiva de crítica política das instituições sociais do capitalismo.

Muitos estudiosos e militantes políticos se interessaram apenas pela crítica e pela denúncia do papel ideológico e discriminador da escola na sociedade capitalista. Outros, no entanto, levando e conta essa crítica, preocuparam-se em formular propostas e desenvolver estudos no sentido de tornar possível uma escola articulada com os interesses concretos do povo.

Entre essas tentativas destacam-se a Pedagogia Libertadora e a Pedagogia Crítico-Social dos conteúdos. A primeira retomou as propostas da Educação Popular dos anos 60, refundindo - se princípios e práticas em função das possibilidades do seu emprego na educação formal em escolas públicas, já que inicialmente tinham caráter extraescolar, não oficial, e voltadas para o atendimento de clientela adulta.

A segunda, inspirando-se no materialismo histórico dialético, constituiu-se como movimento pedagógico interessado na Educação Popular, na valorização da escola pública e no trabalho do professor; no ensino de qualidade para o povo e, especificamente, na acentuação da importância do domínio sólido por parte de professores e alunos dos conteúdos científicos do ensino como condição para a participação efetiva do povo nas lutas sociais (na política, na profissão, no sindicato, nos movimentos sociais e culturais).

Trata-se de duas tendências pedagógicas progressistas, propondo uma educação escolar crítica a serviço das transformações sociais e econômicas, ou seja, de superação das desigualdades sociais decorrentes das formas sociais capitalistas de organização da sociedade. No entanto, diferem quanto a objetivos imediatos, meios e estratégias de atingir essas metas gerais comuns.



A Pedagogia Libertadora não tem uma proposta explícita de Didática e muitos dos seus seguidores, entendendo que toda didática resumir-se-ia ao seu caráter tecnicista, instrumental, meramente prescritivo, até recusam admitir o papel dessa disciplina na formação dos professores.

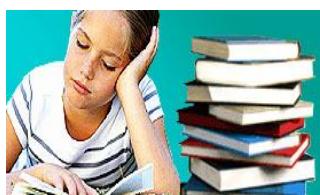
No entanto há uma didática implícita na orientação do trabalho escolar, pois, de alguma forma, o professor se põe diante de uma classe com a tarefa de orientar a aprendizagem dos alunos.

A atividade escolar é centrada na discussão de temas sociais e políticos; poder-se-ia falar de um ensino centrado na realidade social, em que professor e alunos analisam problemas e realidades do meio social, econômico e cultural, da comunidade local, com seus recursos e necessidades, tendo em vista a ação coletiva frente a esses problemas e realidades.

Nesse processo, a Pedagogia Libertadora tem sido empregada com muito êxito em vários setores dos movimentos sociais, como sindicatos, associações de bairro, comunidades religiosas. Parte desse êxito se deve ao fato de ser utilizada entre adultos que vivenciam uma prática política e onde o debate sobre a problemática econômica, social e política pode ser aprofundado com a orientação de intelectuais comprometidos com os interesses populares.

Para a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos a escola pública cumpre a sua função social e política, assegurando a difusão dos conhecimentos sistematizados a todos, como condição para a efetiva participação do povo nas lutas sociais.

Do ponto de vista didático, o ensino consiste na mediação de objetivos-conteúdos-métodos que assegure o encontro formativo entre os alunos e as matérias escolares, que é o fator decisivo da aprendizagem.



A Pedagogia Crítico-Social dos conteúdos atribui grande importância à Didática, cujo objeto de estudo é o processo de ensino nas suas relações e ligações com a aprendizagem.

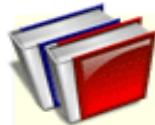
A ação de ensinar e aprender forma uma unidade, mas cada uma tem a sua especificidade.

A Didática tem como objetivo a direção do processo de ensinar, tendo em vista finalidades sociais, políticas e pedagógicas e, ainda, as condições e os meios formativos. Tal direção, entretanto, converge para promover à autoatividade dos alunos, a aprendizagem.

Com efeito, se a Pedagogia define fins e meios da prática educativa, a partir dos seus vínculos com a dinâmica da prática social, os conhecimentos teóricos e práticos da Didática medeiam os vínculos entre o pedagógico e a docência; fazem à ligação entre o "para quê" (opções político-pedagógicas) e o "como" da ação educativa escolar (a prática docente).

A Pedagogia Crítico-Social toma partido dos interesses majoritários da sociedade, atribuindo à instrução e ao ensino o papel de proporcionar aos alunos o domínio de conteúdos científicos, os métodos de estudo e habilidades e hábitos de raciocínio científico; de modo a irem formando a consciência crítica face às realidades sociais e capacitando-se a assumir no

conjunto das lutas sociais a sua condição de agentes ativos de transformação da sociedade e de si próprios.



Estudo Complementar

Dica de Leitura: LIBANEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. Cap. II



Dica

GENTIL, p.; ALENCAR, c. Educar na Esperança em Tempos de Desencanto. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.



UNIDADE 7

Objetivo: Adquirir conhecimentos acerca da Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e sua relação com uma aprendizagem transformadora.

Processo Didático na Concepção da Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos

Ensino e aprendizagem

A tarefa principal do professor é garantir a unidade Didática entre ensino e aprendizagem, através do processo de ensino. Ensino e aprendizagem são duas facetas de um mesmo processo. O professor planeja dirigir e controlar o processo de ensino, tendo em vista estimular e suscitar a atividade própria dos alunos para a aprendizagem. Para compreender corretamente a dinâmica desse processo é necessário analisar separadamente cada um dos seus componentes.

A aprendizagem



A condução do processo de ensino requer uma compreensão clara e segura do processo de aprendizagem. Consiste aprender, como as pessoas aprendem quais as condições externas e internas que influenciam.

Em sentido geral, qualquer atividade humana praticada no ambiente em que se vive pode levar a uma aprendizagem. Jovens e adultos aprendem processos mais complexos de pensamento, aprendem uma profissão, discutem problemas e aprendem a fazer opções, etc.

Pode-se distinguir a aprendizagem casual e a aprendizagem organizada. A aprendizagem casual é quase sempre espontânea, surge naturalmente da interação entre as pessoas e com o ambiente em que vivem. Ou seja, pela convivência social, pela observação de objetos

e acontecimentos, pelo contato com os meios de comunicação, leituras, conversas etc., as pessoas vão acumulando experiências, adquirindo conhecimentos, formando atitudes e convicções.

A aprendizagem organizada é aquela que tem por finalidade específica aprender determinados conhecimentos, habilidades, normas de convivência social. Embora isso possa ocorrer em vários lugares; é na escola que são organizadas as condições específicas para a transmissão e assimilação de conhecimentos e habilidades.

Esta organização intencional, planejada e sistemática das finalidades e condições da aprendizagem escolar é tarefa específica do ensino.



Estudo Complementar

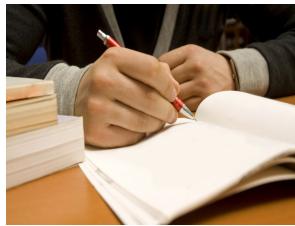
Dica de Leitura: RAYS, O. A. e LYRA, J.H.B. Elaboração de projetos de Aprendizagem. João Pessoa: UFPB - CE-DME, 1979. (mimeo)



UNIDADE 8

Objetivo: Conhecer os princípios do processo de assimilação mediados pela ação do professor.

Aprendizagem: um processo de assimilação



No processo de ensino são estabelecidos objetivos, conteúdos e métodos, mas a assimilação deles é consequência da atividade mental dos alunos. Conhecimentos, habilidades, atitudes, modos de agir não são coisas físicas que podem ser transferidas da cabeça do professor para a cabeça do aluno.

A aprendizagem efetiva acontece quando, pela influência do professor, são mobilizadas as atividades física e mental próprias dos alunos, no estudo das matérias. É o que denomina-se de processo de assimilação ativa.

O Processo da assimilação ativa

Entende-se por assimilação ativa ou apropriação de conhecimento e habilidades, o processo de percepção, compreensão e reflexão, e a aplicação que se desenvolve com os meios intelectuais, motivacionais e atitudinais do próprio aluno, sob a direção e orientação do professor.

O processo de assimilação ativa é um dos conceitos fundamentais da Teoria da Instrução e do Ensino. Permite entender que o ato de aprender é um ato de conhecimento pelo qual se assimila mentalmente os fatos, fenômenos e relações do mundo, da natureza e da

sociedade, através do estudo das matérias de ensino. Nesse sentido, pode-se dizer que aprendizagem é uma relação cognitiva entre o sujeito e os objetos de conhecimento.

Há uma atividade do sujeito em relação aos objetos de conhecimento para assimilá-los; ao mesmo tempo, as propriedades do objeto atuam no sujeito, modificando e enriquecendo suas estruturas mentais. Por esse processo, formam-se conhecimentos e modos de atuação, pelos quais se aplica a compreensão da realidade, para transformá-la, tendo em vista necessidades e interesses humanos e sociais.

Para que se realize na escola o processo de assimilação ativa de novos conhecimentos e, por meio dele, o desenvolvimento das forças cognoscitivas dos alunos, é preciso à ação externa do professor, isto é, o ensino e seus componentes: Objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas.

Em síntese, têm-se, nas situações didáticas, fatores externos e internos, mutuamente relacionados. O professor propõe objetivos e conteúdos, tendo em conta as características dos alunos e de sua prática de vida. Os alunos dispõem meios que constituem o conjunto de suas capacidades cognoscitivas, tais como: percepção, motivação, compreensão, memória, atenção, atitudes e os conhecimentos já disponíveis.

Essas capacidades vão se desenvolvendo no decorrer da vida e do processo de ensino, pois podem ser aprendidas no processo de assimilação de conhecimentos.

Os níveis de aprendizagem



Os meios internos pelos quais o organismo psicológico aprende são bastante complexos. Esquematicamente, pode-se dizer que há dois níveis de aprendizagem humana: o reflexo e o cognitivo.

O nível reflexo se refere às sensações pelas quais os processos de observação e percepção, das coisas, são desenvolvidos; além das ações motoras (físicas) no ambiente.

Essas aprendizagens são responsáveis pela formação de hábitos sensoriomotores e são as que predominam na fase inicial do desenvolvimento da criança, como por exemplo: agarrar objetos, distinguir cores, formas e sons, andar etc.. Muitas delas são obtidas de forma automática e inconsciente. Esse nível de aprendizagem continua ocorrendo durante toda a vida humana.

Entrelaçado com o nível reflexo, o nível cognitivo se refere à aprendizagem de determinados conhecimentos e operações mentais, caracterizada pela apreensão consciente, compreensão e generalização das propriedades e relações essenciais da realidade, bem como pela aquisição de modos de ação e aplicação referentes a essas propriedades e relações.

No nível cognitivo, os indivíduos aprendem tanto em contato direto com as coisas no ambiente quanto com as palavras, que designam coisas e fenômenos do ambiente. Isso significa que, como instrumentos da linguagem, as palavras constituem importante condição para a aprendizagem, pois formam a base dos conceitos com os quais o ser humano pode pensar.

Momentos interligados do processo de assimilação ativa

Conforme visto, a primeira atividade frente a determinado objetivo de ensino, é a observação sensorial das coisas. Propriedades, semelhanças e diferenças que as distinguem externamente.

As situações didáticas devem ser organizadas para o aluno perceber ativamente o objeto de estudo, seja de forma direta (ações físicas com as coisas do ambiente, ilustrações, demonstrações), seja de forma indireta, pelo uso das palavras.

A transformação da percepção ativa para um nível mais elevado de compreensão implica a atividade mental de tomar os objetos e fenômenos estudados, nas suas relações com outros objetos e fenômenos, para ir formando ideias e conceitos mais claros e mais amplos. Trata-

se de uma transformação e aprimoramento das primeiras percepções que, agora, passam pela análise e síntese; pela abstração, generalização e sistematização.

Nesse processo, o aluno vai, gradativamente, se desprendendo da coisa concreta do ambiente para torná-la uma coisa pensada. A partir daí, o aluno pode operar mentalmente, com os conteúdos assimilados. O processo de assimilação ativa culmina com a consolidação e aplicação.

Deve-se alertar ainda, que nem sempre é necessário iniciar o processo de assimilação pela atividade perceptiva, material, concreta (manipular objetos, examinar, observar, representar graficamente objetos e fenômenos etc.).

Há situações de ensino em que os alunos já possuem conceitos e operações mentais, bastando avivá-los e recordá-los. Por isso, é importante que o professor tenha perspicácia para captar as características específicas de cada situação.



Na sala de aula, predomina a via indireta de ensino, ou seja, o professor e os alunos trabalham com conceitos já elaborados, com representações verbais do professor, ou o texto do livro didático. Embora deva ser empregada a experiência direta, sempre que possível.

Quaisquer que sejam os métodos e modos de assimilação, a linguagem é fundamental tanto para o professor, que explica os conceitos científicos, quanto para o aluno; que os utiliza para formar suas ideias e noções.

Os conceitos científicos e o desenvolvimento dos instrumentos linguísticos do pensamento, assimilados com base na experiência sociocultural dos alunos, aperfeiçoam a comunicação, propiciam a habilidade de verbalização e ampliam a capacidade de raciocinar.



Estudo Complementar

Dica de Leitura: RAYS, O. A. e LYRA, J.H.B. Elaboração de projetos de Aprendizagem. João Pessoa: UFPB - CE-DME, 1979. (mimeo)

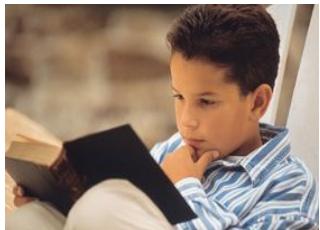


UNIDADE 9

Objetivo: Conhecer as características envolvidas na dialética; aprendizagem e ensino.

Características da Aprendizagem Escolar

- a) A aprendizagem escolar é uma atividade planejada, intencional e dirigida, portanto, não é algo casual e espontâneo. Aprendizagem e ensino formam uma unidade, mas não são atividades que se confundem uma com a outra.



A atividade cognoscitiva do aluno é a base e o fundamento do ensino, e esse dá direção e perspectiva àquela atividade por meio dos conteúdos, problemas, métodos, procedimentos organizados pelo professor em situações didáticas específicas.

- b) O processo de assimilação de conhecimentos resulta da reflexão proporcionada pela percepção prático-sensorial e pelas ações mentais que caracterizam o pensamento.

Todo conhecimento se baseia nos dados da realidade, que são o seu conteúdo. Por isso, as atividades de ensino somente fazem sentido quando suscitam a atividade mental dos alunos, de modo a saberem lidar com elas, através dos conhecimentos sistematizados que vão adquirindo.

- c) Na aprendizagem escolar há influência de fatores afetivos e sociais, tais como os que suscitam a motivação para o estudo, os que afetam as relações professor-aluno, os que interferem nas disposições emocionais dos alunos para enfrentar as tarefas escolares, os que contribuem ou dificultam a formação de atitudes positivas dos alunos frente às suas capacidades e frente aos problemas e situações da realidade e do processo de ensino e aprendizagem.

- d) Os conteúdos e as ações mentais que vão sendo formados dependem da organização lógica e psicológica dos conteúdos estudados. A organização lógica se refere à sequência

progressiva dos conceitos, ideias, habilidades, em nível crescente de complexidade. Organização psicológica se refere à adequação ao nível de desenvolvimento físico e mental que, por sua vez, é condicionado pelas características sociais e culturais dos alunos.

A ideia de progressividade no desenvolvimento escolar se aplica também à organização das unidades didáticas nas aulas. Os alunos aprendem tudo numa só aula, pois a aprendizagem é um processo garantido.

Entretanto, a sólida aprendizagem decorre da consolidação de conhecimentos e métodos de pensamento, sua aplicação em situações de aula ou do dia a dia e, principalmente, da capacidade do aluno lidar, de modo independente e criativo, com os conhecimentos que assimilou. Tudo isso requer tempo e trabalho incessante do professor.

e) A aprendizagem escolar tem um vínculo direto com o meio social. A consolidação do conhecimento depende do vínculo: aprendizagem-meio social.

Os professores devem estar preparados para buscar procedimentos didáticos que ajudem os alunos a enfrentarem suas desvantagens, a adquirirem o desejo e o gosto pelos conhecimentos escolares, a elevar suas expectativas de um futuro melhor para si e sua classe social.

Outro aspecto fundamental da aprendizagem é a linguagem. A linguagem é o veículo para a formação e expressão dos nossos pensamentos. As formas de linguagem expressam as condições sociais e culturais de vida das pessoas (modalidades de relacionamentos, costumes, crenças, modos de pensar sobre o mundo e a vida etc.).



A combinação entre a linguagem do professor e linguagem dos alunos é de extrema importância, pois é pela via da linguagem que os alunos podem assimilar os conhecimentos sistematizados.

f) A aprendizagem escolar se vincula também com a motivação dos alunos, que indicam os objetivos que procuram.

A motivação é intrínseca, quando se trata de objetivos internos como: a satisfação de necessidades orgânicas ou sociais, a curiosidade, a aspiração pelo conhecimento; já quando é extrínseca, a ação do aluno é estimulada de fora, como: as exigências da escola, a expectativa de benefícios sociais que o estudo pode trazer; a estimulação da família, do professor ou dos demais colegas.

A motivação intrínseca precisa ser apoiada, muito frequentemente, na motivação extrínseca; a fim de manter o interesse, a atenção e o envolvimento dos alunos no trabalho docente.

g) O trabalho docente é a atividade que dá unidade ao binômio ensino-aprendizagem, pelos processos de transmissão e assimilação ativa de conhecimentos, realizando a tarefa de mediação, na relação cognitiva entre o aluno e as matérias de estudo.

Nessa concepção, a atividade do aluno consiste no enfrentamento da matéria por suas próprias forças cognoscitivas, porém dirigida e orientada de fora pelo professor. A inter-relação entre os dois momentos do processo de ensino transmissão e assimilação ativa - supõe a confrontação entre os conteúdos sistematizados (trazidos pelo professor) e a experiência sociocultural concreta dos alunos, isto é, a experiência que trazem do seu meio social, conhecimentos que já dominam as motivações e expectativas, a percepção que eles têm do conteúdo ensinado.



Estudo Complementar

Dica de Leitura: VEIGA, Ilma. P. Alencastro (org.). Repensando a Didática. Campinas: Papirus, 1998.





Dica

PERRENOUD, Philippe. Construir competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.



UNIDADE 10

Objetivo: Perceber os fundamentos do Ensino e sua correlação com o ato: ensinar e aprender.

Dinâmica do Processo de Ensino



O Ensino é um meio fundamental do progresso intelectual dos alunos e o seu processo abrange a assimilação de conhecimentos, mas inclui outras tarefas.

Para assegurar a assimilação ativa, o professor deve antecipar os objetivos de ensino, explicar a matéria, instigar os conhecimentos pré-existentes; estimulá-los no desejo de conhecer o conteúdo novo.

Deve transformar a matéria em conteúdos significativos, compreensíveis; saber detectar o nível da capacidade cognoscitiva dos alunos; empregar os métodos mais eficazes para ensinar; não para um aluno ideal, mas para os alunos concretos que ele tem à sua frente.

Assim, o processo de ensino é uma atividade de mediação pela qual são providas as condições e os meios para os alunos se tornarem sujeitos ativos na assimilação dos conhecimentos.

O ensino tem três funções inseparáveis:

- a) Organizar os conteúdos para a sua transmissão, de forma que os alunos possam ter uma relação subjetiva com eles. Transmitir a matéria, nesse sentido, é traduzir didaticamente a matéria para alunos determinados, com suas características sociais e culturais; nível de preparo para enfrentar os conteúdos novos, levando em consideração os conhecimentos e experiências que trazem para a sala de aula.

b) Ajuda - Ajudar os alunos a conhecerem as suas possibilidades de aprender, orientar suas dificuldades, indicar métodos de estudo e atividades de forma que os levem a aprender de forma autônoma e independente.

Dirigir e controlar a atividade docente para os objetivos da aprendizagem.

A atividade de ensino, por outro lado, está indissociavelmente ligado à vida social mais ampla. Em sentido amplo, o ensino exerce a mediação entre o indivíduo e a sociedade.

Essa mediação significa tanto a explicitação dos objetivos de formação escolar frente às exigências do contexto social, político e cultural de uma sociedade marcada pelo conflito de interesses entre os grupos sociais, quanto o entendimento de que o domínio de conhecimentos e habilidades é um instrumento coadjuvante para a superação das condições de origem social dos alunos, seja pela melhoria das condições de vida, seja pela luta conjunta para a transformação social.

A unidade entre Ensino e Aprendizagem



Pode-se sintetizar dizendo que a relação entre Ensino e Aprendizagem é uma relação recíproca na qual se destacam o papel dirigente, do professor e a atividade dos alunos.

O Ensino visa estimular, dirigir, incentivar, impulsionar o processo de aprendizagem dos alunos. Conforme já abordado anteriormente, o Ensino tem um caráter eminentemente pedagógico, ou seja, o de dar um rumo definido para o processo educacional que se realiza na escola.

O Ensino tem a tarefa principal de assegurar a difusão e o domínio dos conhecimentos sistematizados legados pela humanidade. Daí, a importância da seleção e organização do conteúdo de ensino e dos métodos apropriados a serem trabalhados, num processo organizado na sala de aula.

A Aprendizagem é a assimilação ativa de conhecimentos mentais, para compreendê-los e aplicá-los consciente e autonomamente. O Ensino só existe na relação com a Aprendizagem.

A unidade entre Ensino e Aprendizagem fica comprometida quando o Ensino se caracteriza pela memorização; quando o professor concentra na sua pessoa a exposição da matéria, quando não suscita o desenvolvimento ativo dos alunos.

Por outro lado, também se quebra a unidade quando os alunos são deixados sozinhos, com o pretexto de que o professor somente deve facilitar a aprendizagem e não ensinar. O Processo de Ensino tem o papel de impulsionar à Aprendizagem e, muitas vezes, a precede.

Estrutura, Componentes e Dinâmicas do Processo de Ensino.

A Didática, fazendo a mediação escolar de objetivos sociopolíticos e pedagógicos, por sua vez orienta o trabalho docente tendo em vista a inserção e atuação dos alunos nas diversas esferas da vida social: profissional, política, cultural etc.



O processo didático se explicita pela ação recíproca de três componentes - os conteúdos, o ensino e a aprendizagem - que operam em referência a objetivos que expressam determinadas exigências sociopolíticas e pedagógicas e sob um conjunto de condições de uma situação didática concreta (fatores sociais circundantes, organização escolar, recursos materiais e didáticos, nível socioeconômico dos alunos, seu nível de preparo de desenvolvimento mental, relações professor/aluno etc.).

Os conteúdos de ensino compreendem as matérias nas quais são sistematizados os conhecimentos, formando a base para a concretização de objetivos. O Ensino é a atividade do professor que comprehende: organização, seleção e explicação dos conteúdos; organização das atividades de estudo dos alunos, encaminhando objetivos, métodos, ou seja, formas e meios mais adequados; em função da aprendizagem dos alunos.

A Aprendizagem é a atividade do aluno de assimilação de conhecimentos e habilidades. O processo didático define a ação didática e determina as condições e modalidades de direção do processo de ensinar; tendo em vista a preparação dos alunos para as tarefas sociais.



O Processo de Ensino, efetivado pelo trabalho docente, constitui-se em um sistema articulado com os seguintes componentes: objetivos, conteúdos, métodos (incluindo meios e formas organizativas) e condições.

O professor dirige esse processo, cujo desenvolvimento se assegura na assimilação ativa de conhecimentos e habilidades e o desenvolvimento das capacidades cognoscitivas dos alunos.

Esses componentes formam uma unidade, nenhum deles podendo ser considerado isoladamente. Já os objetivos, correspondem aos conteúdos (conhecimentos, habilidades, hábitos) e aos métodos para sua apropriação.

Os conteúdos são selecionados de forma didaticamente assimilável, portanto, implicam métodos. Os métodos, por sua vez, subordinam-se ao conteúdo de cada matéria e ao mesmo tempo às características de aprendizagem dos alunos (conhecimentos e experiências que trazem suas expectativas, seu nível de preparo para enfrentar a matéria, etc.).

Além disso, o Ensino é inseparável das condições concretas de cada situação didática; do meio sociocultural em que se localiza a escola, das atitudes do professor, dos materiais didáticos disponíveis, das condições de vida, conhecimentos, habilidades e atitudes dos alunos.



Atividades

Antes de dar continuidade aos seus estudos é fundamental que você acesse sua SALA DE AULA e faça a Atividade 1 no “link” ATIVIDADES.



Dica

SCHIMIDT, Saraiva (org.). Educação em tempos de globalização. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.



UNIDADE 11

Objetivo: Desenvolver habilidades de compreensão e análise sobre a práxis educativa e social.

Prática Educativa e Sociedade



O trabalho docente é parte integrante do processo educativo mais global, através dos quais os membros da sociedade são preparados para a participação na vida social.

A Educação é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades.

Cada sociedade precisa cuidar da formação dos indivíduos; auxiliar no desenvolvimento de suas capacidades físicas e espirituais; prepará-los para a participação ativa e transformadora, nas várias instâncias da vida social. Não há sociedade sem prática educativa nem prática educativa sem sociedade.

A prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e transformá-lo em função das necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade.

Através da ação educativa o meio social exerce influências sobre os indivíduos e esses, ao assimilarem e recriarem essas influências tornam-se capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora em relação ao meio social. Tais influências se manifestam através de conhecimentos, experiências, valores, crenças, modo de agir, técnicas e costumes acumulados por muitas gerações, transmitidos, assimilados e recriados pelas novas gerações.

Em sentido amplo, a Educação compreende os processos formativos que ocorrem no meio social, nos quais os indivíduos estão envolvidos de modo necessário e inevitável pelo simples fato de existirem socialmente; nesse sentido, a prática educativa existe numa grande variedade de instituições e atividades sociais decorrentes da organização econômica, política e legal de uma sociedade, da religião, dos costumes, das formas de convivência humana.

Em sentido estrito, a Educação ocorre em instituições específicas, escolares ou não, com finalidades explícitas de instrução e ensino mediante uma ação consciente, deliberada e planificada, embora sem separar-se daqueles processos formativos gerais.

Os estudos que tratam das diversas modalidades de educação costumam caracterizar as influências educativas como não intencionais e intencionais. A Educação não intencional refere-se às influências do contexto social e do meio ambiente sobre os indivíduos.

Tais influências, também denominadas de Educação Informal, correspondem a processos de aquisição de conhecimentos, experiências, ideias, valores, práticas, que não estão ligados especificamente a uma instituição e nem são intencionais e conscientes.

São situações e experiências, por assim dizer, casuais, espontâneas, não organizadas, embora influam na formação humana. É o caso, por exemplo, das formas econômicas e políticas de organização da sociedade, das relações humanas na família, no trabalho, na comunidade, dos grupos de convivência humana, do clima sociocultural da sociedade.

A educação intencional refere-se a influências em que há intenções e objetivos definidos conscientemente, como é o caso da educação escolar e extraescolar. Há uma intencionalidade, uma consciência por parte do educador quanto aos objetivos e tarefas que deve cumprir, seja ele o pai, o professor, ou adultos em geral. Esses, muitas vezes, invisíveis atrás de um canal de televisão, do rádio, do cartaz de propaganda, do computador, etc.

Há métodos, técnicas, lugares e condições específicas prévias criadas, deliberadamente, para suscitar ideias, conhecimentos, valores, atitudes e comportamentos. São muitas as formas de educação intencional e, conforme o objetivo pretendido variam os meios. Pode-se falar de educação não formal, quando se trata de atividades educativas estruturadas fora do

sistema escolar convencional (como é o caso de movimentos sociais organizados, dos meios de comunicação de massa, etc.) e da Educação Formal que se realiza nas escolas ou outras agências de instrução e educação (igrejas, sindicatos, partidos, empresas); implicando ações de ensino com objetivos pedagógicos explícitos, sistematização e procedimentos didáticos.

Cumpre acentuar, no entanto, que a educação propriamente escolar se destaca entre as demais formas de educação intencional; por ser suporte e requisito delas. Com efeito, é a escolarização básica que possibilita aos indivíduos aproveitar e interpretar, consciente e criticamente, outras influências educativas.

É impossível, na sociedade atual, com o progresso dos conhecimentos científicos e técnicos, e com o peso cada vez maior de outras influências educativas (mormente os meios de comunicação de massa), a participação efetiva dos indivíduos e grupos nas decisões que permeiam a sociedade sem a educação intencional e sistematizada provida pela educação escolar.

As formas que assume a prática educativa sejam não intencionais ou intencionais, formais ou não formais, escolares ou extraescolares, se interpretam. O processo educativo, onde quer que se dê, é sempre contextualizado social e politicamente. Há uma subordinação à sociedade que lhe faz exigências; determina objetivos e provê condições e meios de ação.

A Educação é um fenômeno social. Isso significa que ela é parte integrante das relações sociais, econômicas, políticas e culturais de uma determinada sociedade.

Na sociedade a estrutura social se apresenta dividida em classes e grupos sociais com interesses distintos antagônicos; esse fato repercute tanto na organização econômica quanto na política e na prática educativa. Assim, as finalidades e meios da educação subordinam-se à estrutura e dinâmica das relações entre as classes sociais, ou seja, são socialmente determinados.

Que significa a expressão "a educação é socialmente determinada"? Significa que a prática educativa, e especialmente os objetivos e conteúdos do ensino e o trabalho docente, estão determinados por fins e exigências sociais, políticas e ideológicas.

Com efeito, a prática educativa que ocorre em várias instâncias da sociedade – assim como os conhecimentos da vida cotidiana, os fatos políticos e econômicos etc. - é determinada por valores, normas e particularidades da estrutura social a que está subordinada.



A estrutura social e as formas sociais pelas quais a sociedade se organiza são decorrentes do fato de que, desde o início da sua existência, os homens vivem em grupos; sua vida está na dependência da vida de outros membros do grupo social, ou seja, a história humana e a história da sociedade se constituem e se desenvolvem na dinâmica das relações sociais.

Este fato é fundamental para se compreender que a organização da sociedade, a existência das classes sociais e o papel da educação estão implicados nas formas que as relações sociais vão assumindo pela ação prática concreta dos homens.

As relações vão passando por transformações, criando novas necessidades, novas formas de organização do trabalho e, especificamente, uma divisão do trabalho, conforme sexo, idade, ocupações, de modo a existir uma divisão das atividades entre os envolvidos no processo de trabalho.

Na história da sociedade, nem sempre houve uma distribuição por igual dos produtos do trabalho, das terras e rendas. Com isso, vão surgindo nas relações sociais as desigualdades, econômica e de classes.

Nas formas primitivas de relações sociais, os indivíduos tinham igualdade e usufruto do trabalho comum e seu resultado. Entretanto nas etapas seguintes da história da sociedade, cada vez mais se acentua a distribuição desigual dos indivíduos em distintas atividades bem como do produto dessas atividades.

A divisão do trabalho vai fazendo com que os indivíduos passem a ocupar diferentes lugares na atividade produtiva. Na Sociedade Escravista os meios de trabalho e o próprio trabalhador (escravo) eram propriedades dos donos de terras; na Sociedade Feudal, os trabalhadores (servos) eram obrigados a trabalharem gratuitamente às terras dos senhores feudais ou a pagar-lhes tributos.

Séculos mais tarde, na Sociedade Capitalista, que prevalece até hoje, ocorreu uma divisão entre os proprietários privados dos meios de produção (empresas, máquinas, bancos, instrumentos de trabalho, etc.) e os que vendem a sua força de trabalho para obter os meios da sua subsistência, os trabalhadores que vivem do salário.

As relações sociais no Capitalismo são, assim, fortemente marcadas pela divisão da sociedade em classes, onde capitalistas e trabalhadores ocupam lugares opostos e antagônicos no processo de produção.

A desigualdade entre os homens, que na origem é uma desigualdade econômica no seio das relações entre as classes sociais, determina não apenas as condições materiais de vida e de trabalho dos indivíduos, mas também a diferenciação no acesso à cultura espiritual, à educação. Com efeito, a classe social dominante retém os meios de produção material como também os meios de produção cultural e da sua difusão, tendendo a colocá-la a serviço dos seus interesses.

Assim, a educação que os trabalhadores recebem visa principalmente prepará-los para trabalho físico, para atitudes conformistas, devendo contentar-se com uma escolarização deficiente. Além disso, a maioria dominante dispõe de meios de difundir a sua própria concepção de mundo (ideias, valores, práticas sobre a vida, o trabalho, as relações humanas, etc.) para justificar, ao seu modo, o sistema de relações sociais que caracteriza a sociedade capitalista.

Tais ideias, valores e práticas apresentados pela minoria dominante como representativos dos interesses de todas as classes sociais, são as que se costumam denominar de ideologia. O sistema educativo, incluindo as escolas, as igrejas, as agências de formação profissional, os meios de comunicação de massa, é um meio privilegiado para o repasse da ideologia dominante.



O campo específico de atuação profissional e política do professor é a escola, à qual cabem tarefas de assegurar aos alunos um sólido domínio de

conhecimentos e habilidades, o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, de pensamento independente, crítico e criativo.

Tais tarefas representam uma significativa contribuição para a formação de cidadãos ativos, criativos e críticos, capazes de participar nas lutas pela transformação social.

Pode-se dizer que, quanto mais se diversificam as formas de educação extraescolar e quanto mais à minoria dominante refina os meios de difusão da ideologia burguesa, tanto mais a educação escolar adquire importância, principalmente para as classes trabalhadoras.

Vê-se que a responsabilidade social da escola e dos professores é muito grande, pois lhes cabe escolher qual concepção de vida e de sociedade deve ser traduzida à consideração dos alunos e quais conteúdos e métodos lhes propiciam o domínio dos conhecimentos e a capacidade de raciocínio, necessários à compreensão da realidade social e à atividade prática na profissão, na política, nos movimentos sociais. Tal como a Educação, também o Ensino é determinado socialmente.

Ao mesmo tempo em que cumpre objetivos e exigências da sociedade, conforme interesses de grupos e classes sociais que a constituem, o Ensino cria condições metodológicas e organizativas para o processo de transmissão e assimilação de conhecimentos e desenvolvimento das capacidades intelectuais e processos mentais dos alunos, tendo em vista o entendimento crítico dos problemas sociais.



Estudo Complementar

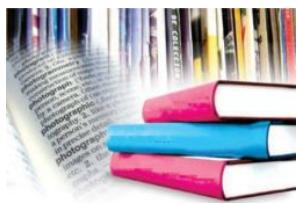
Sugestão: Para sua reflexão e tomada de postura educacional assista o filme Serafina: um som de liberdade.



UNIDADE 12

Objetivo: Perceber a dialética como influência na práxis de uma ação educadora social.

Educação Como Dialética e Práxis Social



Como práxis social, a Educação é uma ação que se desenvolve segundo a intenção específica de uma classe social. Nesse pressuposto, a apropriação do saber é uma intenção específica da classe "que está na vanguarda em cada etapa histórica, a classe efetivamente capaz de exercer a função educativa".

Sendo a intenção específica, é uma práxis; própria de uma classe social e até da sociedade inteira, é uma práxis social. Sendo seu objeto o saber, a práxis educativa cuida de realizar sua apropriação, e nisso está sua especificidade.

A Pedagogia vem então trabalhar sobre a questão de como se realiza a apropriação do saber pela sociedade, e a Didática vem trabalhar sobre a questão do método pelo qual se realiza a apropriação do saber pelas pessoas.

Introduzindo o componente das classes sociais fundamentais e antagônicas pela aplicação do método dialético no campo da Educação e considerando a questão da ideologia nos seus limites reais, que fazem da educação uma prática social, têm-se os elementos para finalmente propor a hipótese de trabalho, a seguir apresentada.

É na Didática que se exerce a possibilidade de fazer da educação uma prática social, progressista ou conservadora, pois através dos componentes didáticos da ação educativa que se passa, ou não, a possibilidade que tem a classe de "vanguarda" para exercer a hegemonia na sociedade.

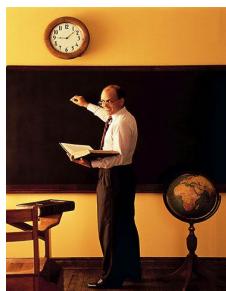
Para aqueles que entendem ser de menor importância o aspecto prático das ideias progressistas, os aspectos aparentemente menores, que na Educação são os aspectos didáticos, é preciso repetir uma formulação de Jacques Ranciére:

"Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária. Mas separada da prática revolucionária toda teoria revolucionária se transforma no seu contrário".

Na Educação, toda a área já está tratando de ação. Porém os aspectos mais práticos, porque diretamente ligados á prática social onde as pessoas se encontram concretamente, compõem a Didática.

Acredita-se, portanto, que pouco vale as formulações teórico-progressistas da Educação se não se encontrarem as formas de praticá-las, ainda que não seja possível encontrar essas formas sem aquelas formulações.

O Espaço da Sala de Aula



O espaço da sala de aula não pode ser definido por suas características físicas, já que é um espaço pleno de tensões. Nele se entrecruzam diferentes histórias de vida, de professores e alunos.

É, portanto, um espaço de construção de conhecimentos e valores. Um espaço vivo, onde podem ocorrer, ou não, relações cooperativas, solidárias, de respeito mútuo.

Ao entrar no espaço da sala de aula, ao se encontrarem pela primeira vez, professores e alunos estabelecem relações numa interação que devem estar permeada pelo diálogo e compreensão.

O aluno chega à sala de aula, cheio de expectativas e curiosidades e, também, com alguma apreensão sobre quem serão seus professores. Também, o professor, a despeito da sua experiência, entra na relação com o aluno impregnado de uma história de vida própria, uma

experiência singular. Ele, também, recebe seus alunos, no início do ano letivo cheio de expectativas.

Encontram-se ainda, nesse espaço, expectativas vindas das famílias dos alunos; em relação aos professores, ao diretor, ao resultado da ação pedagógica, às formas de avaliação. A direção da escola também está presente no espaço da sala de aula, através de suas crenças, projetos e desejos sobre a atuação de professores e alunos.

Enfim, no espaço da sala de aula, cruzam-se pessoas únicas e singulares que interagem por certo período de tempo.

A Transformação de um Espaço de Relações Afetuosas e Harmônicas



Reverter os altos índices de evasão e repetência no ambiente educacional, buscando o sucesso, na sua tarefa de ensinar a ler, escrever, calcular, interpretar e transformar o meio ambiente, os mundos do trabalho, da cultura e das linguagens que os expressam, é o desafio da Educação, hoje.

É preciso defender e lutar por uma escola, de qualidade, para todos, comprometida com o desenvolvimento pleno (físico, intelectual, socioafetivo, psicomotor) dos alunos, com uma identidade própria, num tempo e espaço em constante transformação.

Para uma educação mais abrangente, os professores precisam descobrir respostas individuais para cada ambiente, para cada aluno. Cada situação escolar é única, com seus problemas, desafios, impasses e vitórias. É fundamental, portanto, que cada professor tenha a possibilidade de refletir sobre as suas convicções e desejos, relacionando-os à sua prática escolar. Aprofundando estas reflexões consigo mesmo, e com o seu grupo de alunos, o professor irá descobrir algumas de suas próprias respostas.

Este processo, que é contínuo e infinito, pressupõe constantes transformações e correções de rota, autocritica e autoavaliação. Acredita-se que a construção de relações afetuosas e

mais humanas, seja o resultado de um esforço coletivo de alunos, professores, famílias, funcionários e direção.

Todos precisam estar também preparados e disponíveis para se avaliarem e a seus papéis, individualmente e/ou em equipe, atualizando seus objetivos, discutindo alternativas, visando, sempre, a melhoria da qualidade de vida na instituição educacional.

As dificuldades só podem ser vencidas com alianças e cumplicidade de todos os envolvidos no ambiente escolar que, como todo ambiente vivo, não deve se constituir em lugar de imobilismo, nem descrença.



A comunidade escolar precisa estar presente nas decisões coletivas para se apropriar afetivamente de seu destino como algo que também lhe pertence.

É importante que o ambiente educacional promova reuniões e encontros, de forma sistemática, nas quais a proposta pedagógica seja discutida com as famílias, e onde acordos que beneficiem os alunos sejam estabelecidos.

Sinta o Pulso e Planeje

A interação entre classe e professor tem características muito próprias. Dependem de vários fatores, como maturidade dos alunos, seu grau de informação, tamanho da turma e uma soma de características que pode ser chamada de personalidade da classe. Nem todos os alunos têm o mesmo comportamento. Mas em todas as classes há um tipo de atitude que predomina.

As características mais comuns das turmas são:

- **Rebelde:** É a turma em que os alunos geniosos dão o tom, mesmo se estiverem em minoria. Costuma ser barulhenta, indisciplinada e pouco produtiva. Exige do professor firmeza, para impor a autoridade, paciência e muita disponibilidade, para testar várias técnicas até encontrar um foco de interesse capaz de prender a atenção.

- **Acomodada:** É aquela turma tranquila que faz o que é pedido, mas não sai do desempenho médio e tem dificuldades quando se exige algo mais criativo. Dá ao professor a sensação de passar roupa com ferro frio. Exige técnicas para ser estimulada e de desafios que a façam tomar atitudes e posições mais participantes.
- **Exigente:** É aquela turma interessada, na qual os alunos nunca ficam satisfeitos e querem sempre mais. Falam muito, questionam, trazendo novidades, desviam-se do tema central. Esse tipo de turma exige do professor muito trabalho para atender suas expectativas, sem falar na rapidez de raciocínio e capacidade de improvisação.
- **Imatura:** É a turma que trata a escola como uma extensão da própria casa e tende a estabelecer uma relação de parentesco com o professor. Costuma ser imaginativa, mas tem dificuldades para transformar isso em algo objetivo. O professor deve tomar cuidado para não infantilizar ainda mais os alunos e estimulá-los a serem independentes.



Dica

PERRENOUD, Philippe. Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza. Porto Alegre; Artmed, 2001. Texto: A comunicação na sala de aula: onze dilemas.



UNIDADE 13

Objetivo: Compreender os aspectos da prática no cotidiano escolar e sua relação com o processo ensino-aprendizagem.

O Processo Dd Ensino-Aprendizagem e seus Componentes Fundamentais



Os processos de ensino estão ligados à Educação. Assim, através da relação entre os procedimentos de ensino que visam à eficiência como processo de transformação, aperfeiçoamento e socialização do educando, bem como o respeito à dignidade da pessoa humana, é possível identificar um contexto plenamente didático.

Da análise conjunta das informações de professores e alunos, surge a necessidade de indagar por que nas relações do trabalho educativo, permeiam tantos antagonismos, tantas contradições entre a teoria e a prática docente.

É chegado, então, o momento de debater as teorias pedagógicas, para compreender como ocorre a prática nessas teorias, e como elas iluminam a compreensão do processo de ensino e da organização do trabalho docente, em suas determinações sociais.

É a identificação das contradições do processo de ensino, das relações que o permeiam e do movimento que está por trás de suas representações aparentes, que impulsionam os estudiosos a buscar novas alternativas para a prática educativa.

Analizando-se as tendências teóricas e metodológicas que embasam os diferentes processos da prática-pedagógica, podem-se distinguir duas grandes correntes de interpretação do pensamento social em Educação: o funcionalismo e as teorias do conflito, em suas diversas tendências.

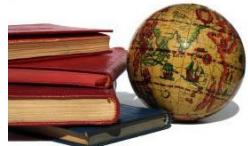
A Teoria Funcionalista propugna que a Educação contribui diretamente para o crescimento e desenvolvimento econômico dos países, constitui uma das tendências importantes de

explicação das principais razões pelas quais os governos decidiram destinar montantes significativos de verbas a esse setor.

Segundo o Funcionalismo, a Educação tem, como principal finalidade, servir de mecanismo social de acumulação e transmissão de conhecimentos, de acordo com as necessidades da produção. A Escola converte-se em agência provedora de recursos humanos para o mercado de trabalho. As reformas e inovações que se processaram no Brasil, após a Reforma do Ensino Superior em 1968, implicaram o uso da linha Tecnicista em todos os setores do Ensino no Brasil.

Como se pode inferir, os programas de Ensino Tecnicista concebem o professor como um elemento a mais entre outros meios de transmissão de conhecimento e, ao mesmo tempo, como um dos promotores do processo de mudança. O professor é o eixo fundamental do desenvolvimento de novos sistemas de instrução, da implementação de novas técnicas e da solução de problemas específicos, relacionados com sua matéria.

O docente deve, assim, conhecer a metodologia apropriada para desenhar e avaliar os objetivos de seu curso em termos de taxionomias.



Deve ser capaz, ainda, de planejar atividades individualizadas e desenvolver a aprendizagem segundo os diferentes princípios da Psicologia; deve ser treinado nas habilidades técnicas, por meio do microensino, para desenvolver com êxito as aulas expositivas. Privilegia-se a utilização de técnicas, instrumentos e meios educativos, com o fim de aumentar a eficiência do processo ensino-aprendizagem.

Como se pode concluir esses programas tecnicistas, enraizados numa tecnologia supostamente neutra, contribuíram para dissociar a teoria da prática; o conteúdo do método e para distanciar a problemática didática das questões pedagógicas, históricas e sociais.

Já para as teorias do conflito, a Educação constitui uma das instâncias de reprodução social da força de trabalho; da divisão das classes sociais e é inculcadora da ideologia da classe

dominante. Alguns teóricos, no entanto, apesar de reconhecerem esse caráter de reprodução atribuem à Educação à possibilidade de ser um espaço de transformação social.

Nessa abordagem, destacam-se alguns princípios comuns à prática universitária, tais como a contextualização histórica, social, política, econômica e cultural do professor, dos conteúdos e da relação professor-aluno e dos processos de ensino-aprendizagem.

Proclama-se a exigência do trabalho docente, coletivamente organizado na escola, e da análise crítica da prática dos professores, feita em grupo de trabalho. Sustenta-se também a importância de se vincularem as ações do ensino a marcos teóricos, que permitam uma compreensão sólida e global do processo educativo; inserido na realidade social.

Daí, a necessidade da inter-relação entre o objeto e o método de conhecimento, buscando a indissociabilidade entre conteúdos e método, entre a matéria de ensino e conteúdo pedagógico e a eliminação de ações puramente técnico-instrumentais.

Tudo isso só será possível, se for estabelecido um vínculo que intente cobrir os aspectos epistemológico, teórico, metodológico e instrumental da formação do professor, o que constitui uma pesquisa em longo prazo.

Essas propostas têm avançado, junto com experiências de planejamento participativo na formação de adultos, com programas de desenvolvimento comunitário, com a organização dos trabalhadores, e com inovações educativas produzidas graças aos movimentos de organização popular e aos movimentos de resistência ao sistema social.

Essas teorias do conflito explicam o porquê dos depoimentos de professores e alunos mencionados anteriormente e, evidenciam a contradição da prática educativa do Ensino. Perceber essa contradição é perceber o movimento histórico da direção política da referida prática. Compreender esse movimento instaura uma nova postura em face da prática.

Assinala Martins (1985), que os professores começam a apresentar certas proposições, certas iniciativas, certas atividades práticas, tendo em vista o seu aluno e fugindo do modelo imposto. Dir-se-ia que a mesma situação que destituui o professor do controle de processo e do produto de seu trabalho, tornando-o simples executor de tarefas, gera o seu contrário. Isto

é, o professor - pressionado pela resistência dos seus alunos, pelas contradições que experimenta entre aquilo que se espera de um professor, e a situação de trabalho docente - busca alternativa e cria novas situações, novos procedimentos didáticos.

Em última análise, gera uma "Didática Prática". Reinventar a prática numa perspectiva de ação crítica e compromissada politicamente supõe a compreensão dessa prática no nível de totalidade, ou seja, buscar seus determinantes últimos, de modo a ultrapassar o nível empírico, e aprofundar a análise das determinações históricas e sociais, a fim de gerar uma nova ação educativa que faça mediação entre a prática individual e a social.

UNIDADE 14

Objetivo: Analisar a prática pedagógica e buscar ações capazes de promover reflexões e paradigmas sociais.

O Professor e a sua Vivência no Processo de Produção de Conhecimento



Um dos pontos-chave da nova prática pedagógica visa resgatar o controle do processo de ensino perdido pelo professor, buscando ultrapassar o discurso "sobre", para fazer avançar uma nova alternativa em sala de aula que possibilite vivenciar e refletir junto com os alunos uma nova práxis.

Para tanto, é preciso romper com o eixo de transmissão - assimilação, para assumir o eixo da ação - reflexão - ação, caracterizado pela busca da unidade entre a teoria e a prática, a partir da reflexão sobre a própria prática vivenciada, porque é no fazer que se gera o saber.

Altera-se o processo na própria prática, de tal modo que os agentes vivenciam a descrição e a análise, reflitam e sistematiza, coletivamente, esse novo processo de trabalhar a prática. A forma vai-se definindo, vai dando sentido ao conteúdo, tendo como ponto de partida e ponto de chegada: a prática social.

Na investigação da prática pedagógica, o professor vivencia um processo de produção de conhecimento, no qual ele:

- Descreve a sua prática de modo empírico;
- Explica essa prática em suas múltiplas relações social; tomando como referência as teorias pedagógicas;
- Busca entender o movimento contraditório que permeia essa referida prática;
- Parte para refazer sua prática de modo qualitativamente diferente, de forma coletiva e mais consciente, tornando-se mais senhor dos processos de organização e de controle

do trabalho docente, porque já entende os miniespaços e as brechas em que a estrutura capitalista lhe permite agir criticamente.

Na perspectiva dialética, toda forma de conhecimento e de atividade prática supõe uma marcha comum, isto é:

- Aproximar-se do objeto de estudo, considerando-o como um conjunto de relações em que tudo muda e está inter-relacionado;
- Aprofundar-se na análise do objeto ou da atividade vivida, para ressaltar diferentes facetas e estudar seus elementos;
- Ir reorganizando o objeto de investigação constituído pelas múltiplas relações, e constituinte delas a partir de análises de sínteses provisórias, visando a produzir uma síntese criadora de referido objeto.

Assim, no nível individual, o professor, em face da sua própria prática precisa: inquirir, analisar, historicizar no tempo e situar-se no espaço e, ainda, problematizar o seu trabalho.



Nessa análise, ele precisa esclarecer, para si mesmo, sua própria postura em face do sistema capitalista, precisa entender-se como agente de reprodução social e, ao mesmo tempo, como sujeito histórico do processo de transformação em que vive; precisa identificar o espaço de ação para sua liberdade e para sua criação, no concreto da sala de aula e nos diferentes locais de trabalho docente.

No nível do coletivo, o professor atua numa escola, que já tem todo um protocolo legal que a relaciona junto com as normas legais, como com as organizacionais (trabalha dentro de regras rígidas do trabalho - racionalidade eficiência), como com as do mercado de trabalho que vai receber o aluno.

Que sentido faz mudar a prática pedagógica individualmente? Creio que isso faz pouco sentido, porque, com o correr dos semestres, as inúmeras decepções, cortes, boicotes já

levam o professor inovador a abandonar a carreira ou a acomodar-se aos padrões tradicionais.

Não é a toa que, ao longo da História se assiste o povo se organizando, nas mais diferentes modalidades. E os professores, que lições têm aprendido nas organizações da categoria de magistério?

É nesse espaço de organização que o professor precisa achar lugar para entender a prática, nas suas relações globais com a estrutura, com os agentes que atuam nela, e caminham nas pistas que brotam do cotidiano, visando a produzir e construir novas relações sociais que perpassem o trabalho docente e vão costurando a sua unidade com a prática social.

Aprender é realizar coletivamente uma leitura crítica da realidade; leitura essa que torna a pessoa capaz de avaliar e criar, de transformar o real.



Ao mesmo tempo, aprender é sentir afeto, é sentir prazer, porque é aprender a compartilhar os problemas de uma luta por uma proposta diferente e descobrir a força de caminhar juntos.

Considerando-se o exposto, pode-se concluir que a metodologia de análise crítica supõe e reafirma que:

- Professor que aprende a partir da prática apropria-se do saber e da técnica de organizar o trabalho docente com maior consistência lógica e compreensão crítica;
- A socialização de experiências de trabalho exige novas condições de prática escolar, o que significa a criação de um novo espaço educativo, constituído da ação participativa e comprometida de alunos e professores com uma nova ordem no trabalho docente;
- A elaboração de uma proposta alternativa de metodologia já traz em seu bojo o germe de sua própria negação e de uma nova afirmação.

Assim, para refazer o caminho, é preciso refazer a caminhada, na busca dos pontos dessa mesma caminhada, que entram em conflito com a realidade em movimento.



Estudo Complementar

SUGESTÃO DE LEITURA; PERRENOUD, Philippe. Ensinar; Agir na urgência, decidir na incerteza. Porto Alegre: Artmed, 2001. Tema; Dez não ditos ou a face oculta da profissão de professor.



UNIDADE 15

Objetivo: Organizar ações didáticas, a partir dos conhecimentos envolvidos no processo didático.

Componentes do Processo Didático e do Processo de Ensino



Quem circula pelos corredores de uma escola, o quadro que observa é o professor frente a uma turma de alunos, sentados ordenadamente ou realizando uma tarefa em grupo, para aprender uma matéria.

De fato, tradicionalmente se consideram como componentes da ação didática a matéria, o professor, os alunos. Pode-se combinar estes componentes, acentuando mais um ou outro, mas a ideia corrente é a de que o professor transmite a matéria ao aluno.

Entretanto, o ensino, por mais simples que possa parecer à primeira vista é uma atividade complexa: envolve tanto condições externas como condições internas das situações didáticas. Conhecer essas condições e lidar acertadamente com elas é uma das tarefas básicas do professor para a condução do trabalho docente.

Internamente, a ação didática se refere à relação entre o aluno e a matéria, com o objetivo de apropriar-se dela com a mediação do professor. Entre a matéria, o professor e o aluno ocorrem relações recíprocas.

O professor tem propósitos definidos no sentido de assegurar o encontro direto do aluno com a matéria, mas essa atuação depende das condições internas dos alunos, alterando o modo de lidar com a matéria.

Cada situação didática, porém, vincula-se a determinantes econômicos e socioculturais e a objetivos e formas estabelecidos, conforme interesses da sociedade e seus grupos, que

afetam as decisões didáticas. Considera-se, pois, que a inter-relação entre professor e alunos não se reduz à sala de aula, implicando relações bem mais abrangentes:

- Na sociedade, há antagonismo e interesses distintos entre grupos e classes sociais que se refletem nas finalidades e no papel atribuído à escola e ao trabalho do professor e dos alunos.
- As teorias da educação, as práticas pedagógicas, os objetivos educativos da escola e dos professores, os conteúdos escolares, a relação professor/aluno, as modalidades de comunicação docente, nada disso existe isoladamente do contexto econômico, social e cultural, mas amplo e que afetam as condições reais em que se realizam o ensino e a aprendizagem.
- O professor participa de outros contextos de relações sociais onde é, também, aluno, pai, filho, membro de sindicato, de partido político, ou de um grupo religioso. Esses contextos se referem uns ao outros e afetam a atividade prática do professor. O aluno, por sua vez, não existe apenas como aluno. Faz parte de um grupo social, pertence a uma família que vive em determinadas condições de vida e de trabalho, é branco, negro, tem uma determinada idade, possui uma linguagem para expressar-se, conforme o meio em que vive, tem valores e aspirações condicionados pela sua prática de vida etc.
- A eficácia do trabalho docente depende da filosofia de vida do professor, de suas convicções políticas, do seu preparo profissional, do salário que recebe, da sua personalidade, das características da sua vida familiar, da sua satisfação profissional em trabalhar com alunos etc. Tudo isto, entretanto, não é uma questão de traços individuais do professor, pois o que acontece com ele tem a ver com as relações sociais que acontecem na sociedade.

Considera-se, assim, que o processo didático está centrado na relação fundamental entre o ensino e a aprendizagem, orientado para a confrontação ativa do aluno com a matéria sob a

mediação do professor. Com isso, pode-se identificar entre os seus elementos constitutivos: os conteúdos das matérias que devem ser assimilados pelos alunos de um determinado grau; a ação de ensinar, em que o professor atua como mediador entre o aluno e as matérias; a ação de aprender, em que o aluno assimila consciente e ativamente as matérias e desenvolve sua capacidade e habilidades.

Contudo, esses componentes não são suficientes para ver o ensino em sua globalidade. Como visto, não é uma atividade que se desenvolve automaticamente, restrita ao que se passa no interior da escola, uma vez que expressa finalidades e exigências da prática social, ao mesmo tempo em que se subordinam as condições concretas postas pela mesma prática social que favorecem e dificultam atingir objetivos.

Entender, pois, o processo didático, como totalidade abrangente, implica vincular: conteúdos, ensino e aprendizagem a objetivos sociopolíticos e pedagógicos e analisar criteriosamente o conjunto de condições concretas que rodeiam cada situação didática.

O ensino é um processo social, integrante de múltiplos processos sociais, nos quais estão implicadas dimensões políticas, ideológicas, éticas, pedagógicas, frente às quais se formulam objetivos conteúdos e métodos conforme opções assumidas pelo educador, cuja realização está na dependência de condições; sejam aquelas que o educador já encontra, sejam as que ele precisa transformar ou criar.

Desse modo, os objetivos gerais e específicos são não só um dos componentes do processo didático; mas determinantes nas relações entre os demais componentes.

O processo didático, assim, desenvolve-se mediante a ação recíproca dos componentes fundamentais do ensino: os objetivos da educação e da instrução, os conteúdos, o ensino, a aprendizagem, os métodos, as formas e meios de organização das condições da situação didática, a avaliação. Sendo também os conceitos fundamentais que formam a base de estudos da Didática.

O processo de ensino é impulsionado por fatores ou condições específicas já existentes ou que cabe ao professor criar, a fim de atingir os objetivos escolares, isto é, o domínio pelos

alunos de conhecimentos, habilidades e hábitos e o desenvolvimento de suas capacidades cognoscitivas.



O professor planeja, dirige, organiza, controla e avalia o ensino com endereço certo. A aprendizagem ativa do aluno, ou seja, a relação cognitiva entre o aluno e a matéria de estudo.

Haveria uma contradição entre essa ideia de um ensino estruturado e dirigido e a atividade e independência de pensamento do aluno como sujeito ativo da aprendizagem?

Muito se tem discutido sobre os fatores e as condições que asseguram o bom ensino e resultados satisfatórios de aprendizagem dos alunos. Muitas pessoas afirmam que o principal papel está no professor, na didática que ele utiliza, suas explicações sobre a matéria e no seu traquejo em conduzir a classe.

Outras entendem que bons métodos e técnicas seriam suficientes. Há, ainda, as que encontram esse fator no atendimento das necessidades e interesses espontâneos das crianças. Entretanto, esses fatores não podem ser considerados isoladamente.

Quando se diz que o processo de ensino consiste, ao mesmo tempo, na condução do estudo e na atividade do aluno, se está frente a uma contradição. Mas é uma contradição que pode ser superada didaticamente, na medida em que o ensino não ignora as exigências da atividade do aluno em sua aprendizagem.

O professor, de fato, é responsável pelas tarefas de ensino, explicação da matéria, orientação das atividades, colocação de exercícios, controle e verificação da aprendizagem. Mas tudo isso é feito para encaminhar o estudo ativo dos alunos.

Não se trata de uma tarefa fácil. A contribuição mais importante da Didática é: ajudar a resolver a contradição entre o ensino e a aprendizagem; a detectar as dificuldades enfrentadas pelos alunos na assimilação ativa dos conteúdos e a encontrar os procedimentos para que eles próprios superem tais dificuldades e progridam no desenvolvimento intelectual.



As dificuldades ou impasses que o aluno encontra, no enfrentamento da matéria de estudo, expressam a contradição entre as tarefas colocadas pelo professor (conteúdos, problemas, exercícios etc.) e seu nível de conhecimentos, de desenvolvimento mental, bem como suas atitudes frente ao estudo. O fator predominante, pois, na dinâmica do processo de ensino é a relação contraditória entre as exigências do processo didático e o trabalho ativo e mental dos alunos.

A força motriz fundamental do processo didático é a contradição entre as exigências de domínio do saber sistematizado e o nível de conhecimento, experiências, atitudes e características socioculturais e individuais dos alunos.

Em decorrência disso, não é suficiente passar os conteúdos ou colocar problemas. É preciso colocá-los de modo que se convertam em problemas e desafios para o aluno, suscitando e mobilizando a sua atividade.

Para que essa contradição se converta em força desencadeadora da atividade dos alunos são necessárias certas condições.

A primeira condição é dos alunos tomarem consciência das dificuldades que aparecem quando se defrontam com um conhecimento novo que não dominam. Tomar consciência significa colocar a dificuldade como um desafio vencido, a fim de avançar na aprendizagem.

A segunda condição é a sensibilidade das tarefas cognoscitivas postas pelo professor; isso quer dizer que o nível e o volume de conhecimentos, atividade e exercícios devem estar em correspondência com as condições prévias dos alunos (capacidades, nível de preparo etc.).

A terceira condição é a correspondência entre as exigências do ensino, prevista no planejamento, de modo que o professor saiba qual dificuldade (desafio, problema) apresentar e como trabalhá-la didaticamente e a condição prévia dos alunos.

Podemos dizer, então, que o essencial do processo didático é coordenar o movimento de vaivém entre o trabalho produzido pelo professor e a percepção e o raciocínio dos alunos frente a esse trabalho.

Ou seja, frente a um conjunto de conhecimento e habilidades, a serem necessariamente dominados pelos alunos, trata-se de: verificar previamente um nível de conhecimentos já alcançados por eles e sua capacidade potencial de assimilar, organizar e chegar, gradativamente, à sistematização e aplicação dos conhecimentos e habilidades.



Dica

ANDRÉ, Marli E. D. A.; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (orgs.) 6 ed. Alternativas no ensino de didática. Campinas, S. P.: 2004.



UNIDADE 16

Objetivo: Desenvolver uma prática pedagógica estruturada em objetivos individuais e sociais visando uma aprendizagem interativa.

A Estrutura do Trabalho Docente



Parte dos professores das escolas brasileiras entende o trabalho docente como "passar" a matéria do programa, geralmente de acordo com o livro didático. É verdade que muitos livros didáticos já indicam a estruturação da aula, mas, ainda assim, o ensino permanece preso à sequência da matéria (exposição verbal, exercícios, prova), como algo externo e isolado que não mobiliza a atividade mental dos alunos.

A estruturação da aula deve refletir um trabalho ativo e conjunto do professor e dos alunos, sob a direção do professor, tendo em vista a assimilação consciente e sólida de conhecimentos, habilidades e hábitos pelos alunos e, por esse mesmo processo, o desenvolvimento de suas capacidades cognoscitivas.

A metodologia do trabalho docente inclui, pelo menos, os seguintes elementos: os movimentos (ou passos) do processo de ensino no decorrer de uma aula ou unidade didática; os métodos, formas e procedimentos de docência e aprendizagem; os materiais didáticos e as técnicas de ensino; a organização da situação de ensino.

A estruturação da aula é a organização, sequência e inter-relação dos momentos do processo de ensino. Toda atividade humana implica um modo de ser realizada, uma sequência de atos sucessivos e inter-relacionados para atingir seu objetivo. O trabalho docente é uma atividade intencional, planejada conscientemente visando atingir objetivos de aprendizagem. Por isso precisa ser estruturado e ordenado.

A Didática, disciplina que estuda as tarefas da instrução e do ensino, cuida de extrair dos diversos campos de conhecimento humano (por exemplo, Língua Portuguesa, Matemática,

História, Filosofia, Sociologia, Administração Ciências, etc.) aqueles conhecimentos e habilidades que devem constituir o saber educativo para fins de ensino.

Para isso, é fundamental ter em conta o campo de conhecimentos de cada matéria e seus métodos de investigação e estudo. No entanto a lógica da matéria de estudo é insuficiente para determinar a estruturação do ensino, sendo necessário recorrer à Didática, que investiga os elementos do processo de ensino comuns a todas as matérias.

Entre esses elementos destacam-se: os objetivos sociais e pedagógicos, conforme exigências da sociedade e da tarefa de escolarização; características de cada grau de ensino conforme idades, níveis de conhecimentos prévios dos alunos; condições psicossociais e do processo de assimilação dos conteúdos por parte dos alunos; conexões entre ensino e aprendizagem e ainda, momentos ou passos que asseguram melhores resultados na assimilação de conhecimentos e no desenvolvimento das capacidades cognoscitivas dos alunos.

A estruturação do trabalho docente tem uma ligação estreita com metodologia específica das matérias, porém não se identifica com ela tendo em conta: o grau escolar, as idades dos alunos, as características do desenvolvimento mental, as especificidades de conteúdo e metodologia das matérias, podem indicar cinco momentos da metodologia do ensino na aula, articulados entre si:

1. **Orientação inicial dos objetivos de ensino e aprendizagem** - O professor procura incentivar os alunos no estudo da matéria, colocando - os objetivos e os resultados que devem ser conseguidos. Estimula nos alunos o desejo de dominar um novo conhecimento para novos progressos, indica as habilidades que podem ser aprendidas para a aplicação dos conhecimentos na prática.

Para isso usa de vários procedimentos: propõe problemas, conversa com os alunos, incita a curiosidade, analisa exercícios já resolvidos, enlaça os conhecimentos anteriores com a

matéria nova, usa ilustrações, pede uma redação rápida, dá breves exercícios que indicam o tipo de assunto que será estudado etc.

2. **Transmissão / Assimilação da matéria nova** - Uma vez suscitada à atenção e a atividade mental dos alunos, é o momento de estes se familiarizarem com a matéria que vão estudar. Dependendo do grau de proximidade que têm em relação ao assunto novo e do nível de pré-requisitos, o primeiro contato com a matéria deve fazer-se, havendo condições objetivas, pela observação direta e trabalhos práticos.

Não sendo isso possível, seja pela inexistência de condições objetivas, seja pela natureza do assunto, o próprio professor encaminha o contato com a matéria pela conversação, pelo uso do livro didático, pela realização de pequenos experimentos. O objetivo dessa fase é que os alunos formem ideias claras sobre o assunto e, a partir daí, vão juntando elementos para a compreensão.



Aqui é imprescindível que haja uma permanente ligação entre o que o aluno já sabe (experiência de vida) com os conteúdos, através da estimulação do pensamento dos alunos, para que expressem os resultados da sua observação e de sua experiência.

Não faz sentido à observação, os pequenos experimentos, a manipulação de objetos, os exercícios, etc., se não mobilizam a atividade pensante dos alunos. É pelo exercício de pensamento, sempre com a ajuda do professor, que os alunos vão progredindo na formação de conceitos e no desenvolvimento das suas capacidades cognoscitivas.

A percepção ativa e compreensão da matéria possibilitam ao aluno operar mentalmente com os conhecimentos. Para isso, é necessário: o "amarramento" do estudo por meio da sistematização, sínteses e lançamentos entre os assuntos.

Esta organização dos conhecimentos tem várias funções: reprodução dos conhecimentos e habilidades em exercícios de fixação, produção de conhecimentos na aplicação em situações novas, recordação, consolidação.

3. **Consolidação e aprimoramento dos conhecimentos, habilidades e hábitos** - No processo de percepção e compreensão da matéria já vai ocorrendo a assimilação de conhecimentos; mas para que se tornem instrumentos do pensamento independente e da atividade mental é necessária à consolidação e o aprimoramento.

Isto se obtém principalmente pelos exercícios e pela revisão da matéria, onde são aplicados conhecimentos e habilidades e se cumprem os objetivos de ensino estabelecidos.

Além disso, os exercícios, avaliações, etc. são meios insubstituíveis para aprimorar os conhecimentos, formar habilidades e hábitos, desenvolver o pensamento independente e criativo. Isso quer dizer que os exercícios cumprem um papel muito mais amplo do que o de simples treinamento ou memorização de regras, definições e fórmulas.

4. **Aplicação de conhecimentos, habilidades e hábitos** - Os exercícios, as tarefas de casa, as revisões e outras atividades práticas não evidenciam ainda, suficientemente, a assimilação sólida dos conteúdos.



O coroamento do processo de ensino se dá quando os alunos, independentemente, utilizar os conhecimentos em situações diferentes daquelas anteriormente trabalhadas.

Aqui a assimilação dos conhecimentos deve ser comprovada mediante tarefas que se liguem à vida, que estimulem capacidades de análise, síntese, crítica, comparação, generalização.

5. **Verificação e avaliação dos conhecimentos e habilidades** - A verificação e avaliação dos resultados da aprendizagem ocorrem em todos os momentos do processo de ensino.

Na etapa de orientação inicial, no tratamento da matéria nova, na consolidação e aplicação dos conteúdos, o professor está sempre colhendo informações e avaliando o progresso mental dos alunos. As exigências da prática escolar, entretanto, requerem controle

sistemático da realização dos objetivos de aprendizagem, durante processo de ensino, mas também um momento especial de comprovação dos resultados obtidos.

Assim, uma avaliação final deve ser a oportunidade de verificar o nível de assimilação conseguido pelos alunos, a qualidade do material assimilado, bem como o progresso obtido no desenvolvimento das capacidades cognoscitivas.



Dica

MASSETO, Tarcísio Marcos; Abreu Maria Célia de .O professor universitário em sala de aula.

PERRENOUD, Philippe. A prática reflexiva no ofício do Professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.



UNIDADE 17

Objetivo: Desenvolver postura crítica dentro do processo de ensino-aprendizagem a partir da apropriação das leituras realizadas nesta unidade.

O Caráter Educativo do Processo de Ensino e o Ensino Crítico



O processo de ensinar é intencional porque pretende ajudar alguém a aprender, mediante um esforço.

A meta do ensino é a construção de instrumentos intelectuais que permitam aprender e expandir tais aquisições, disponibilizando-as para o pensamento e a ação do sujeito.

Assim, o processo de ensino, ao mesmo tempo em que realiza as tarefas da instrução é um processo de educação. No desempenho da sua profissão, o professor deve ter em mente a formação de personalidade dos alunos, não somente no aspecto intelectual, como também nos aspectos moral, afetivo e físico.

Como resultado do trabalho escolar, os alunos vão formando o senso de observação, a capacidade de exame objetivo e crítico de fatos e fenômenos da natureza e das relações sociais; habilidades de expressão verbal e escrita etc. Vão desenvolvendo o senso de responsabilidade, a firmeza de caráter, a dedicação aos estudos, o sentimento de solidariedade e do bem coletivo, a força de vontade etc.

A unidade instrução/educação se reflete, assim, na formação de atitudes e convicções frente à realidade, no transcorrer do processo de ensino.

Em cada um dos momentos do processo de ensino o professor está educando quando: estimula o desejo e o gosto pelo estudo; mostra a importância dos conhecimentos para a vida e para o trabalho; exige atenção e força de vontade para realizar as tarefas; cria situações estimulantes de pensar, analisar, relacionar aspectos da realidade estudada nas

matérias; preocupa-se com a solidez dos conhecimentos e com o desenvolvimento do pensamento independente; propõe exercícios de consolidação do aprendizado e da aplicação dos conhecimentos.

A realização consciente e competente das tarefas de ensino e aprendizagem torna-se, assim, fonte de convicções, princípios de ação, que vão regular as ações práticas dos alunos frente a situações postas pela realidade.

O caráter educativo do ensino está relacionado com os objetivos do ensino crítico. Os estudos que fizemos nos capítulos anteriores mostrando a ligação da Didática com a Pedagogia, isto é, os vínculos dos princípios, condições e meios de direção e organização do ensino com as finalidades sociopolíticas e pedagógicas da educação, forneceram as bases teóricas da Didática Crítico-social.

Não há como especificar objetivos imediatos do processo de ensino fora de uma concepção de mundo, de métodos de investigação da realidade e de uma concepção determinada de práxis pedagógica.



É claro que o processo didático se refere ao ensino das matérias; mas, justamente por ser ensino, a ele se sobrepõem objetivos e tarefas mais amplos determinados social e pedagogicamente.

Fala-se em ensino crítico quando as tarefas de ensino e aprendizagem, na sua especificidade, são encaminhadas no sentido de formar convicções.

Princípios orientadores da atividade prática humana frente a problemas e desafios da realidade social. Em outras palavras, quando a aquisição de conhecimentos, de habilidades e o desenvolvimento das capacidades intelectuais propiciam a formação da consciência crítica dos alunos, na condição de agentes ativos na transformação das relações sociais.

Mas o ensino crítico, expressão do caráter educativo do ensino, não possui fórmulas miraculosas que se distingam daquilo que é básico, na conceituação do processo de ensino.

O ensino é crítico porque implica em objetivos sociopolíticos e pedagógicos; conteúdos e métodos, escolhidos e organizados mediante determinada postura, frente ao contexto das relações sociais vigentes na prática social. Ele se realiza, no entanto, dentro do processo de ensino.

Ensinar significa possibilitar aos alunos, mediante a assimilação consciente de conteúdos escolares, a formação de suas capacidades e habilidades cognoscitivas e operativas e, com isso, o desenvolvimento da consciência crítica.

O ensino crítico é engendrado no processo de ensino, que se desdobra em atos didáticos, coordenados entre si, que vão do conhecimento dos conceitos científicos ao exercício do pensamento crítico, no decurso das quais se formam processos mentais, desenvolve-se a imaginação, formam-se atitudes e disciplina intelectual. É nesse processo que se vai formando a consciência crítica, que não é outra coisa que o pensamento independente e criativo em face de problemas da realidade social disciplinado pela razão científica.

Isso significa que ao professor crítico não basta que denuncie as injustiças sociais; que esteja engajado num sindicato ou partido ou, ainda, que explique o caráter ideológico dos conteúdos escolares.

É preciso antes de tudo, que dê conta de traduzir objetivos sociopolíticos e pedagógicos em formas concretas de trabalho docente que levem ao domínio sólido e duradouro de conhecimentos pelos alunos, que promovam a ampliação de suas capacidades mentais, a fim de que desenvolvam o pensamento independente, a coragem de duvidar e, com isso, ganhem convicções pessoais e meios de ação prática nos processos de participação democrática na sociedade.

Nessas condições, os conteúdos deixam de ser apenas matérias a serem repassadas, da cabeça do professor para a cabeça dos alunos; antes são meios de formar a independência de pensamento e de crítica, meios culturais para se buscar respostas criativas a problemas postos pela realidade.

Na medida em que os conteúdos se articulam ao desenvolvimento de capacidades e habilidades mentais; podem ser questionados, reelaborados, confrontados com a realidade física e social, em função de valores e critérios de julgamento em que se acredita.

UNIDADE 18

Objetivo: Compreender a importância do estudo das tendências teórico-metodológicas para uma ação educativa libertadora.

Tendências Teórico-Metodológicas de Ensino: as abordagens do processo



Há várias formas de se conceber o fenômeno educativo. Por sua própria natureza, não é uma realidade acabada que se dá a conhecer de forma única e precisa.

É um fenômeno humano, histórico e multidimensional. Nele estão presentes as dimensões: humana, técnica, cognitiva, emocional, social, política e cultural. Não se trata de mera justaposição das referidas dimensões, mas, sim, da aceitação de suas múltiplas implicações e relações.

Diferentes formas de aproximação do fenômeno educativo podem ser consideradas como mediações historicamente possíveis, que permitem explicá-lo, se não em sua totalidade, pelo menos em alguns de seus aspectos, por isso, devem ser analisadas, contextualizadas e discutidas criticamente.

De acordo com determinada teoria/proposta ou abordagem do processo ensino-aprendizagem privilegia-se um ou outro aspecto do fenômeno educacional.

Assim, é possível verificar vários tipos de reducionismo: numa abordagem Humanista, por exemplo, a relação interpessoal é o centro, e a dimensão humana passa a ser o núcleo do processo ensino-aprendizagem; numa abordagem Comportamentalista, a dimensão técnica é privilegiada, ou seja, os aspectos objetivos, mensuráveis e controláveis do processo são enfatizados em detrimento dos demais. Apesar, no entanto, de constituírem formas de reducionismo, essas propostas são explicativas de determinados aspectos do processo ensino-aprendizagem, não podendo ser desconsideradas.

As teorias de conhecimento, em que são baseadas as escolas psicológicas e de onde provêm as tomadas de posições, podem ser consideradas, apesar de muitas variações e combinações possíveis, de acordo com três características: primado do sujeito, primado do objeto e interação sujeito/objeto.

Toda interpretação do fenômeno vital, quer seja biológica, sociológica, psicológica etc., resulta de uma relação sujeito/ambiente, isto é, deriva de uma tomada de posição epistemológica em relação ao sujeito do meio. Subjacentes ao conceito de homem, de mundo, de aprendizagem, conhecimento, sociedade, cultura, etc., são presentes - implícita ou explicitamente - algumas dessas posições. Essas diferentes posições, por sua vez, podem implicar em diferentes aplicações pedagógicas.

Os empiristas (primado do objeto) consideram o organismo sujeito às contingências do meio, sendo o conhecimento uma cópia de algo dado no mundo externo. Há, portanto ênfase na importância do objeto, do meio; quer se leve em conta o indivíduo como uma "tábua rasa", quer não se seja tão ortodoxo e se admita a maturação de alguma atividade cognitiva.

O conhecimento é uma "descoberta" e o que foi descoberto já se encontrava presente na realidade exterior. Não há construção de novas realidades. Do ponto de vista pedagógico, essa posição é orientada por um associacionismo empirista, onde todo conhecimento fica reduzido a uma aquisição exógena, a partir de experiências, verbalizações ou recursos e materiais audiovisuais que são simplesmente transmitidos.

O Nativismo, Apriorismo ou Inatismo (primado do sujeito) afirma que as formas de conhecimento estão predeterminadas no sujeito. Atribuem-se ao sujeito, ao organismo humano, categorias de conhecimento "já prontas", para as quais toda estimulação sensorial é canalizada.

Ocorre ênfase na importância do sujeito, incluindo-se tanto as tendências que advogam um pré-formismo absoluto quanto àquelas que admitem um processo de atualização. Do ponto de vista pedagógico, a preocupação estaria, em grande parte, voltada para o que Piaget denominou de "exercício de uma razão já pré-fabricada". Enquanto no primeiro caso nota-se

ênfase numa pré-formação exógena do conhecimento, no segundo, a ênfase encontrada é numa pré-formação endógena.

Do ponto de vista interacionista (interação sujeito/objeto) o conhecimento é considerado como uma construção contínua e, em certa medida, a invenção e a descoberta são pertinentes a cada ato de compreensão.

A passagem de um nível de compreensão para o seguinte é sempre caracterizada por formação de novas estruturas, que não existiam anteriormente no indivíduo. Incluem-se aqui as tendências em que esse interacionismo aparece, quer na modalidade apriorística da "Gestalt", quer se apresente como um processo caracterizado pelo construtivismo sequencial.

Nessa última tendência, não há pré-formação, nem endógena (inata), nem exógena (empirista), mas um desenvolvimento contínuo de elaborações sucessivas que implicam a interação de ambas as posições. Em decorrência disso, pedagogicamente falando, dá-se grande importância às atividades, espontâneas ou não, das crianças, em sua interação com o mundo (físico, social, etc.). Enfatiza-se uma relação dinâmica entre a bagagem genética hereditária e sua adaptação ao meio em que se desenvolve.

O conhecimento humano, pois, dependendo dos diferentes referenciais, é explicado diversamente em sua gênese e desenvolvimento, o que, consequentemente, condiciona conceitos diversos de homem, mundo, cultura, sociedade, educação, etc. dentro de um mesmo referencial, é possível haver abordagens diversas, tendo em comum apenas os diferentes primados: ora do objeto, ora do sujeito, ora da interação de ambos.

Algumas das abordagens, por exemplo, enfatizam o momento social, político e econômico, em uma palavra, histórico. Outras, por sua vez, consideram apenas o homem em abstrato, desvinculado de um engajamento contextual de qualquer espécie.

Partindo-se do pressuposto de que a ação educativa exercida por professores em situações planejadas de ensino-aprendizagem é sempre intencional, diferentes posicionamentos

pessoais deveriam derivar diferentes arranjos de situações do processo ensino-aprendizagem e diferentes ações educativas em sala de aula.

Subjacente a essa ação, estaria presente, implícita ou explicitamente, de forma articulada ou não; um referencial teórico que compreendesse conceitos de homem, mundo, sociedade, cultura, conhecimento, etc.



As disciplinas pedagógicas dos cursos de Licenciatura, geralmente possibilitam ao futuro professor contato com um corpo organizado de ideias que procura subsidiar e justificar a prática educativa. Esse conjunto, constituído pelas teorias pedagógicas ou psicopedagógicas sobre a educação, é denominado, por Mello, de ideário pedagógico. Cada professor, por sua vez, filtra tal ideário a partir de sua própria condição e vivência.

Interessa, neste trabalho, abordar diferentes linhas pedagógicas ou tendências no ensino brasileiro, aqui denominadas abordagens, que poderiam estar fornecendo diretrizes à ação docente, mesmo considerando-se que a elaboração que cada professor faz delas é individual e intransferível. Algumas abordagens apresentam claro referencial filosófico e psicológico, ao passo que outras são intuitivas ou fundamentadas na prática, ou na imitação de modelos, o que implica diferentes conceituações de homem, mundo, conhecimento, etc.

Partindo-se do pressuposto de que, em situações brasileiras, provavelmente tenham sido cinco as abordagens que mais possam ter influenciado os professores, quer por meio de informações adquiridas na literatura especializada, quer através de modelos a que foram expostos ao longo de suas vidas, quer, ainda, através de informações obtidas em cursos de formação de professores, serão consideradas aqui as seguintes: abordagem tradicional, a comportamentalista, a humanista, a cognitivista e abordagem sociocultural.

Cumpre justificar a não inclusão de uma sexta abordagem que provavelmente teve e tem como as demais, influência na formação de professores e em seu posicionamento frente ao fenômeno educacional. Trata-se da abordagem escolanovista, cuja introdução no Brasil está diretamente relacionada com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Tal como a repercussão do Movimento da Escola Nova na prática educacional brasileira, essa possível abordagem poderia igualmente ser denominada de Didaticista, devido à grande importância atribuída aos aspectos didáticos.

No entanto, a não inclusão desta tendência como uma abordagem a ser analisada se justifica, por ela advogar diretrizes incluídas em outras abordagens e também pelo fato das demais abordagens apresentarem justificativa teórica ou evidência empírica e ela não. Daí, sua não inclusão; apesar de sua influência na formação de professores brasileiros, num determinado momento histórico.

Faz-se necessário observar ainda que, levando em conta a complexidade da realidade educacional, sempre aberta a novas contribuições, e a inexistência de uma teoria empiricamente validada que explique todas as manifestações do comportamento humano, em situações de ensino-aprendizagem, é importante ter sempre presente o caráter parcial e arbitrário deste tipo de estudo, bem como as limitações e problemas decorrentes da delimitação e caracterização de cada abordagem em consideração, admitindo-se, portanto que outras abordagens possam vir a ser sugeridas.

A análise de cada uma das abordagens foi realizada a partir de categorias (conceitos) consideradas básicas para a compreensão de cada uma, em seus pressupostos e em decorrências: homem, mundo, sociedade, cultura, conhecimento, educação, escola, ensino-aprendizagem, professor, aluno, metodologia e avaliação.

Para a realização deste trabalho, optou-se, metodologicamente, pela técnica de sistematização, descritiva, pois se objetiva condensar ideias e conceitos em forma de ideário pedagógico.



Dica

MIZUKAMI, M. Nicoletti. Ensino: as abordagens do Processo. São Paulo: EPU, 1986.



UNIDADE 19

Objetivo: Estabelecer e analisar criticamente o quadro sobre as concepções de ensino, levando em consideração: a visão de homem, mundo, sociedade, estratégias e avaliações.

Sobre Concepções de Ensino



Serão analisadas, a seguir, as cinco abordagens propostas. Na análise de cada uma delas, o roteiro adotado implica: características gerais, análise dos dez conceitos e considerações finais.

Um curso de formação de professores deveria possibilitar confronto entre abordagens, quaisquer que fossem elas, entre seus pressupostos e implicações, limites, pontos de contraste e convergência.

Ao mesmo tempo, deveria possibilitar ao futuro professor a análise do próprio fazer pedagógico, de suas implicações, pressupostos e determinantes, no sentido de que ele se conscientizasse de sua ação, para que pudesse, além de interpretá-la e contextualizá-la, superá-la constantemente.

O que mais se espera, pois, não é o domínio de uma ou mais abordagens, mas de formas de articulação entre as mesmas e o fazer pedagógico do professor. Caso se procure uma articulação entre as abordagens disponíveis, essa integração pressuporia repensar essas abordagens, em seus pontos de interseção e de contraste, de forma a que aspectos cognitivos, emocionais, comportamentais, técnicos e socioculturais pudessem ser considerados.

Dessa forma, a prática pedagógica, tal como aqui enfocada genericamente, poderá assumir o sentido de práxis, de uma tentativa teórica e prática. Esta prática, por sua vez, irá fornecer elementos para a compreensão do discurso.

Observa-se que na maioria das vezes, diversas linhas teóricas coexistem como opção para um mesmo sujeito.

No entanto, mesmo considerando esse pluralismo é possível detectar opções predominantes no momento histórico considerado, em relação ao grupo de professores pesquisados.

Do quadro geral dos resultados deste trabalho, dois deles podem ser destacados:

O primeiro refere-se a pouca preferência por conceitos da abordagem Comportamentalista, e o segundo, a escolha acentuada de afirmações relativas às concepções de abordagem cognitivistas. É interessante constatar que não predomina entre os professores uma visão tecnicista do processo educacional.

Abordagem Tradicional

▼ **Características gerais;**

tem a pretensão de conduzir o aluno até o contato com as grandes realizações da humanidade: obras-primas da literatura e da arte, raciocínios e demonstrações plenamente elaboradas, aquisições científicas atingidas pelos métodos mais seguros. Dá-se ênfase aos modelos, em todos os campos do saber.

▼ **Homem;**

é considerado como inserido num mundo em que irá conhecer através de informações que lhe serão fornecidas. É como se fosse uma tabula rasa, na qual são impressas, progressivamente, imagens e informações fornecidas pelo ambiente.

▼ **Conhecimento;**

parte-se do pressuposto de que a inteligência seja uma faculdade capaz de acumular/armazenar informações. A atividade do ser humano é a de incorporar informações sobre o mundo (físico, social etc.).

▼ **Educação;**

é um processo de instrução, caracterizado como transmissão de idéias selecionada se organizadas logicamente. A prática educativa restringe-se à escola. Cumpre um papel de ajustamento social.

▼ **Professor-Aluno;**

é uma relação vertical, sendo que um dos pólos (o professor) detém o poder decisório. O papel do professor está intimamente ligado à transmissão de certo conteúdo que é predefinido e que constitui o próprio fim da existência escolar. Pede-se ao aluno a repetição automática das informações fornecidas pela escola.

▼ **Metodologia;**

caracterizada pela transmissão do patrimônio cultural, pela confrontação com modelos e raciocínios elaborados. O tipo de aula mais frequente é a expositiva.

▼ **Avaliação;**

visa a exatidão da reprodução do conteúdo comunicado em sala de aula. Mede-se pela quantidade e exatidão de informações que se consegue produzir. Daí a consideração de provas, exames, chamadas orais, exercícios etc., que evidenciem a exatidão da reprodução da informação. O exame passa a ter um fim em si mesmo e o ritual é mantido.

Abordagem Comportamentalista

▼ Características gerais;

chamada comportamentalista ou behaviorista, considera a experiência planejada como a base do conhecimento. Evidencia-se por sua origem empirista, considera que o conhecimento é o resultado direto da experiência.

▼ Homem;

é uma consequência das influências ou forças existentes no meio ambiente

▼ Conhecimento;

o conhecimento é estruturado via experiência.

▼ Educação;

a educação está intimamente ligada à transmissão cultural.

▼ Professor-Aluno;

compete planejar e desenvolver o sistema de ensino-aprendizagem, de forma a maximizar o desempenho do aluno.

▼ Metodologia;

surge a ênfase nas estratégias de ensino e a instrução individualizada.

▼ Avaliação;

está diretamente ligada aos objetivos propostos. É realizada no decorrer e no final do processo.

Abordagem Humanista

▼ Características gerais;

ensino centrado no aluno. Dá-se ênfase à vida psicológica e emocional do indivíduo.

▼ Homem;

: é considerado como uma pessoa situada no mundo. É único em sua vida interior, quer em suas percepções e avaliações do mundo. A pessoa é considerada em processo contínuo de descoberta de seu próprio ser, ligando-se a outras pessoas e grupos.

▼ Conhecimento;

a experiência pessoal e subjetiva é o fundamento sobre o qual o conhecimento é construído, no decorrer do processo de vir-a-ser da pessoa humana.

▼ Educação;

trata-se da educação do homem e não apenas da pessoa em situação escolar, numa instituição de ensino. Tudo o que estiver a serviço do crescimento pessoal, interpessoal ou grupal é educação.

▼ Professor-Aluno;

o professor assume a função de facilitador da aprendizagem, e nesse clima facilitador, o estudante entrará em contato com problemas vitais que tenham repercussão na sua existência.

▼ Metodologia;

as estratégias instrucionais assumem importância secundária, não se enfatiza técnica ou método para facilitar a aprendizagem

▼ Avaliação;

defende-se a auto-avaliação, sob o argumento de que só o indivíduo pode conhecer realmente a sua experiência, esta só pode ser julgada a partir de critérios internos do organismo.

Abordagem Cognitivista

▼ Características gerais;

o termo “cognitivista” se refere a psicólogos que investigam os denominados “processos centrais” do indivíduo, dificilmente observáveis, tais como . organização do conhecimento, processamento de informações, estilos de pensamento ou estilos cognitivos, comportamentos relativos à tomada de decisões.

▼ Homem;

trata-se de uma perspectiva interacionista, homem e mundo serão analisados conjuntamente, já que o conhecimento é o produto da interação entre eles.

▼ Conhecimento;

é considerado uma construção contínua. A passagem de um estado de desenvolvimento para o seguinte é sempre caracterizado por formações de novas estruturas psicológicas. A epistemologia genética objetiva conhecer todas as etapas de formação do sujeito.

▼ Educação;

deve provocar situações que sejam desequilibradoras para o aluno, desequilíbrios estes adequados ao nível de desenvolvimento em que se encontram, de forma que seja possível a construção progressiva das noções e operações, ao mesmo tempo em que o indivíduo vive intensamente cada etapa de seu desenvolvimento cognitivo.

▼ Professor-Aluno;

deve orientar o aluno e conceder-lhe ampla margem de autocontrole e autonomia. Deve assumir o papel de investigador, pesquisador, orientador, coordenador, levando o aluno a trabalhar o mais independente possível.

▼ Metodologia;

valoriza o trabalho em grupo, discussões, jogos, pesquisa, realização de experiências pelos alunos e etc.

▼ Avaliação;

terá de ser realizada a partir de parâmetros extraídos da própria teoria e implicará verificar se o aluno já adquiriu noções, conservações, realizou operações, relações etc. O controle do aproveitamento deve ser apoiado em múltiplos critérios, considerando-se principalmente a assimilação e a aplicação em situações variadas.

Abordagem Sociocultural

▼ Características gerais;

enfatiza aspectos sócio-políticos-culturais, tem forte vínculo com a cultura popular. Todos os seres humanos são homens concretos, situados no tempo e no espaço, inseridos num contexto histórico.

▼ Homem;

o homem chegará a ser sujeito através da reflexão sobre seu ambiente concreto: quanto mais ele reflete sobre a sua própria condição concreta, mais se torna progressiva e gradualmente consciente, comprometido a intervir na realidade para mudá-la.

▼ Conhecimento;

a elaboração e o desenvolvimento do conhecimento estão ligados ao processo de conscientização. O conhecimento é elaborado e criado a partir do mútuo condicionamento pensamento e prática. Como processo e resultado, consiste ele na superação da dicotomia sujeito-objeto.

▼ Educação;

toda ação educativa, para que seja válida, deve necessariamente, ser precedida tanto de uma reflexão sobre o homem como de uma análise do meio de vida desse homem concreto, a quem se quer ajudar para que se eduque. O homem se torna o sujeito da educação.

▼ Professor-Aluno;

relação horizontal marcada por uma aprendizagem mútua. A ênfase é colocada sobre o processo, e a base do relacionamento é o diálogo.

▼ Metodologia;

situações vivenciais que partem de realidade do grupo. Educação problematizadora, que busca levantar as verdadeiras causas dos problemas, desmistificando assim o poder das classes dominantes.

▼ Avaliação;

a verdadeira avaliação do processo consiste na auto-avaliação e avaliação mútua e permanente da prática educativa por professores e alunos.



Dica

BORDENAVE, Juan Enrique Diaz; PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de Ensino-Aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 2005.

LIBÂNEO, J.C. SANTOS, A. Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. São Paulo: Alínea, 2005.



UNIDADE 20

Objetivo: Conhecer as etapas necessárias para a elaboração de um planejamento de ensino e aplicá-las com eficácia nas práticas pedagógicas.

Prática Escolar: componentes básicos

Planejamento de Ensino: um ato político pedagógico



Planejar o Ensino revela sempre uma intenção da prática educativa que se quer desenvolver para um grupo de educandos situados num determinado momento histórico, no tempo e no espaço.

Para Saviani, "uma visão histórica da educação, mostra como esta esteve sempre preocupada em formar determinado tipo de homem. Os tipos de homem variam de acordo com as diferentes exigências das diferentes épocas".

A ação educativa quando consciente não poderá, pois, distanciar-se dessa intenção política e, por conseguinte, o planejamento do ensino não pode perder de vista o tipo de homem que a sociedade pretende atingir, através da educação, para não incorrer-se na arbitrariedade educacional do ato educativo.

O ato de planejar o ensino é sempre um ato pedagógico, uma vez que este, na sua essência, é sempre intencional. No entanto, o ato de planejar que, reflete a visão (verdadeira ou falsa), que o educador possui sobre o mundo social e o mundo educacional, nesse sentido, se pode afirmar que o ato de planejar o ensino é sempre um ato político.

Relembrando: o ato de planejar o ensino é um ato pedagógico; o ato pedagógico é um ato político; por conseguinte o ato de planejar o ensino não pode deixar de ser (conter) também um ato político.

É por essas razões que, na etapa de planejamento já é possível perceber a dimensão política da ação educativa a partir do momento em que se faz a previsão de: conteúdos

programáticos, metodologias de ensino, processos de avaliação de aprendizagem, etc., a serem desenvolvidos num conjunto de aulas.

Em outras palavras, os objetivos propostos para a aula, os conteúdos, as atividades de aprendizagem, em suma a prática educativa em todos os seus momentos, revelam sempre a postura educativa do educador.

Cabe, pois, àqueles que participam do planejamento de ensino, analisar e definir concretamente a dimensão política da ação educativa, e a dimensão educativa contida na dimensão política do ato educativo, uma vez que pensar a ação educativa é pensar a ação social.

O Planejamento E A Ação Do Professor



Para que o professor possa atingir efetivamente os objetivos, é necessário que realize um conjunto de operações didáticas coordenadas entre si. São elas: o planejamento, a direção do ensino e da aprendizagem e a avaliação, cada uma delas desdobrada em tarefas ou funções didáticas, mas que convergem para a realização do ensino propriamente dito, ou seja, a direção do ensino e da aprendizagem.

Para o planejamento, requer-se do professor:

- Compreensão segura das relações entre a educação escolar e os objetivos sociopolíticos e pedagógicos, ligando-os aos objetivos de ensino das matérias;
- Domínio seguro do conteúdo das matérias que leciona e sua relação com a vida e a prática, bem como dos métodos de investigação próprios da matéria, a fim de poder fazer uma boa seleção e organização do seu conteúdo, partindo das situações concretas da escola e da classe;

- Capacidade de desmembrar a matéria em tópicos ou unidades didáticas, a partir da sua estrutura conceitual básica; de selecionar os conteúdos de forma a destacar conceitos e habilidades que formam a espinha dorsal da matéria;
- Conhecimento das características sociais, culturais e individuais dos alunos, bem como o nível de preparo escolar em que se encontram;
- Conhecimento e domínio dos vários métodos de ensino e procedimentos didáticos, a fim de poder escolhê-los conforme temas a serem tratados e as características dos alunos;
- Conhecimento dos programas oficiais para adequá-los às necessidades reais da escola e da turma de alunos;
- Consulta a outros livros didáticos da disciplina e manter-se bem informado sobre a evolução dos conhecimentos específicos da matéria e sobre os acontecimentos políticos, culturais etc.

Para a direção do ensino e da aprendizagem requer-se:

- Conhecimento das funções didáticas ou etapas do processo de ensino; conhecimento dos princípios gerais da aprendizagem e saber compatibilizá-los com conteúdos e métodos próprios da disciplina; domínio de métodos do ensino, procedimentos, técnicas e recursos auxiliares;
- Habilidade de expressar ideias com clareza, falar de modo acessível à compreensão dos alunos partindo de sua linguagem corrente;
- Habilidade de tornar os conteúdos de ensino significativos, reais, referindo-os aos conhecimentos e experiências que trazem para a aula;
- Saber formar perguntas e problemas que exijam dos alunos pensarem por si mesmo e tirarem conclusão própria;

- Conhecimento das possibilidades intelectuais dos alunos, seu nível de desenvolvimento, suas condições prévias para o estudo de matéria nova, experiências da vida que trazem;
- Provimento de métodos de estudo e hábitos de trabalho intelectual independente: ensinar o manejo de livro didático, o uso adequado de cadernos, lápis, régua etc.; ensinar procedimentos para aplicar conhecimentos em tarefas práticas;
- Adoção de uma linha de conduta no relacionamento com os alunos que expresse confiabilidade, coerência, segurança, traços que devem aliar-se à firmeza de atitudes dentro dos limites da prudência e respeito; manifestar interesse sincero pelos alunos nos seus progressos e na superação das suas dificuldades;
- Estimular o interesse pelo estudo, mostrar a importância da escola para a melhoria das condições de vida, para a participação democrática na vida profissional, política e cultural.

Para a avaliação requer-se:

- Verificação contínua do atingimento dos objetivos e do rendimento das atividades, seja em relação aos alunos, seja em relação ao trabalho do próprio professor;
- Domínio de meios e instrumentos de avaliação didática, isto é, colher dados relevantes sobre o rendimento dos alunos, verificar dificuldades, para tomar decisões sobre o andamento do trabalho docente; reformulando-o quando os resultados não são satisfatórios;
- Conhecimento das várias modalidades de elaboração de provas e de outros procedimentos de avaliação de tipo qualitativo.

Esses são alguns dos requisitos que o professor necessita para o desempenho de suas tarefas docentes e que formam o campo de estudo da Didática. Evidentemente, as mesmas expectativas que o professor tem em relação ao desenvolvimento intelectual dos alunos aplicam-se a ele próprio.

O professor não pode exigir que seus alunos adquiram um domínio sólido de conhecimentos se ele próprio não domina com segurança a disciplina que ensina; não pode exigir dos alunos o domínio de métodos de estudo, das formas científicas de raciocinar e de hábitos de pensamento independente e criativo, se ele próprio não os detém.

Do mesmo modo, se o professor encaminha o processo de ensino para objetivos educativos de formação de traços de personalidade, de aquisição de princípios norteadores da conduta e de tomada de posição frente aos problemas da realidade, ele precisa desenvolver suas próprias qualidades de personalidade, suas convicções.



A dimensão educativa do ensino que, como já abordado, implica nos resultados da assimilação de conhecimentos e habilidades se transformem em princípios e modos de agir frente à realidade, isto é, requerem do professor uma compreensão clara do significado social e político do seu trabalho, do papel da escolarização no processo de democratização da sociedade, do caráter político-ideológico de toda educação, bem como das qualidades morais da personalidade para a tarefa de educar.

Pois, para além dos requisitos profissionais específicos, é preciso uma formação teórica e política que resulte em convicções profundas sobre a sociedade e as tarefas da educação.

Esse é o objetivo de disciplinas como: Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, História da Educação, entre outras.

Em seu cotidiano, como profissional e como cidadão, o professor precisa, permanentemente, desenvolver a capacidade de avaliar os fatos, os acontecimentos, os conteúdos da matéria de um modo mais abrangente, mais globalizante.

Trata-se de um exercício de pensamento constante para descobrir as relações sociais reais que estão por detrás dos fatos, dos textos do livro didático, dos discursos, das formas de exercício do poder.

É preciso desenvolver o hábito de desconfiar das aparências, desconfiar da normalidade das coisas, porque os fatos, os acontecimentos, a vida do dia a dia estão carregados de significados sociais que não são "normais", pois neles estão implicados interesses sociais diversos e muitas vezes antagônicos dos grupos e classes sociais.

A Didática, assim, oferece uma contribuição indispensável à formação dos professores, sintetizando no seu conteúdo a contribuição de conhecimentos de outras disciplinas que convergem para o esclarecimento dos fatores condicionantes do processo de instrução e ensino, intimamente vinculado com a Educação e, ao mesmo tempo, provendo os conhecimentos específicos necessários para o exercício das tarefas.



Atividades

Antes de dar continuidade aos seus estudos é fundamental que você acesse sua SALA DE AULA e faça a Atividade 2 no “link” ATIVIDADES.



Dica

ANTUNES, Celso. Novas maneiras de ensinar e novas maneiras de aprender. Porto Alegre: Artmed, 2002.



UNIDADE 21

Objetivo: Conhecer e elaborar um planejamento que expresse um programa de ensino substancial, a partir da observação das etapas que compõem um planejamento de ensino.

O Planejamento da Ação Didático Pedagógica

1- A Distinção entre o Planejamento e Plano



O Planejamento é um processo mental que supõe análise, reflexão e previsão. Nesse sentido, planejar é uma atividade tipicamente humana, e está presente na vida de todos os indivíduos, nos mais variados momentos.

O Plano é o resultado, a culminância do processo mental do Planejamento.

Planejar consiste em prever e decidir sobre:

- O que realizar;
- O que fazer;
- Como fazer;
- O que e como fazer;
- O que e como analisar a situação, a fim de verificar se o que fez foi atingida.

Fusari (1996) afirma que o Planejamento caracteriza-se pela reflexão contínua sobre a práxis pedagógica e o Plano é a formalização dos diferentes momentos desse processo, que é todo permeado de desafios e contradições.

O sentido individual e coletivo do processo de planejamento precisa ser explicitado, isto é, o planejamento como processo que articula dinamicamente a ação-reflexão-ação tem um caráter mais coletivo, pois o grupo de educadores identifica os problemas de ensino e

aprendizagem, pesquisa e suas raízes e, a partir daí, propõe formas para a sua superação. Assim, Planejamento é processo.

O Plano, por sua vez, tem caráter mais individualizado ou de pequeno grupo, onde o educador ou educadores, a partir da reflexão coletiva, documenta aquilo que pretende realizar e as observações do desenvolvimento do trabalho. O que se pretende é uma interdependência entre a dimensão individual e a coletiva do planejamento.

O Plano é documento.

Portanto, pode-se afirmar que: Planejamento é processo de reflexão, tomada de decisão do grupo de educadores e plano é documento, registro das decisões para subsidiar a ação.

1.1 Tipos de Planejamento

Na esfera da Educação e do Ensino, há vários níveis de planejamento, que variam em abrangência e complexidade:

- a) Planejamento de um Sistema Educacional;
- b) Planejamento geral das atividades de uma escola;
- c) Planejamento de Currículo;
- d) Planejamento Didático de Ensino:
 - Planejamento de Curso;
 - Planejamento de unidade Didática ou de Ensino;
 - Planejamento de Aula.

Planejamento de um Sistema Educacional

É feito em nível sistêmico: nacional, estadual e municipal. Consiste no processo de análise e reflexão das várias facetas de um Sistema Educacional, para delimitar suas dificuldades e prever alternativas de solução. Reflete a política de educação adotada.

Planejamento Escolar



É o processo de tomada de decisão quanto aos objetivos a serem atingidos e a previsão das ações, tanto pedagógicas como administrativas que devem ser executadas por toda a equipe escolar, para o bom funcionamento da Escola.

Suas etapas são:

1. Sondagem e diagnósticos da realidade da escola:

- Características da comunidade;
- Características da clientela escolar;
- Levantamento dos recursos humanos e materiais disponíveis;
- Avaliação da escola no ano anterior.

2. Definição dos objetivos e prioridades da escola.

- a. Proposição da organização geral da escola no que se refere a:
- b. Quadro Curricular e Carga Horária dos diversos componentes do currículo;
- c. Calendário Escolar;
- d. Critérios de agrupamento dos alunos;
- e. Definição do Sistema de Avaliação, contendo normas para a adaptação, recuperação, reposição de aulas, compensação de ausência e promoção dos alunos.

3. *Elaboração de Plano de Curso contendo as programações das atividades curriculares;*
4. *Elaboração do Sistema Disciplinar da Escola;*
5. *Atribuição de funções a todos os participantes da Equipe Escolar: Direção, corpo docente, corpo discente, equipe pedagógica, equipe administrativa, equipe de limpeza e outros.*

Planejamento Curricular

É a previsão dos diversos componentes curriculares que serão desenvolvidos ao longo do curso. Com a definição dos objetivos gerais e a previsão dos conteúdos programáticos de cada componente e o professor deverá distinguir, ao elaborar um currículo, os conteúdos significativos, funcionais, dos conteúdos carentes de significados e de funcionalidade, de mera informação sem outro objetivo que o de ser memorizado por tanto tempo quanto possível.

O Plano Curricular deve seguir normas emanadas do CFE (Conselho Federal de Educação), CEE (Conselho Estadual de Educação).

Planejamento Didático ou de Ensino

É a previsão das ações e procedimentos que o professor vai realizar junto a seus alunos, e a organização das atividades discentes e das experiências de aprendizagem, visando atingir os objetivos educacionais estabelecidos.

Planejar é:

- Analisar as características da clientela;
- Refletir sobre os recursos disponíveis;

- Definir os objetivos educacionais considerados mais adequados para a clientela em questão;
- Selecionar e estruturar os conteúdos a serem assimilados;
- Prever e organizar os procedimentos do professor;
- Prever e escolher os recursos de ensino mais adequados para estimular a participação dos alunos nas atividades de aprendizagem;
- Prever os procedimentos de avaliação mais condizentes com os objetivos propostos.

Tipos de Planejamento de Ensino

- Planejamento de Curso/Programa de Ensino;
- Planejamento de Unidade Didática ou de Ensino;
- Planejamento de aula

Planejamento de Curso



É a previsão dos conhecimentos a serem desenvolvidos e das atividades a serem realizadas em uma determinada classe, durante certo período de tempo, geralmente durante o ano ou semestre letivos. É um desdobramento do Plano Curricular.

Segue a seguinte orientação:

1. Levantar dados sobre as condições dos alunos, fazendo uma sondagem inicial;
2. Propor objetivos gerais e definir os objetivos específicos a serem atingidos durante o período letivo estipulado;

3. Indicar os conteúdos a serem desenvolvidos durante o período;
4. Estabelecer as atividades e procedimentos de ensino e aprendizagem adequados aos objetivos e conteúdos propostos;
5. Selecionar e indicar os recursos a serem utilizados;
6. Escolher e determinar as formas de avaliação mais coerentes com os objetivos definidos e os conteúdos a serem desenvolvidos.

Planejamento de Unidade

Engloba diversas aulas sobre assuntos correlatos que devem ser trabalhados através das inter-relações das matérias.

Planejamento de Aula

De acordo com Libâneo (2008), Planificação é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação, em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino.

A planificação é um meio para se programar as ações docentes, mas também é um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado a avaliação. Desse modo, através de procedimentos diários, o professor especifica e operacionaliza os planos de curso e unidade.

Ao planejar uma aula o professor:

- Prevê os objetivos imediatos a serem alcançados (conhecimentos, habilidades, atitudes);
- Especifica os itens e subitens do conteúdo que serão trabalhados durante a aula;
- Define os procedimentos de ensino e organiza as atividades de aprendizagem de seus alunos (individuais e em grupo);

- Indica os recursos (cartazes, mapas, jornais, livros, objetos variados) que vão ser usados durante a aula para despertar o interesse, facilitar a compreensão e estimular a participação dos alunos;
- Estabelece como será feita a avaliação das atividades.

A função do Planejamento das Atividades Didáticas

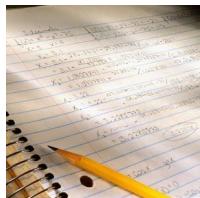
Contribui para:

- Atingir os objetivos desejados;
- Superar dificuldades;
- Controlar a improvisação.

Tem função de:

- Prever as dificuldades que podem surgir durante a ação docente, para poder superá-las com economia de tempo;
- Evitar a repetição rotineira e mecânica de cursos e aulas;
- Adequar o trabalho didático aos recursos disponíveis e às reais condições dos alunos;
- Adequar os conteúdos, as atividades e os procedimentos de avaliação aos objetivos propostos;
- Garantir a distribuição adequada do trabalho em relação ao tempo disponível.

A intenção da aula (objetivo – conteúdo)



Os objetivos de aprendizagem e os conteúdos programáticos de uma disciplina são definidos num só momento e devem se repensados (crítica e autocritica) durante todo o desenvolvimento do curso.

Nessa etapa, as necessidades suscitadas pelo momento histórico - cultural que escola e sociedade estejam vivendo não podem ser ignoradas pelo educador - planejador. Não se trata, porém, como se verá, a seguir, de simplesmente listar uma série de tópicos para estudos com seus respectivos objetivos de aprendizagem.

É muito mais que isso. Além da ordenação vertical, da logicidade e da inter-relação da estrutura da matéria de ensino a ser desenvolvida, faz-se necessário que o objetivo - conteúdo procure evidenciar as contradições do próprio sistema social vigente, em uma busca inacabada à sua transformação, no sentido de uma contínua aproximação de uma aprendizagem que atenda às necessidades da comunidade social.

Não deve existir dicotomia entre aquilo que se propõe a alcançar em termos de operações mentais e atividades e o conhecimento a ser assimilado; buscando, problematizando e questionando.

Um objetivo de ensino concreto só tem valor se ligado a um conteúdo programático também concreto. A unidade objetivo - conteúdo deve superar seu enfoque acadêmico. Para que essa superação ocorra à escola necessita trabalhar os conteúdos de forma significativa, concreta. Um objetivo é concreto, quando está diretamente relacionado a um contexto social determinado, dando-se a relação dialética texto - contexto.

Esse contexto deve ser uma realidade concreta e não uma falsa realidade. A realidade concreta nada mais é do que a realidade social e educacional em transformação, onde a escola e os educandos estão inseridos.

Daí, a ligação "fins-pedagógicos e fins-sociais" ser um ato relevante a considerar na definição dos objetivos e dos conteúdos do ensino. A realidade social, cultural e econômica não pode, em hipótese alguma, ser esquecida.

Quando o planejamento de ensino é realizado de forma não participativa, a única recomendação universalmente válida sobre o polêmico tema da formulação (redação) de objetivos de ensino é que os mesmos sejam comunicados (e aqui não importa a forma) àqueles que participam da aula ou atividade didática, de forma clara e objetiva, não se esquecendo de seu elemento substancial, ou seja, seu conteúdo (concreto) que estará sempre ligado a uma operação mental que leve o educando ao desvelamento do conhecimento de forma crítica e criativa.

Assim, todo objetivo de aprendizagem (operação mental + conteúdo programático concreto + realidade social) deve-se preocupar com o objetivo maior de todo sistema educacional: Proporcionar meios para a formação do homem crítico e criativo, independente e competente, que domine um corpo de conhecimentos que reflita a problematização do contexto social e da ciência e que contribua para a libertação de seus semelhantes.

O domínio do conhecimento, de forma precisa e profunda, é ponto de partida para o crescimento pessoal e condição essencial para a intervenção no educacional e no social. A inserção crítica do educador e do educando na realidade, em contraposição à inserção alienante, proporcionará meios para a assimilação de conhecimentos que contribuirão para que essas transformações ocorram de modo mais constante.

O pensamento dialético parece ser uma das maneiras consistentes que o educador e educando podem usar para que essa inserção crítica faça parte do papel da escola.

O pensamento dialético liga-se, tanto à crítica como à reconstrução teórica. Como uma forma de crítica, desvela valores que são frequentemente negados pelo objeto social analisado.

MODELO DE PLANO DE AULA

| |
|--|
| Instituição: |
| Curso: |
| Disciplina: |
| Período/Semestre/Ano: |
| Professor: |
| 1. Objetivos: Geral Específico |
| 2. Desenvolvimento: |
| 3. Estratégias: |
| 4. Avaliação: |
| 5. Encerramento: |

Inove! Ponha algo mais em sua aula:

Os especialistas alertam: entrar na sala e tentar dar uma aula de improviso não leva a lugar nenhum. Dar uma boa aula mistura disposição, sensibilidade, talento, adequação à realidade dos alunos e, especialmente, uma enorme dose de planejamento (Josiane Lopes).

Para dar uma boa aula é preciso superar alguns desafios. São eles:

1. Despertar o interesse da turma para o assunto a ser ensinado.
2. Manter o interesse ao longo da aula.
3. Verificar se o conteúdo está sendo assimilado pela classe.
4. Avaliar, a cada momento, o aprendizado dos alunos.
5. Adequar a aula à personalidade da classe.

Sugestões para uma boa aula:

- Use os fatos do cotidiano;
- Faça a turma trabalhar;
- Esteja pronto para mudar.



Dica

COLL, C.; POZO, J.I.; SARABIA, B. & VALLS, E. Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

MIZUKAMI, M. da G. N. Ensino: as abordagens do processo. 14. ed. São Paulo: EPU, 2005.



UNIDADE 22

Objetivo: Compreender a importância dos objetivos nas ações de planejamentos e organização didática.

I. A Importância dos Objetivos:



O professor precisa determinar de início o que o aluno será capaz de fazer ao final do aprendizado. A isso se chama definir objetivos.

Se o professor não define os objetivos, não pode avaliar de maneira objetiva o resultado de sua atividade de ensino e não tem condições de escolher os procedimentos de ensino mais adequados. A definição dos objetivos tem um caráter norteador da atenção do professor no processo de interação com o aluno.

II. Tipos De Objetivos

Os objetivos podem ser Educacionais ou Instrucionais.

a. Objetivos Educacionais (ou gerais)

São proposições gerais sobre mudanças comportamentais desejadas. Decorrem de uma Filosofia da Educação e surgem do estudo da sociedade contemporânea e do estudo sobre o desenvolvimento do aluno e sobre os processos de aprendizagem.

b. Objetivos Instrucionais:

São proposições específicas sobre mudanças no comportamento dos alunos, que serão atingidos gradativamente no processo de ensino-aprendizagem.

Os objetivos educacionais e instrucionais, por sua vez podem referir-se aos domínios cognitivo, afetivo ou psicomotor. Alguns autores utilizam a palavra taxionomia (do grego táxis = ordem e nómos = lei) para indicar essa classificação.

O Domínio Cognitivo

Refere-se à razão, a inteligência e a memória, compreendendo desde simples informações e conhecimentos intelectuais, até ideias, princípios, habilidades mentais de análise e aos interesses.

Ex: Conhecer os princípios essenciais envolvidos na aprendizagem.

O Domínio Afetivo

Refere-se aos valores, às atitudes, às apreciações e aos interesses.

Ex: Valorizar a função social das diferentes instituições da comunidade: escolas, igrejas, sindicatos e outros.

Domínio Psicomotor

Refere-se às habilidades operativas ou motoras, isto é, às habilidades para manipular materiais, objetos, instrumentos ou máquinas.

Ex: Moldar um boneco de barro ou consertar um relógio.

III. Funções dos Objetivos Instrucionais.

Segundo Bloom “a formulação de objetivos tem por finalidade classificar o professor, em sua própria mente, ou comunicar a outros as mudanças desejadas no aprendiz.”

Orientar o professor na escolha dos demais componentes de um sistema de organização de ensino.

IV. Sugestões para Definir os Objetivos Específicos.

A linguagem usada para expressar um objetivo específico deve ser clara e precisa. Quando as palavras usadas para exprimir um objetivo são ambíguas e imprecisas, ele se torna vago e obscuro, pouco ou nada contribuindo para o trabalho didático.

Um objetivo bem definido torna mais fácil a tarefa do professor de selecionar as atividades docentes e discentes.

Sugestões que podem auxiliar o professor na elaboração dos objetivos educacionais:

- a) Desdobrar os objetivos gerais em vários objetivos específicos, a serem alcançados em curto prazo.

Objetivos Gerais: São úteis no delineamento inicial de um curso e tem o seu valor como objetivos a serem atingidos a longo prazo, no final do processo educativo. Para que possam realmente nortear a ação de professores e alunos, os Objetivos gerais devem ser operacionalizados, isto é, desdobrados ou decompostos em comportamentos observáveis, que sirvam de parâmetros para o processo ensino-aprendizagem.

- b) Focalizar o comportamento do aluno e não do professor. O objetivo específico não se refere ao comportamento do professor, mas o do educando. Ele descreve o comportamento que se espera observar no aluno em decorrência da experiência educativa que lhe é proporcionada.
- c) Formular cada objetivo de modo que ele descreva apenas um comportamento por vez.

É aconselhável que cada objetivo específico seja elaborado de modo a incluir apenas um resultado de aprendizagem por vez e não uma combinação de vários resultados ao mesmo tempo.

Quando o objetivo específico descreve apenas um comportamento por vez, ele se identifica com o conteúdo, e se torna, ele próprio, o critério de avaliação.

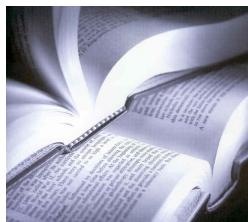
- d) Formular objetivos instrucionais relevantes e úteis, isto é, que envolvam não apenas conhecimento (memorização de informação), mas também, e principalmente, habilidades cognitivas e operações mentais superiores.

Os objetivos instrucionais não devem dar ênfase apenas ao conhecimento de fatos específicos, mas devem focalizar, principalmente, os processos mentais superiores, valorizando os mecanismos mais complexos do pensamento.

UNIDADE 23

Objetivo: Discutir os conceitos básicos para compreensão da função da metodologia no Ensino Superior.

Educação, Didática e Metodologia no Pensamento Pedagógico.



É comum o aluno afirmar que um determinado professor sabe o conteúdo, mas não tem didática para ensinar. Vamos refletir um pouco...

Será que falta didática ao professor? Ou sua dificuldade está justamente em fazer ponte entre as experiências e o conhecimento já construído pelo aluno e o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula?

A partir desta reflexão podemos discutir alguns conceitos que são básicos para compreensão e distinção entre os termos Didática e metodologia. Para tanto, vamos ler o texto a seguir.

Discutindo Conceitos: Educação, Didática e Metodologia.

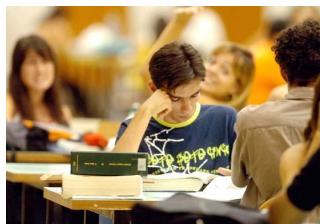
Ao procurar o conceito de educação nos diversos livros que tentam explicar tal fenômeno, percebe-se que este vem se constituindo ao longo dos tempos com diferentes enfoques, ou seja, ora mais preocupado com a adequação das pessoas à sociedade, ora como promoção da pessoa enquanto ser de múltiplas possibilidades.

As tendências consideradas mais avançadas concebem a educação nesta segunda vertente, ou seja, como processo de formação e desenvolvimento das capacidades humanas de modo a humanizar cada vez mais as pessoas.

Dentre estas tendências destacam-se as chamadas progressistas ou críticas, que também se dividem em interacionista, sócio-construtivista, histórico-crítica, dentre outras. O que elas têm em comum é o fato de concordarem que o ser humano é um ser histórico e socialmente

situado e que aprende por meio das relações sociais que estabelece entre seus pares como também a partir das experiências sociais que desenvolve sempre que se depara com um conflito cognitivo, isto é, a partir do confronto com algo novo e desconhecido.

Neste momento, a pessoa procura estabelecer alguma relação entre o novo e suas estruturas mentais já consolidadas de modo a tentar compreender e mesmo dar uma resposta que a satisfaça. Porém, nem sempre é possível achar tal resposta em seus conhecimentos já adquiridos sendo necessário pesquisar, perguntar, comparar, ler, refletir e, assim, chegar a uma resposta que de fato lhe satisfaça.



Quando isto ocorre diz-se que a aprendizagem foi significativa e a pessoa conseguiu um salto de qualidade no aspecto intelectual, pois ampliou suas estruturas mentais, uma vez que incorporou a elas novas informações que lhe serão importantes para aquisição de outras aprendizagens que se realizarão no futuro.

Portanto, pode-se afirmar que a aprendizagem é um processo sempre cumulativo e cada aprendizagem é básica para outras que se seguirão ao longo da vida.

É evidente que este processo de aquisição de conhecimento é muito mais sofisticado quando se refere à educação formal, ou seja, a educação que se desenvolve na escola. Espaço socialmente reconhecido como responsável pela educação das pessoas nos mais diversos níveis.

No espaço educacional é fundamentalmente importante refletir sobre a didática e a metodologia empregada, de modo intencional, pelo professor, para possibilitar que a aprendizagem seja significativa para o aluno.

Embora tenham sido empregadas como sinônimas por um bom tempo é preciso ressaltar que Didática e Metodologia se completam, mas possuem estatuto próprio, identidade própria, o que as tornam diferentes e não sinônimas.

A Metodologia não pode ser confundida com as técnicas de ensino, pois ela é muito mais que as técnicas. Ela supõe o uso das técnicas, mas não se resume só a isto. A Metodologia

possibilita o estabelecimento de relações entre o novo conhecimento e os que o aprendiz já possui. Ela possibilita a abordagem do conteúdo a partir de uma referência filosófica e metodológica, propriamente dita.

A opção por uma Metodologia Tradicional e autoritária ou Crítica e questionadora revela a postura política do educador, isto é, a sua visão de mundo, de sociedade, seus valores, enfim como concebe o seu trabalho como professor, cidadão e, a serviço de quem e para quê coloca o seu trabalho. Embora seja tão importante tal opção nem sempre é/está consciente ou clara para o profissional da educação.

A Didática, por sua vez, organiza os processos que serão desenvolvidos junto ao aprendiz, de modo a facilitar a aprendizagem, ou seja, ela prevê o caminho a ser feito para a apresentação, discussão, reflexão e compreensão de um conteúdo. Portanto, a Didática implica o planejamento da ação pedagógica.

Não se pode perder de vista que, apuradas as arestas e as diferenças de enfoque, a Educação sempre fez parte do projeto político de um povo, de uma nação, respondendo às necessidades históricas do momento, a partir do contexto social, político e econômico vivido.

O problema que se apresenta é que se a Educação sempre foi peça fundamental no projeto de desenvolvimento de uma nação, nem sempre foi pensada e planejada a partir dos reais interesses de todos, mas sim dos interesses do poder político constituído e das relações estabelecidas por este no cenário mundial.



Estudo Complementar

SUGESTÃO DE LEITURA:

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: ensino fundamental e ensino médio. /Ministério de Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica.- Brasília: Ministério de Educação, 1999.

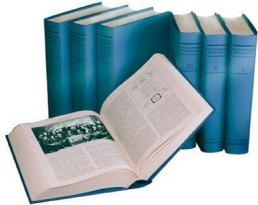


UNIDADE 24

Objetivo: Conhecer os procedimentos para selecionar e organizar conteúdos curriculares

Seleção e Organização dos Conteúdos Curriculares.

I. A Importância do Conteúdo.



O movimento da Escola Nova, em oposição à Escola Tradicional, valorizou mais os métodos e as técnicas de ensino, em detrimento do conteúdo a ser ensinado. Mas os conteúdos são importantes à medida que constituem a tessitura básica sobre o qual o aluno constrói e reestrutura o conhecimento.

É através do conteúdo e das experiências de aprendizagem que a Escola transmite, de forma sistematizada, o conhecimento, e também trabalha, na prática cotidiana de sala de aula, os valores tidos como desejáveis na formação das gerações.

É por meio dos conteúdos, transmitidos e dos conhecimentos assimilados e, também por meio do conteúdo, que se praticam as operações cognitivas. Desenvolvendo hábitos, habilidades e trabalhando as atitudes.

Claudio Piletti, em seu livro: Didática Geral concilia essas duas posições. Ele diz que o conteúdo é importante porque “a aprendizagem só se dá em cima de um determinado conteúdo”. Quem aprende, aprende alguma coisa. (...) Convém lembrar que o conteúdo não abrange apenas a organização do conhecimento, mas também as experiências educativas no campo desse conhecimento, devidamente selecionadas e organizadas pela escola.

É importante lembrar que a aprendizagem não é apenas um processo de aquisição de novas informações. É, antes de tudo, um processo de aquisição de novos modos de perceber, ser, pensar e agir.

Portanto, pode-se dizer que: o conteúdo é conhecimento sistematizado e organizado de modo dinâmico, sob a forma de experiências educativas. É sobre ele que se apóia a prática das operações mentais.

Portanto, é através do desenvolvimento dos conteúdos programáticos que se atinge os objetivos propostos para o processo instrucional.

II. Critérios para a seleção de conteúdos

Existem duas modalidades de organização do conteúdo, de acordo com o seu nível de operacionalização:

a. Programa escolar oficial

É o guia que traça em linhas gerais os fins e os conteúdos da ação educativa para um determinado grau de ensino, definindo os conceitos básicos e as habilidades fundamentais a serem desenvolvidos.

b. Programa pessoal de cada professor.

É o plano de ensino de cada professor, que pode ser anual, mensal ou semanal. Esse plano operacionaliza as diretrizes curriculares do sistema de ensino e especifica os objetivos e conteúdos da ação educativa, de acordo com as reais condições de cada classe, isto é, de acordo com o nível de desenvolvimento e as aprendizagens anteriores dos alunos.

Ao selecionar os conteúdos, a ser ensinado, o professor deve basear-se nos seguintes critérios:

i. Validade

Deve haver uma relação clara e nítida entre os objetivos a serem atingidos com o ensino e os conteúdos trabalhados.

Portanto, em primeiro lugar, os conteúdos são válidos quando estão inter-relacionados com os objetivos educacionais propostos.

Em segundo lugar, os conteúdos são válidos quando há uma atuação dos conhecimentos do ponto de vista científico.

ii. Utilidade

O critério de utilidade está presente quando há possibilidade de aplicar o conhecimento adquirido em situações novas.

Os conteúdos curriculares são considerados úteis quando estão adequados às exigências e condições do meio em que os alunos vivem satisfazendo suas necessidades e expectativas.

iii. Significação

Um conteúdo será significativo e interessante para o aluno quando estiver relacionado às experiências por ele vivenciadas.

iv. Adequação ao nível de desenvolvimento do aluno.

O conteúdo selecionado deve respeitar o grau de maturidade intelectual do aluno e estar adequado ao nível de suas estruturas cognitivas.

v. Flexibilidade

O critério de flexibilidade estará sendo atendido quando houver possibilidade de fazer alterações nos conteúdos selecionados, suprimindo itens ou acrescentando novos tópicos, a fim de ajudá-los ou adaptá-los às reais condições, necessidades e interesses do grupo de alunos.

III. A Organização do conteúdo

Os conteúdos devem apresentar uma sequência. Devem também se reforçar mutuamente. Isto é conseguido através da organização do conteúdo.

A ordenação dos conteúdos é feita em dois planos:

- a) No plano temporal, dispondo os conteúdos ao longo das séries. É a organização vertical do currículo.
- b) No plano de uma mesma série, fazendo a relação de uma área com a outra. É a organização horizontal do currículo.

Há três critérios orientadores básicos na organização dos conteúdos: *a continuidade, a sequência e a integração*. A continuidade e a sequência estão relacionadas à ordenação vertical.

A continuidade refere-se ao tratamento de um conteúdo repetidas vezes em diferentes fases de um curso. A integração está ligada à ordenação horizontal e se refere ao relacionamento entre diversas áreas do currículo, visando garantir a unidade do conhecimento. A sequência está relacionada com a continuidade, mas a transcende.

Além desses critérios, há dois princípios básicos que necessitam ser considerados na ordenação dos conteúdos: *o lógico e o psicológico*. O princípio lógico estabelece relações entre seus elementos, tais como são vistas por um especialista na matéria.

O princípio Psicológico

Indica as relações, tal como podem aparecer ao aluno.

Portanto, ao organizar os conteúdos para desenvolvê-los na sala de aula, cabe ao professor:

- Considerar o nível de desenvolvimento dos alunos, levando em conta suas estruturas cognitivas e as de aprendizagens anteriores.

- Partir de situações/ problemas, vinculadas à realidade do aluno.
- Fazer a relação dos novos conteúdos transmitidos com os conhecimentos e as experiências anteriores do aluno.
- Sistematizar as ideias principais, dando condições para que os alunos possam organizar e aplicar os conhecimentos assimilados.

UNIDADE 25

Objetivo: Compreender a avaliação como uma relação dialética de reconstrução de saberes possibilitando momento de pesquisa e aprendizagem significativa.

Avaliação Educacional Escolar: Para Além do Autoritarismo



É preciso ordenar e sistematizar, de forma mais orgânica e adequada, esta análise e subsequente proposição, de um modo de agir que possa significar um avanço, para além dos limites dentro dos quais se encontra hoje demarcada à prática da avaliação educacional em sala de aula.

Desse delineamento inicial, emerge o objetivo principal deste estudo que será desvendar a teia de fatos e aspectos patentes e latentes que delimitam o fenômeno que está sendo analisado e, em seguida, tentar mostrar um encaminhamento que possibilite uma transformação desta situação.

Para compreender adequadamente o que aqui vai ser proposto, importa estar cientes de que a avaliação educacional, em geral, e a avaliação da aprendizagem escolar, em específico, são meios e não fins em si mesmos; estando, desse modo, delimitadas pela teoria e pela prática que as circunstancializam.

Portanto, a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico do mundo e da educação, traduzido em prática pedagógica.

Nesta perspectiva do entendimento, é certo que o atual exercício da avaliação escolar não está sendo efetuado gratuitamente. Está a serviço de uma Pedagogia, que nada mais é do que uma concepção teórica da educação, que por sua vez, traduz uma concepção teórica da sociedade.

O que poderá estar ocorrendo é que, hoje, se esteja exercitando a atual prática da avaliação da aprendizagem escolar - ingênuas e inconscientemente - como se ela não estivesse a

serviço de um modelo teórico de sociedade e da educação, como se ela fosse uma atividade neutra. Postura esta que indica uma defasagem no entendimento e na compreensão da prática social.

A prática escolar, predominante na atualidade, está se dando dentro de um modelo teórico da compreensão que vê a educação como um mecanismo de conservação e reprodução da sociedade. O autoritarismo é o elemento necessário para a garantia deste modelo social, daí a prática da avaliação manifestar-se autoritária.

Estando a atual prática da avaliação educacional escolar a serviço de um entendimento teórico conservador da sociedade e da educação, para propor o rompimento dos seus limites. É preciso que, necessariamente, situá-la num outro contexto pedagógico, ou seja, colocar a avaliação escolar a serviço de uma pedagogia que entenda e esteja preocupada com a educação como mecanismo de transformação social.

Tomando por base esta tessitura introdutória, o trabalho será desenvolvido em três passos; a seguir discriminados.

Em primeiro lugar, será situada a Avaliação Educacional Escolar, dentro dos modelos pedagógicos para a conservação e para transformação.

Num segundo momento, analisaremos a fenomenologia da atual prática de avaliação escolar, tentando desocultar suas latências autoritárias e conservadoras. Por último, faremos algumas indicações de saída desta situação, a partir do entendimento da educação como instrumento da transformação da prática social.

CONTEXTOS PEDAGÓGICOS PARA A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

A avaliação da aprendizagem escolar no Brasil, hoje, tomada *in genere*, está a serviço de uma pedagogia dominante que, por sua vez, está a serviço de um modelo social dominante, que, genericamente, pode ser identificado como modelo social liberal conservador, nascido

da estratificação dos empreendimentos transformadores que culminaram na Revolução Francesa.

A burguesia fora revolucionária em sua fase constitutiva e de ascensão, na medida em que se unira às camadas populares na luta contra os privilégios da nobreza e do clero feudal, porém desde que se instalara vitoriosamente no poder, com o movimento de 1789, na França, tornara-se reacionária e conservadora tendo em vista garantir e aprofundar os benefícios econômicos e sociais que havia adquirido.

No entanto, os entendimentos, os ideais e os caracteres do entendimento liberal que nortearam as ações revolucionárias da burguesia, com vistas à transformação do modelo social vigente na época, permaneceram e hoje definem formalmente a sociedade que vivemos.

Assim, a nossa sociedade prevê e garante (com os percalços conhecidos de todos nós) os direitos do cidadão de igualdade e liberdade perante a lei. Cada indivíduo (esta é outra categoria fundamental do pensamento liberal) pode e deve, com seu próprio esforço, livremente, contando com a formalidade da lei, buscar sua auto-realização pessoal, através da conquista e do usufruto da propriedade privada e dos bens.

Ação: reflexão, ação... ou atividade de aprendizagem

Estabelecidos os objetivos de aprendizagem e os conteúdos programáticos, faz-se necessário saber como colocá-los em ação. O "como" desenvolver o objetivo-conteúdo não é tarefa que cabe exclusivamente ao educador. Aqui a participação dos educandos também é imprescindível uma vez que são eles os principais interessados na assimilação e redescoberta dos objetivos - conteúdos na disciplina em estudo.

As atividades de aprendizagem, assim como as intenções da aula, não se podem resumir à reprodução de conhecimentos de forma puramente acadêmica memorizar para depois repetir e, sim, caminhar no sentido de atingir a produção do conhecimento ou no sentido da redescoberta ou redefinição do mesmo.

Para que essa atividade atinja o seu verdadeiro nível de significância, torna-se necessário a introdução do elemento mediador indispensável, ou seja, a realidade social em desenvolvimento, (inacabada, concreta, historicamente determinada).

Toda atividade de aprendizagem deve se constituir num desafio e num desequilíbrio permanente. Estar em estado de desequilíbrio, no sentido pedagógico que aqui se lhe está sendo dado, representa trabalhar a verdade (sentir, compreender a verdade) como inacabada (o mundo social e o mundo educacional estão em constante movimento).

Portanto, toda atividade de aprendizagem além de desafiar e desequilibrar o educando, necessita também, desafiar e desequilibrar o educador e a própria verdade (corpo de conhecimentos da disciplina em estudo nas suas relações com a realidade sócio - cultural em desenvolvimento).

O objetivo maior deste momento do processo educacional pode, assim, ser resumido na seguinte premissa: "*Pensar para repensar... repensar para agir... agir para transformar, onde o pensar para repensar é o início de toda a ação que se preocupa com o agir depois do pensar para repensar, cuja finalidade objetiva e material será transformar algo situado a partir do agir*".

Todo e qualquer educador defende a ideia de que a avaliação da aprendizagem escolar deve ser encarada como um processo. Na prática, porém, o que se observa é justamente o contrário. A aprendizagem escolar é, na maioria das escolas, avaliada sistematicamente de dois em dois meses, observem-se para simples constatação, as normas, diretrizes e documentos legais para avaliação da aprendizagem.

Para se avaliar concretamente a aprendizagem escolar é preciso que a própria escola redefina sua visão atual, entre outros conceitos, do que seja educação, conhecimento, aprendizagem, avaliação, enfim, do que seja também o homem educado.

Avaliar, portanto, não significa verificar "o que ficou", em nível de reprodução de conhecimentos do livro, das ideias do educador, da reprodução que o educador faz durante as aulas, etc. e sim, verificar (analisar, problematizar) a produção do conhecimento, a

redefinição pessoal, o posicionamento e a postura do educando, frente às relações entre o conhecimento existente, numa determinada área de estudo e a realidade social e educacional em desenvolvimento.

Manifestação do Autoritarismo na Avaliação

A avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajustamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica numa tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo.

A definição mais comum, encontradas nos manuais e a mais adequada, estipula que a avaliação é um julgamento de valores sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão.

Em primeiro lugar, ela é um juízo de valores; que significa uma afirmação qualitativa sobre um dado objeto, a partir de critérios pré-estabelecidos. O objeto avaliado será tanto mais satisfatório quanto mais se aproximar do ideal estabelecido e será menos satisfatório quanto mais distante estiver da definição ideal, como protótipo ou como estágio de um processo.

Em segundo lugar, esse julgamento se faz com base nos caracteres relevantes da realidade. Portanto o julgamento, apesar de qualitativo, não será inteiramente subjetivo. O juízo emergirá dos indicadores da realidade que delimitam a qualidade efetivamente esperada do objeto. São os "sinais" do objeto que eliciam o juízo. E, evidentemente, a seleção dos "sinais" que fundamentarão o juízo de valor dependerá da finalidade a que se destina o objeto que deverá ser avaliado.

Pretende-se, por exemplo, avaliar a aprendizagem de Matemática, não será observando condutas sociais do educando que possibilitara saber se ele detém o conhecimento do raciocínio Matemático com adequação. Para o caso, é preciso tomar os indicadores específicos do conhecimento e do raciocínio matemático.

Em terceiro lugar, a avaliação conduz a uma tomada de decisão. Ou seja, o julgamento de valor, por sua constituição, desemboca num posicionamento de "não indiferença", o que significa obrigatoriamente uma tomada de posição sobre o objeto avaliado e uma tomada de decisão quando se trata de um processo, como é o caso da aprendizagem.

É no contexto desses três elementos que se compõe a compreensão constitutiva da avaliação que, na prática escolar, pode se dar, e normalmente se dá, o arbitrário da autoridade pedagógica, ou melhor, dizendo, um dos arbitrários da autoridade pedagógica. Qualquer um dos três elementos pode ser perpassado pela posição autoritária. Porém, o componente da avaliação que coloca mais poder na mão do professor é o terceiro: a tomada de decisão. Do arbitrário da tomada de decisão decorrem e se relacionam arbitrários menores, mas não menos significativos.

A atual prática da avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser construtivamente. Ou seja, o julgamento de valor que teria a função de possibilitar uma nova tomada de decisão sobre o objeto avaliado, passa a ter a função estática de classificar um objeto ou ser humano histórico, num padrão definitivamente determinado.

Com a função classificatória, a avaliação constitui-se num instrumento estático e moderador do processo de crescimento; como função diagnóstica, ao contrário, ela constitui-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação. Do crescimento para a autonomia, do crescimento para a competência, etc.

Como diagnóstica, ela será um momento dialético de "senso" do estágio em que se está e de sua distância em relação à perspectiva que está colocada como ponto a ser atingido à frente.

A função classificatória subtrai da prática da avaliação aquilo que lhe é constitutivo: a obrigatoriedade da tomada de decisão quanto à ação, quando está avaliando uma ação.

Na prática pedagógica, a transformação da função da avaliação de diagnóstica em classificatória foi péssima. O educando, como sujeito humano é histórico; contudo, julgado e

classificado, ele ficará, para o resto da vida, do ponto de vista do modelo escolar vigente, estigmatizado, pois as anotações e registros permanecerão, em definitivo, nos arquivos e nos históricos escolares. Se transformando em documentos legalmente definidos.

A gama conservadora da sociedade permite que se faça da avaliação um instrumento nas mãos do professor autoritário para hostilizar os alunos, exigindo-lhes condutas as mais variadas; até mesmo as plenamente irrelevantes.

Sendo “autoridade”, assume a postura de poder exigir a conduta que quiser, quaisquer que sejam. Então, aparecem as “armadilhas” nos testes; surgem as questões para “pegar os despreparados; nascem os testes para “derrubar todos os indisciplinados””. E, assim por diante.

Os dados relevantes, que sustentariam a objetivação do juízo de valor, na avaliação; são substituídos pelo autoritarismo do professor e do sistema social vigente por dados que permitem o exercício do poder disciplinador. E assim, evidentemente, a avaliação é descaracterizada, mais uma vez, na sua constituição ontológica.



Estudo Complementar

Dica de Leitura: HAIDT, Regina Célia Cazaux. Curso de Didática Geral. São Paulo: Ática, 2006.



UNIDADE 26

Objetivo: Conhecer as modalidades, refletir sobre a importância da utilização das estratégias e os principais procedimentos do ensino-aprendizagem

Modalidades de Ensino-Aprendizagem



O trabalho do docente, em sua essência, implica em um planejamento estratégico. O que vale dizer, que necessita tomar decisões antecipadas e pode resumir-se no cumprimento das seguintes etapas: Diagnosticar - Planejar - Fazer - Retroalimentar.

Etapas do Planejamento Estratégico

- **Diagnosticar:** análise contextual, estrutural do entorno, organização do sistema, definição de situações problemáticas, variáveis incontroláveis, interação escola-comunidade, estado real e alternativas de desenvolvimento.
- **Planejar:** definição de métodos e recursos; táticas e estruturas organizativas metodológicas; conformação de estratégias. Definição do plano de ação.
- **Fazer:** execução da estratégia de ensino-aprendizagem concebida. Educar segundo o planejado.
- **Retroalimentar:** verificação e avaliação dos efeitos da realização do trabalho planejado; determinação de ajustes; mudanças e recomendações.

O núcleo central do Planejamento Estratégico é o trabalho metodológico. É uma forma qualitativamente superior de direção educacional, é a manifestação no plano didático, de uma direção estratégica. Este é um processo orientado a manter um equilíbrio dinâmico entre a organização e o contexto, mediante uma constante busca de possibilidades e

recursos para adotar estratégias de ensino, a fim de saber: o que, como e para que os estudantes aprendam.

O princípio básico é que toda aprendizagem se move do conhecido para o desconhecido. Elaborar ou planejar uma estratégia de ensino-aprendizagem deve ter como preocupação a etapa diagnóstica e, a partir dela, desvendar o estado inicial real e as alternativas de desenvolvimento, o que abarca a identificação das estruturas de conhecimento que já possuem os alunos.

A partir das estratégias de ensino se faz uma previsão da modificação, ampliação e reconhecimento dos esquemas cognoscitivos dos sujeitos de aprendizagem.

Formação Do Professor: Aprendizado Crítico Dentro Da Própria Prática.

A formação do professor, em qualquer nível de ensino, tem sido alvo de preocupações por todos os envolvidos com a Educação. Nos últimos dez anos, a preocupação central dos trabalhadores de ensino e pesquisa tem sido o estudo de uma proposta para o ensino da Didática articulado com a prática das escolas; tendo em vista a lógica, interesses e necessidades práticas das classes trabalhadoras. Desse modo, procura-se resgatar o papel ativo dos agentes envolvidos.

Ultrapassar o nível da crítica e propor mudanças concretas no Processo de Ensino, objeto de estudo da Didática, tendo em vista a unidade entre teoria e prática, é um desafio. Assim, é importante desenvolver um processo de ensino de Didática que coloque os agentes, (professor e/ou futuro professor) vivenciando o processo, refletindo acerca dele e sistematizando-o coletivamente.

No entanto, é importante apresentar os pressupostos básicos e, posteriormente, caracterizar os momentos fundamentais do processo metodológico utilizados para, finalmente, extrair da prática de ensino desenvolvida algumas lições que possam contribuir para a discussão das bases teórico-práticas da formação do professor.

Alguns pressupostos básicos

A Didática é a disciplina que busca compreender o processo de ensino, em suas múltiplas determinações, para intervir no processo e transformá-lo numa determinada direção política, partindo-se de alguns pressupostos básicos.

O professor, no processo contraditório que enfrenta entre a formação acadêmica recebida e a prática na sala de aula, decorrente de contradições no nível dos processos sociais, gera uma didática prática, de uma possível teoria pedagógica alternativa.

Essa Didática prática implica em pressupostos teóricos que precisam ser captados, explicitados e estruturados teoricamente, no sentido de explicá-la, compreendê-la, buscando, então, alterações na direção pretendida.

Processo metodológico

Fundamentado no Materialismo Histórico, o processo metodológico implica em assumir a postura de não “falar sobre” o conhecimento, mas pautar-se na vivência, reflexão e sistematização coletiva do conhecimento, tendo em vista a elaboração de propostas concretas de intervenção na prática.

Isto porque, no processo dialético, o que importa não é a crítica, mas a crítica que permite uma compreensão dos determinantes de uma dada realidade, possibilitando alterá-la e transformá-la. Além disso, a Dialética Materialista sustenta que o conhecimento se dá na e pela práxis, expressando a unidade entre as duas dimensões do conhecimento: teoria e prática.

Para se chegar a uma compreensão profunda dos determinantes de uma dada realidade, é preciso um esforço de apropriação, organização e exposição dos fatos, num processo teórico/prático.

Isso implica em tomar como ponto de partida os fatos empíricos que são dados pela realidade, buscar a explicação e compreensão das representações desses fatos empíricos,

chegando aos determinantes mais profundos e suas leis fundamentais. Finalmente, após uma releitura da realidade, agora compreendida em suas múltiplas determinações, chegar a uma ação transformadora.

Estratégias de Ensino-Aprendizagem

Critérios Básicos para a Escolha dos Métodos de Ensino.

Procedimentos de Ensino são as “ações, processos ou comportamentos planejados pelo professor, para colocar o aluno em contato direto com coisas, fatos ou fenômenos que lhes possibilitem modificar sua conduta, em função dos objetivos previstos”.

Os procedimentos de ensino devem incluir atividades que possibilitem a ocorrência da aprendizagem como um processo dinâmico.

A aprendizagem ocorre através do comportamento ativo do estudante: este aprende o que ele mesmo faz, não o que faz o professor. Esses procedimentos devem contribuir para que o aluno mobilize seus esquemas operatórios de pensamento e participe ativamente das experiências de aprendizagem.

O termo Método vem do grego (méthodos = caminho para chegar a um fim).

Método de Ensino é um procedimento didático caracterizado por certas fases e operações para alcançar um objetivo previsto.

Atualmente, é empregado também o termo Estratégia de Ensino para designar os procedimentos e recursos didáticos a serem utilizados para atingir os objetivos desejados e previstos.

Ao escolher um procedimento de ensino, o professor deve considerar, como critério de seleção, os seguintes aspectos básicos:

- a) Adequação aos objetivos estabelecidos para o ensino e a aprendizagem.

- b) A natureza do conteúdo a ser ensinado e o tipo de aprendizagem a efetivar-se.
- c) As características dos alunos.
- d) As condições físicas e os tempos disponíveis.

A partir desses aspectos que se estabelecem como ensinar, isto é, que se definem as formas de intervenção na sala de aula para ajudar o aluno no processo de reconstrução do conhecimento. Se o Ensino é concebido como processo e como produto, então a ele está associado o termo "Estratégia".

Ao abordar o estudo das estratégias e alternativas para uma estrutura de otimização do processo ensino-aprendizagem requer, desde o início, a precisão do conceito que ocupa: estratégias de ensino-aprendizagem.

Com frequência se pode encontrar ideias que reduzem esse conceito a um conjunto de métodos de ensino, mas isto não é tão simples, pois ainda que as estratégias de ensino-aprendizagem contemplam a seleção e combinação desses métodos, toda estratégia inclui a seleção e articulação prática de todos os componentes desse processo.

Assim, se interpreta como estratégias de ensino-aprendizagem a sequência integrada, mais ou menos extensa e complexa, de ações e procedimentos selecionados e organizados, que atendem a todos os componentes do processo, objetivando alcançar os fins educativos propostos.

A profissionalização do pessoal docente está intrinsecamente associada às decisões de estratégias de ensino-aprendizagem em condições específicas; isso equivale a contextualização da própria estratégia, qualidade que aponta diretamente para a sua funcionalidade.

A determinação de toda estratégia de ensino-aprendizagem incorpora o diagnóstico como produto e processo. O próprio caráter contextual das estratégias exige a identificação de condições e possibilidades, assim como o sistema de ações que controla, de maneira permanente, o processo; isso permite adequações, ajustes, ratificações ao primariamente

concebido, pois toda estratégia é flexível às mudanças do contexto que, como resultado de sua própria aplicação, se produz.

A determinação de estratégias de ensino-aprendizagem pressupõe a consideração de três condições:

- A possibilidade de recursos e procedimentos que permitam sua seleção e combinação na busca da realização dos fins e objetivos propostos. É evidente que esta condição é muito importante porque se sustenta na correspondência estreita entre condições e ações.
- A seleção e combinação sequencial de procedimentos didáticos em correspondência com os fatores e componentes do processo de ensino-aprendizagem, incluindo o contexto em que se realiza.
- As possibilidades e mecanismos de avaliação da própria estratégia segundo os parâmetros que se tiver em consideração para conformá-la à necessidade de seu melhoramento.

Cada estratégia de ensino se corresponde com o como se aprende, isso ocorre em virtude da unidade entre ensinar e aprender. Este critério de unidade do processo de ensino-aprendizagem implica que as estratégias expressam diferentes maneiras de ensinar e se concebem sobre equivalentes maneiras de se aprender.

Partindo deste critério, a aplicação reflexiva de um sistema sequencial de ações e procedimentos para o ensino pressupõe necessariamente uma estratégia de aprendizagem.

Sem dúvida, a prática, que sempre é muito mais rica que a teoria põe o educador frente a interrogantes com marcado caráter problemático: por que é possível que não se manifeste total correspondência entre o como se ensina e como se aprende? Qual deve ser a atitude do docente quando identifica que esta correspondência não se apresenta na realidade?

Não é possível ignorar a relação entre estratégias e táticas. Enquanto que as primeiras são planos globais que se concebem para alcançar os objetivos do processo de ensino-

aprendizagem em geral. Uma tática é um procedimento específico que se aplica e tributa a todo o processo.

Se admitir a unidade do ensinar e o aprender e sua manifestação em estratégias, então o docente deve perguntar-se como trabalhar pelo ensino, com táticas e estratégias de aprendizagens.

No plano mais geral este ensino pode ser "cego" ou "informado". A primeira dessas variantes comprehende a compreensão das táticas e estratégias, porém omite a razão da eficácia que as mesmas originam aspecto que se contempla quando são ensinadas sob a modalidade "informada" e que, portanto, faz que o estudante seja consciente de sua utilidade.

As táticas e as estratégias podem ser ensinadas incorporadas ao conteúdo ou a margem dele. O Método Incorporado inclui o adestramento de táticas e estratégias como parte de um conteúdo específico de ensino, pelo que oferece instruções sobre operações.

O Método Marginal separa o ensino de táticas e estratégias de conteúdo, ainda que não possa este ser totalmente ignorado, porém aplicar essa variante não proporciona uma imagem realista da aprendizagem de táticas e estratégias.

Se um conjunto de táticas interrelacionadas conforma uma estratégia, o conjunto de estratégias com certa similitude na seleção, combinação e sequencia das ações, conformam estilos de ensino e de aprendizagens.

Procedimentos de Ensino e Aprendizagem

Podem ser considerados procedimentos de ensino todas as ações desenvolvidas pelo professor para colocar o aluno em contato direto com os fatos, de acordo com os objetivos propostos. Esses procedimentos devem incluir atividades que possibilitem a aprendizagem, no qual o aluno torna-se um participante ativo de todo o processo.

Para se determinar à escolha de um procedimento de ensino, são necessários alguns critérios de seleção, tais como:

- Adequação aos objetivos;

- Natureza do conteúdo;
- Características do aluno;
- Condições físicas;
- Tempo disponível

De acordo com Jean Piaget os métodos de ensino são assim classificados:

- Métodos verbais tradicionais, associacionistas.
- Métodos ativos, construtivismo operacional e cognitivo.
- Métodos intuitivos e audiovisuais, Gestalt.
- Ensino programado, Behaviorista.

Métodos Ativos são aqueles que recorrem à atividade dos alunos, incentivando-a; inclui também a reflexão. Os precursores dos métodos ativos foram Rousseau, Pestalozzi, Froebel e Herbart. Os mentores dos métodos foram, Kerchensteiner, Dewey, Claparède, Decroly, Maria Montessori e Freinet.

Piaget divide os métodos ativos em:

- Métodos fundados sobre os mecanismos individuais do pensamento.
- Métodos fundados sobre a vida social da criança.

Os métodos de ensino são classificados por Irene Carvalho da seguinte forma:

Métodos socializantes de ensino

Valorizam a interação social fazendo a aprendizagem efetivar-se em grupo. Trata-se de um procedimento que possibilita, principalmente, a interação social do indivíduo.

O grupo representa uma mostra da sociedade, e é através dele que o aluno deverá se preparar para viver coletivamente, contribuindo com suas experiências e se beneficiando com as de seus companheiros.

É vivenciando situações de vida com o grupo que nosso educando estará preparado para uma conduta social adequada, é ainda através de um interagir com seus semelhantes que estará formando uma consciência democrática, adquirindo uma visão libertadora, reforçando a autoestima. O ambiente social favorecerá aprendizagens significativas e variadas, tanto do ponto de vista individual como grupal.

Sabe-se que viver é fácil, conviver é que é difícil. Os trabalhos de equipe favorecem em muito o desenvolvimento das habilidades de comunicação, participação, reflexão, segurança, respeito mútuo, integração e tantas outras coisas mais. Por isso, aqui foram registradas técnicas socializantes de ensino-aprendizagem.

A escolha caberá ao professor, que deverá levar em consideração os objetivos que pretende alcançar, os pré-requisitos da classe quanto a: maturidade, faixa etária, conhecimentos, experiências, a adequação do local, número de alunos na turma, tipo de liderança predominante no grupo, expectativas e critérios de avaliação.

Incluem técnicas de trabalho em grupo, a dramatização; o estudo de casos; uso de jogos, dramatização, estudo do meio e conselho de classe.

Métodos individualizados de ensino

Valorizam o atendimento às diferenças individuais e fazem a adequação do conteúdo ao nível de maturidade, à capacidade intelectual e ao ritmo de aprendizagem de cada aluno.

As técnicas individualizantes encontram nas teorias dos educadores Jean Piaget, James E. Weigand, Smith Stone, entre outros, provas da necessidade de explorações de situações individuais estimuladoras para melhor desempenho do aluno.

Esse método procura, fundamentalmente, ajustar o ensino à realidade de cada educando, apresentando as seguintes vantagens:

1. O educando passa a ser, realmente, centro da ação educativa.
2. O ensino é adequado às condições pessoais de cada educando.
3. O educando passa a trabalhar com o máximo de liberdade, mas sob condições que lhe permitam desenvolver o senso da responsabilidade.
4. Possibilita a motivação e o incentivo individuais, o que favorece o crescimento pessoal.
5. Propicia o desenvolvimento da criatividade.

As críticas feitas ao ensino individualizado são:

1. Não favorece a socialização do educando; uma vez que esse deve trabalhar sozinho.
2. Não oferece situações de estudo compatíveis com a realidade.
3. Os resultados obtidos nem sempre são proporcionais aos custos, isto é, provoca um ensino muito caro.

Pode-se citar como exemplo: aula expositiva, estudo dirigido, questionário, método Montessori.

Métodos socioindividualizados

Combinam duas atividades didáticas e as unidades de experiência. Nesse procedimento são considerados os aspectos individuais de sociais de grupo.

Esta modalidade de Método de Ensino é relativamente recente, encontrando-se ainda na fase de “especulações pedagógica”. Procura encarar o educando em seus dois aspectos fundamentais: O de indivíduo e o de membro de uma comunidade, ou de um grupo.

A vida corrente exige que o indivíduo enfrente as situações, sozinhos e em grupos.

Assim, o método socioindividualizante, durante o estudo de uma mesma unidade, procura oferecer oportunidade de trabalho individual e oportunidades de trabalho em grupo, para que o aluno possa crescer nessas duas dimensões da sua personalidade. Assim, recomenda-se que uma tarefa seja enfrentada em grupo e a seguir, individualmente.

Formar cidadãos conscientes, que tomam as suas decisões com base no seu próprio raciocínio, não engrossando a fila dos engajados, que só trabalham numa só direção, sem saber utilizar outros argumentos, que não àqueles que os escravizou.

São exemplos: métodos de solução de problemas, unidades didáticas e unidades de experiência, método da descoberta, método de projeto e recuperação.

Recursos de Ensino

É preciso ter uma visão tão ampla que nos faça “Ir além das paredes da sala de aula”.

1. Recursos de ensino - São componentes do ambiente da aprendizagem que dão origem à estimulação para o aluno.
2. Classificação dos recursos de ensino - Tradicionalmente os recursos de ensino são classificados da seguinte maneira:
 - Recursos visuais: projeções, cartazes, gravuras.
 - Recursos auditivos: rádio, gravações, CD etc.
 - Recursos audiovisuais: cinema, televisão, Datashow, DVD.



Estudo Complementar

Dica de Leitura: VALLS, Enric. Os procedimentos Educacionais: aprendizagem, ensino e avaliação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.



UNIDADE 27

Objetivo: Refletir sobre o papel do professor na sociedade contemporânea.

O Papel do Professor: do contexto presencial ao virtual



Fala-se muito da importância da Escola na transformação da sociedade. No entanto, a Educação não acontece só na Escola.

Importa a adequação da Escola em detrimento das transformações que ocorrem na sociedade.

A sociedade é marcada pelos avanços tecnológicos e científicos, pela pretensão da melhoria na qualidade de vida, frutos de um modelo de produção capitalista e, por conseguinte no decorrer dos anos, a trajetória do ensino escolar, tem apontado um crescimento qualitativo da prática pedagógica.

As sociedades capitalistas se encontram cada vez mais impregnadas de pluralismo e de uma exigência cada vez maior da excelência no trabalho. Assim, deve ser função da escola preparar seus alunos para atender as necessidades dessa sociedade.

Atualmente, pensar no papel do professor na sociedade significa identificar uma diversidade de ações para a mesma função. Chalita (2001, p. 262), faz essa afirmação quando enfatiza o professor, a alma da educação, a alma da escola, o sujeito mais importante na formação do aluno. O professor referencial, o mestre, o companheiro, o amigo, o guia, o professor educador. Que missão magnífica é essa? Que carreira privilegiada. Poder contribuir na formação do caráter, da história dos cidadãos.

No entanto, muitas vezes o professor não conhece ou se detém basicamente aos conteúdos, currículos, avaliações e etc., não sabendo que a todo o momento é observada sua conduta, de forma individual, por cada aluno, e que essa atitude influencia tanto na aprendizagem quanto na personalidade do seu educando. Lembrando que esse mesmo aluno, futuramente

se tornará cidadão atuante na sociedade, e poderá agir, refletindo as características e comportamentos do seu antigo professor.

Funções da Ação Docente na Sociedade Digital



Visando acompanhar o ritmo das mudanças e necessidades sociais, o professor contemporâneo, apesar das dificuldades inerentes à profissão, tenta adaptar-se às novas exigências educacionais.

Dentre as suas principais características profissionais existe a preocupação com a atualização de seus conhecimentos e práticas, em prol da melhoria contínua do seu desempenho.

Oliveira (2000, p. 121) afirma que, o professor é o coordenador do diálogo. O estudante é participante do diálogo. Dessa forma, o professor através do diálogo e principalmente de seu exemplo consegue interferir na zona de desenvolvimento proximal dos alunos, provocando avanços que não ocorreriam espontaneamente.

O Professor na sociedade digital atua como agente de valores da sociedade, inovando e estimulado a memória educativa. A memória educativa engloba os mais variados objetivos da ação docente, seja através do conhecimento, das informações e posicionamentos teóricos.

Nesse sentido, o papel do professor no mundo globalizado e digitalizado é relacionar interativamente os diversos grupos sociais, às atividades realizadas, gerando na ação docente interações entre os mais variados espaços, tempo, linguagens e conhecimentos.

Reflexões sobre a formação e o papel do Professor Virtual

O desenvolvimento tecnológico e as novas demandas do mercado – que incluem a necessidade de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos constantes, dentro de

limites de tempo e, consequentemente, de locomoção – servem de estímulo à Educação a Distância (EAD).



Observa-se frequentemente, o uso de computadores para os mais diferentes propósitos educacionais, desde professores que, individualmente, utilizam recursos tecnológicos, para apresentam trabalhos aos seus alunos, até universidades virtuais que oferecem toda extensão de cursos por meio da Internet.

É nesse contexto que se insere o papel social e a atuação do professor virtual - aquele que atua em EAD on-line – como consultor, orientador e mediador do ensino, através da construção e administração dos programas do curso e das comunidades virtuais de aprendizagem.

Belloni (1999) destaca que, atualmente, um dos principais desafios da educação é capacitar os alunos a continuarem sua própria formação ao longo da vida profissional, já que, em função das rápidas mudanças no mundo contemporâneo, eles podem ter de exercer funções ainda inexistentes.

Do mesmo modo, a formação inicial de professores também deve prever a sua capacitação para uma educação continuada, além de prepará-los para a inovação tecnológica e suas consequências pedagógicas. Seja para o Ensino Presencial ou a Distância.

Espera-se, então, em face das novas demandas educacionais, com o uso da Internet na educação, seja em modalidade mista ou pelo uso exclusivamente a distância, o estabelecimento de parâmetros e diretrizes para sua formação contínua.



Estudo Complementar

Dica de Leitura: BELLONI, M.L. Professor coletivo: quem ensina a distância? In: M.L. Belloni. Educação a Distância. Editora Autores Associados, 1999.



Atividades

Antes de dar continuidade aos seus estudos é fundamental que acesse sua SALA DE AULA e faça a Atividade 3 no “link” ATIVIDADES.



UNIDADE 28

Objetivo: Refletir sobre os desafios enfrentados no Ensino a Distância.

Os Desafios da Educação a Distância



A humanidade sempre ganha com a troca de experiências entre as diferentes culturas; com o intercâmbio dos diversos setores da vida social e tecnológica.

Com o passar dos tempos, as conquistas, as invenções e os conhecimentos podem ser compartilhados, com ganhos para todas as partes, através de várias vertentes, como a: dúvida, indagação ou curiosidade.

Desse modo, percebe-se que o ser humano busca obter ideias a respeito do que o cerca, seja por sua inteligência ou simplesmente por seu mecanismo perceptivo. Recentemente, a necessidade e a urgência em explicar o mundo, dando-lhe sentido, fez com que o homem recorresse à contribuição da tecnologia e da ciência.

O uso das novas tecnologias surgiu para propiciar, ao mesmo tempo, de forma dinâmica, célere e acessível a todos, a integração do conhecimento. Urge desta forma, a necessidade de ampliação e disseminação do conhecimento através da utilização os computadores no processo educativo.

O uso do computador como ferramenta do processo de ensino-aprendizagem

O ambiente tecnológico, por meio da inovação das aulas transmitidas via satélite e em tempo real, possibilita a união entre o computador e a educação.

Analizando esse cenário, Saviani (2000), em seu artigo: *O Trabalho como Princípio Educativo*, destaca: estamos vivendo aquilo que alguns chamam de Segunda Revolução Industrial ou Revolução da Informática. Penso que se antes, ocorreu transferência de

funções manuais para as máquinas, o que hoje está ocorrendo é a transferência das próprias operações intelectuais para as máquinas. Por isso que se diz que estamos na era das máquinas inteligentes?

Com o advento de oportunizar aos mais variados centros de ensino a renovação dos seus conteúdos programáticos, a utilização da informática na educação deve ser analisada como processo de troca de resultados, renovação e modernização.

Assim, sua inclusão ultrapassará as fronteiras da educação convencional, dando, segundo Valete, "À educação cabe hoje o papel norteador, para superação das crises resultadas do trabalho". Nesse ínterim, os computadores são o meio e não o fim, do processo de ensino-aprendizagem.



A utilização do computador em ambientes escolares é uma necessidade para a amplitude de uma Pedagogia Inovadora, com Didática Renovadora.

Importa ainda, o papel do educador nesse processo informatizado, que deve estar atento ao uso das novas ferramentas tecnológicas, gerando uma atuação docente de qualidade.

Faz-se necessário que haja uma aliança na utilização das novas tecnologias, possibilitando a criação e transformação do conhecimento, através da participação ativa entre as pessoas, nesse novo contexto de ensino-aprendizagem.

Com isso, tanto o aluno quanto o professor obtêm resultados positivos e todos ganham. O aluno através do dinamismo e intercâmbio das informações, e outras culturas, e o professor através ampliação de conceitos e sua didática, bem como da reciclagem de conhecimentos.

No tocante a Educação a Distância, acredita-se que o conhecimento, o domínio sobre ferramentas da informática, as novas tecnologias de informação e comunicação são indispensáveis no cotidiano educativo de aprendizagem.

A esse respeito Nunes (2008) afirma que: "As novas tecnologias da informação e de comunicação, em suas aplicações educativas, podem gerar condições para um aprendizado

mais interativo, através de caminhos lineares, em que o estudante determina seu ritmo, sua velocidade, seus percursos".

Em suma, a Educação a Distância (EAD) possibilita a flexibilidade do processo educacional, pois destaca onde, quando e em que ritmo estudar. A incorporação das novas tecnologias multimídia ao ensino é inevitável, mas terá que fazer-se amparada em postulados educativos, com abordagens didáticas e esquemas comunicativos multidirecionais e, ao mesmo tempo, inovadores.



Estudo Complementar

Dica de Leitura: KENSKI, Vani M. O papel do professor na sociedade digital. In: CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. (Orgs.). Ensinar a ensinar. São Paulo: Pioneira/ Thomson Learning, 2001, v. 1, p. 95-106.



UNIDADE 29

Objetivo: Analisar as atuais condições do ensino superior e suas relações com o contexto sócio-econômico político.

A Questão do Profissionalismo na Docência Universitária



Desde o início até os dias atuais, a docência universitária vem sendo marcada pela deficiência na formação de profissionais; mesmo em universidades onde se cultiva o ensino e a pesquisa.

Um dos temas mais trabalhados na área da Educação é a formação dos professores. Como foi visto; o processo ensino-aprendizagem não se restringe apenas à transmissão de conhecimento. O que capacita um aluno a aprender são as diversas formas de abordagens dos problemas, e não a simples transmissão dos conteúdos.

A formação de um professor é um trabalho muito sério. Entretanto, pouco se pensa sobre essa prática pedagógica. O saber docente é plural, ou seja, é composto por diversos saberes resultantes da experiência, da formação acadêmica e do senso comum.

Segundo preceitos de Masseto (2003), é importante que o professor desenvolva uma atitude de parceria e corresponsabilidade com os alunos. Planejando o curso juntos, usando técnicas em sala de aula que facilitem a participação e considerando os seus alunos adultos que devem se responsabilizar por seu período de formação profissional.

Finalidades do Ensino Superior

As finalidades do Ensino Superior, de acordo com o artigo 43, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº. 9394/96 são:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Panorama das mudanças no Ensino Superior

Uma das características marcantes do ofício do professor é o fato de ser portador dos mais variados elementos da cultura educacional. Nesse sentido, ao discutir as competências básicas para o exercício da docência universitária, percebe-se as mudanças no Ensino

Superior em alguns pontos: *no processo de ensino; no incentivo à pesquisa; na parceria entre professor e aluno no processo de aprendizagem; no perfil docente.*

Masseto (2003) destaca:

I - No processo de ensino:

De uma preocupação total e exclusivamente voltada para a transmissão de informações e experiências, iniciou-se um processo de buscar o desenvolvimento da aprendizagem e aperfeiçoar a capacidade de pensar dos alunos.

Superando a formação voltada apenas para o aspecto cognitivo, o que se busca é que o aluno em seus cursos superiores esteja desenvolvendo competências e habilidades que se esperam de um profissional capaz e de um cidadão responsável pelo desenvolvimento de sua comunidade.

Isso fez com que os cronogramas curriculares se abrissem para atividades práticas se integrando com teorias estudadas e a discussão de valores éticos, sociais, políticos, econômicos, por ocasião do estudo de problemas técnicos, integrando-se as análises teóricas e técnicas de determinada situação, com os valores humanos e ambientais presentes e decorrente da solução técnica apresentada.

II - No incentivo à pesquisa:

Na década de 1930, surge a Universidade de São Paulo (USP) em busca de uma nova proposta: formar o pesquisador, o cidadão e o profissional. O aluno ingressava na universidade em sentido pleno: aprendia a pesquisar, produzir trabalhos científicos acompanhando o professores-pesquisadores de diversas áreas que estudam problemas nacionais. Isso lhe permitiria a realidade brasileira de modo crítico e científico. Logo após, o aluno escolhia uma carreira profissional para nela se formar.

Com o desmonte dessa estrutura, em 1938, questões de cidadania eram trazidas para as universidades pelos centros acadêmicos, teatros universitários, pelos grupos políticos partidários e pelos professores que entendiam ser esta sua missão.

Essa linha de ação persistiu durante a ditadura do golpe de 64, e recentemente marca o debate de questões como ecologia, Amazônica, questões éticas e ambientais; analfabetismo, movimento dos sem terra, desemprego, tecnologia e globalização, socialismo, neoliberalismo, opções políticas, nova constituição, nova LDB, e as diferentes reformas em andamento no país.

Em 1968, com a Lei nº 5.540, o incentivo à criação e ao desenvolvimento de programas de pós-graduação no país foi um marco no desenvolvimento das atividades de pesquisa no ensino superior. Dessa data em diante multiplica-se os Programas de Pós-Graduação, tanto nas universidades públicas como nas particulares, com significativo número de mestres, doutores, pesquisadores e pós-doutores brasileiros. O incentivo à pesquisa, iniciado em 1934, perdura até hoje.

III - Na parceria entre professor e aluno no processo de aprendizagem:

A docência existe para que o aluno aprenda. Essa atitude tem a ver com a compreensão do processo de aprendizagem e com sua valorização no ensino superior, com a ênfase dada ao aprendiz como sujeito do processo, com o incentivo à pesquisa na graduação e com as mudanças na forma de comunicação.

Com efeito, incentivar a participação e o interesse do aluno pela matéria, torna-o igualmente responsável por aprender. Ele passa a se considerar o sujeito do processo.

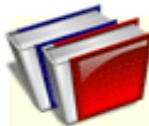
IV - O perfil do professor:

No decorrer dos tempos, o perfil do professor alterou significativamente, passando de especialista que ensina para profissional mediador de aprendizagem, que incentiva e motiva

o aprendiz. Para tanto, exige-se pesquisa e produção de conhecimento, além de atualização para que possa incentivar seus alunos a pesquisa.

A mudança está na transformação do cenário do ensino, onde professor e aluno se tornam parceiros e coparticipantes do mesmo processo.

Tal atitude o leva a explorar, com seus alunos, novos ambientes de aprendizagem, ambientes profissionais, virtuais (através da Internet), a dominar o uso das tecnologias de informação e comunicação, a valorizar o processo coletivo de aprendizagem, a repensar e reorganizar o processo de avaliação com *feedback* contínuo.



Estudo Complementar

<http://www.pedagogiaopedaletra.com>

- Rede social para professores, pedagogos e estudantes



UNIDADE 30

Objetivo: Analisar criticamente a formação pedagógica do docente do ensino superior.

A Formação Pedagógica do Docente do Ensino Superior



Segundo Schutz (2003), o conhecimento que um sujeito possui é fruto da sedimentação de experiências precedentes, é articulado, comprehende uma gama de interesses diferenciados bem como diferentes tipos de crenças. O autor ressalta que atribuir novos sentidos a uma experiência será possível apenas após um olhar reflexivo sobre o vivido. Assim, as novas ações possuem como pressuposto a reflexão na experiência e o repensar em outras possibilidades.

Logo, apresenta-se como uma preocupação atual, a formação dos professores que atuam no Ensino Superior, já que esses refletem em suas práticas uma falta de preparo para formar novos profissionais. Essa formação representa um compromisso e uma responsabilidade direta sobre a qualidade da educação.

Ocorre que, as instituições de Ensino Superior que sempre estabeleceram o conhecimento como matéria-prima têm a oportunidade de dinamizar a formação de pessoas, preparando-as para a vida, para a cidadania, tornando os alunos futuros agentes privilegiados do progresso social.

Conforme Nevado (2008), os processos de formação de professores, em geral, têm levado à pseudo-inovações, reduzindo a inserção das tecnologias à mera otimização de práticas pedagógicas tradicionais.

Portanto, a formação de professores tem o desafio de desenvolver, através da utilização adequada de tecnologias da informação e comunicação (TICs), saberes capazes de estimular a construção de ambientes de aprendizagem inovadores.

Em contrapartida, à inserção das TICs, nos diversos âmbitos de ensino, torna-se cada dia mais complexa. Aliado a isso, como afirma Behrens (2008), a maioria dos professores universitários têm adiado a inserção das tecnologias, como alternativas pedagógicas, ou a utilizam de forma superficial, como recurso para apenas veicular conteúdos e propor tarefas e atividades.



Um dos problemas, ainda segundo Behrens (2008), é que alguns professores universitários nunca exerceram as funções que apresentam aos seus alunos. Falam em teoria sobre uma prática que nunca experimentaram.

Esse fato pode trazer riscos para a formação dos alunos, pois a proposta metodológica que o docente apresenta é fundamentada na teoria e, muitas vezes, desvinculada da realidade; embora possa ser assentada em paradigmas inovadores na educação. Assim, suas falas se restringem a teoria, o que torna a formação de seus alunos deficitária.

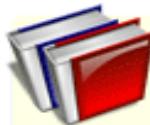
Ocorre que numa ressignificação e construção interdependente, o processo de formação de professores vem sendo desenvolvido por meio da corresponsabilidade da comunicação didática. Os professores percebem o processo de ensino-aprendizagem essencialmente como fonte de informações para aperfeiçoar o plano pedagógico.

Assim, segundo Santos (2000, p. 55), no campo da formação docente, busca-se conhecer como o professor é formado nas e pelas instituições escolares, seja na sua formação inicial, ou antes, seja pela sua prática profissional. Busca-se também compreender como sua história de vida e trajetória profissional se intercruzam, modelando seus comportamentos, suas perspectivas profissionais e sua visão e concepções sobre a educação, o processo de ensino e organização do trabalho escolar.

Nesse enfoque, Masseto (2003) defende que a pós-graduação deverá se abrir para propiciar essa formação pedagógica aos mestrandos e doutorandos. Destaca ainda, várias formas e métodos de como isso poderia ser feito, como por exemplo:

- Oferecer uma disciplina optativa de Metodologia do Ensino Superior.

- Oferecer uma disciplina optativa baseada num programa de educação, mas aberta a mestrandos e doutorandos de vários programas.
- Organizar atividades de formação pedagógica para docentes do Ensino Superior que não estão frequentando seus cursos no momento, mas que necessitam e desejam essa formação pedagógica.



Estudo Complementar

Dica de Leitura: REGO, A. O bom cidadão docente universitário na senda da qualidade no Ensino Superior. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a10.pdf>>. Acesso em: 23/04/2001.



GLOSSÁRIO

Caso haja dúvidas sobre algum termo ou sigla utilizada, consulte o link glossário, em sua sala de aula, no site da ESAB.

BIBLIOGRAFIA

ASSMANN, Hugo. Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis. RJ: Vozes, 2004.

CANDAU, Vera Maria. Didática. A relação forma/conteúdo. In: Ande. Revista da Associação Nacional de Educação, São Paulo, v.5, n.11, p. 24-28, 1986.

_____. A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Didática: notas para uma introdução crítica. Educação e Realidade, Porto Alegre: v. 6, n. 2, maio/ago. 1981.

CHALITA, Gabriel. Educação: a solução está no afeto. 3. ed. São Paulo: Editora Gente, 2001.

FAZENDA, Ivani C. Encontros e Desencontros da Didática e Prática de Ensino. Cadernos Cedes, São Paulo: Cortez/Cedes, n. 21. 1988.

LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. Revista da ANDE, v. 3, n. 6, p. 11-23.

_____. A prática pedagógica de professores na Escola Pública. São Paulo: PUC, 1984. Tese de mestrado em Educação.

_____. Didática. São Paulo: Cortez, (Coleção magistério Série Formação do professor). 2008. Contribuição: Marisa Viana Pereira – QI – Referências.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação educacional: pressupostos conceituais. Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro: v. 7, n. 27, p. 5-8, 1978.

_____. Avaliação educacional escolar. Para além do autoritarismo. Revista da ANDE. São Paulo: v. 10, 1986.

_____. Avaliação: otimização do autoritarismo. In: Equívocos teóricos na prática educacional. 2 ed. Rio de Janeiro: ABT, 1984 (Série Estudos e Pesquisas, n. 27).

_____. Compreensão filosófica e prática educacional: avaliação em educação. Filosofia e ação educativa. Rio de Janeiro: 1980. Mimeo.

_____. Elementos para uma didática no contexto de uma pedagogia para a transformação. São Paulo: Loyola, 1994, p. 202-217.

MARTINS, Pura Lúcia O. Didática teórica/ Didática prática - Para além do confronto. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1991.

MASSETO, M. Tarcísio. Necessidade e atualidade do debate sobre a competência pedagógica e docência universitária. In: _____. Competência pedagógica do Professor universitário. São Paulo: Summus, 2003, pp. 19-33.

MORIN, Edgar. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NERICI, Imídeo. Didática (Uma instrução). São Paulo: Atlas, 1996.

PERRENOUD. Philippe. Agir na urgência, decidir na incerteza. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PILETTI, Claudino. Didática Geral. São Paulo: Editora Ática, 23º edição, 2002.

SALGADO, Maria U.C. O Papel da Didática na Formação do Professor. Revista da Ande, São Paulo: n. 9, p. 27-28, 1985.

VEIGA, Ilma P. Alencastro (org.). Repensando a Didática. Campinas: Papirus, 1998.

WACHOWICZ, Lilian A. O Método Dialético na Didática. Campinas: Papirus, 1998.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA M. Elizabeth B. Educação a Distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. In: Educação e Pesquisa. v. 29. n. 2. São Paulo, FE/USP, jul-dez 2003.

BABIN, Pierre e Kouloumdjian, Marie-France. Os Novos Modos de Compreender: a geração do audiovisual e do computador. Tradução Maria Cecília Oliveira Marques, São Paulo: Paulinas, 1989.

BELLO, José L. de P. Educação ou instrução a distância? Skinner venceu?. Rio de Janeiro: Pedagogia em Foco, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/ead02.htm>>. Acesso em: 23/04/2001.

BELLONI, M.L. Professor coletivo: quem ensina a distância? In: M.L. Belloni. Educação à distância. Editora Autores Associados, 1999.

BUFFA, Ester. Educação e cidadania burguesas. In: BUFFA, ABROYO & NOSELLA. Educação e Cidadania: quem educa o cidadão? São Paulo: Autores Associados, 1987. p.11-30.

CECCON, Claudio et alii. A vida na escola e a escola na vida. Petrópolis: Vozes/Idac, 1992.

CONTRERAS, José. A autonomia de professores. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A Didática em Questão. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

CURY, Carlos R.J. Educação e Contradição: Elementos Metodológicos para uma Teoria-Crítica do Fenômeno Educativo. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1995.

DALBEN, Ângela I.L.F. Trabalho escolar e conselho de classes. Campinas: SP, Papirus, 1992. Cap. IV e VI.

ENGUITA, Mariano F. A face oculta da escola - Educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. Cap. VII.

FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade. São Paulo: DART, 1997.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

- _____. Pedagoga do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. Ação cultural para a Liberdade. 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. Extensão ou Comunicação?. 4 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GADOTTI, Moacyr. Concepção dialética de educação: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 1993.
- GIROUX, H. Pedagogia radical: subsídios. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1993.
- GRAMSCI, A. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- HAIDT, Regina Célia Cazux. Curso de Didática Geral. São Paulo: Ática, 2006.
- IMBERNOM, Francisco. A educação no século XXI – os desafios do futuro imediato. 2^a ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- KENSKI, Vani M. O papel do professor na sociedade digital. In: CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. (Orgs.). Ensinar a ensinar. São Paulo: Pioneira/Thomson Learning, 2001, v. 1, p. 95-106.
- LIMA, Ma. de Lourdes Rocha de. Método de Ensino: da proposição formal à mediação com a prática social. Belo Horizonte: FAE-UFMG, julho de 1988.
- MORAM, José Manoel. Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias. In ROMANOWSKI, Joana Paulin et al. (Orgs). Conhecimento local e conhecimento universal: diversidade, mídias e tecnologias na educação. Vol. 2, Curitiba, Champagnat, 2004.
- NEVADO, R. A. Espaços virtuais de docência: metamorfoses no currículo e na prática pedagógica. In: I. BOININ; C. TRAVERSINI; E. EGGER; E. PERES (orgs.), Trajetórias e processos de ensinar e aprender: políticas e tecnologias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 245-260.
- NIDELCOFF, Maria T. As Ciências Sociais na Escola. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- _____. A Escola e a Compreensão da Realidade. São Paulo: Brasiliense, 1997.

OLIVEIRA, Ivone Boechat de. Por uma Escola Humana. Rio de Janeiro – RJ: Reproart, 2000.

PALÁCIO, Jesus. Tendências contemporâneas para uma escola diferente. *Cadernos de Pedagogia*, Barcelona: ano V, n. 51, Março de 1979.

PENIN, S. T. de S. A aula: espaço de conhecimento, lugar de cultura. Campinas: Papirus, 1994.

PRETTO, N. d. L. Uma escola sem/com Futuro: educação e multimídia. Campinas/SP: Papirus, 1996.

RAYS, O. A. Pensar para repensar, Repensar para Agir, Agir para Transformar. *Cadernos de Educação*, João Pessoa: UFPB, n. 2, abril de 1981.

RAYS, O. A. e LYRA, J.H.B. Elaboração de projetos de Aprendizagem. João Pessoa: UFPB - CE-DME, 1979. (mimeo)

REGO, A. O bom cidadão docente universitário na senda da qualidade no ensino superior. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a10.pdf>>. Acesso em: 23/04/2001.

ROSENBERG, Lia. Educação e Desigualdade Social. São Paulo: Loyola, 1994.

SANT'ANNA, Ilza Martins & MENEGOLA, Maximiliano. A Didática: Aprender a ensinar. São Paulo: Loyola, 2000.

SANTOS, Lucília L. C. Pluralidade de saberes em processos educativos. IN: CANDAU, Vera Maria (Org.) Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 46-59.

SANTOS, Oder José. Pedagogia dos conflitos sociais. Campinas - São Paulo: Papirus, 1992.

SAVIANI, Demerval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 2 ed. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1992.

_____. Escola e Democracia. 2 ed., São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1994.

SCHUTZ, A. Estudos sobre teoria social. Buenos Aires: Amorrortu, 2003, 284 p.

SILVA, Ana Célia Bahia. Projeto Pedagógico: instrumento de gestão e mudança. Belém: UNAMA, 2000.

VALLS, Enric. Os Procedimentos Educacionais: aprendizagem, ensino e avaliação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

VEIGA, Ilma Passos A. Técnicas de Ensino: por que não? São Paulo: Papirus, 1991.

ZABALA, Antoni. Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. Porto Alegre: Artes Médicas Sul LTDA, 1999.